



Revista Estratégica

Ano I, Dezembro de 2019 - Número 01- www.caecplp.org



Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

MONTEBELO HOTELS & RESORTS

Montebelo Indy Maputo Congress Hotel

Situado numa das áreas mais nobres de Maputo, próximo do Aeroporto Internacional e da praia, o Indy oferece 72 quartos e 55 vilas T1 a T3, um centro de congressos para 1.000 pessoas, restaurante com salas privadas e um Health Club & Spa com ginásio, courts de ténis e tratamento de estética.

GRUPO VISABEIRA



Rua Macombe Nhongué-Nhongué, R. 1373
Sommerschield - Maputo - Moçambique
T.: +258 21 498 765
reservasmontebelo@montebelohotels.com
www.montebelohotels.com



FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE CAE/CPLP

DIRECTOR DO CAE/CPLP

Capitão de Mar e Guerra Francisco EVANDRO Rodrigues Camelo

EQUIPA DO CAE/CPLP

Tenente-Coronel Nuro Usene Valgy: Chefe do Gabinete de Documentação e Divulgação
Tenente Hermenegildo Zuca de Figueiredo: Chefe do Gabinete de Administração e Logística
Major Atanásio Viegas: Chefe da Secção de Apoio à Investigação
Tenente Cláudio Sigauque: Chefe da Secção de Informática
Alferes Bonifácio Alberto Cau: Chefe da Documentação e Arquivo
Alferes Alberto Norberto Chongo: Técnico Superior de Apoio à Investigação
Alferes Ronaldo Atanásio Chissano: Técnico Superior de Apoio à Investigação
Alferes José Abílio Siteo: Técnico Superior de Apoio à Investigação
Alferes Anabela Ernesto Ngongolo: Secretária da Direcção
1º Sargento Raúl Alexandre Macanze: Chefe da Secção de Logística
Lurdes Panguane: Chefe das Relações Públicas
Mussa Juma Mussa: Técnico Administrativo

COLABORAÇÃO

Exmo. Sr. Caetano de Sousa Guterres – Embaixador de Timor-Leste em Moçambique
Escola de Guerra Naval (EGN)
Núcleo Nacional do CAE/CPLP Brasil
Ilmo. Sr. CMG (RM1) Emilson Paiva de Faria – Estado-Maior da Armada (Brasil)
TenCel Luis Antonio de Almeida Junior – CEEX – Centro de Estudos Estratégicos do Exército (Brasil)
Sr. José Abílio Siteo – Pesquisador do CAE/CPLP
Sr. Alberto Chongo – Pesquisador do CAE/CPLP – Coordenador da Revista Estratégica
Sr. Paulo Matos – Montebelo Indy Maputo Congress Hotel (patrocinador)
Sr. Jaime Coana – ALLIANCE Graphic Design & Services (patrocinador)

Sobre o Autor

O Centro de Análise Estratégica da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, abreviadamente designado por CAE/CPLP é um órgão da componente de Defesa da CPLP, responsável pela pesquisa, estudo e difusão de conhecimentos, no domínio da Estratégia, com interesse para os objetivos da Comunidade.

O CAE/CPLP tem como objetivos contribuir na promoção da pesquisa, reflexão e intercâmbio de conhecimentos, tendo em vista a interpretação, atualização e aplicação de doutrinas e procedimentos estratégicos na área da Defesa, de interesse comum; Promover o estudo de questões estratégicas de interesse comum que habilitem a tomada de posições concertadas nos diversos fóruns internacionais; Promover e desenvolver estudos e projetos de investigação sobre Estratégia na área da Defesa, tendo em consideração as necessidades dos Estados Membros; Promover o intercâmbio e a cooperação com Centros de Estudos de interesse para CAE/CPLP, dentro e fora da Comunidade; e Promover o arquivo e a divulgação de estudos e documentos no âmbito das suas atividades.

Aviso Legal

Publicado pelo Centro de Análise Estratégica da CPLP
Rua Coronel Aurélio Benete Manave, n.º 383, Maputo - Moçambique
Tel.: 25821414418
Email: secretaria@caceplp.org
ISSN 2706-8056

Nota Editorial

A Revista Estratégica é uma publicação anual do CAE/CPLP que visa partilhar as opiniões e conhecimentos colhidos dos vários assuntos debatidos nos seminários, palestras e colóquios realizados pelo CAE/CPLP no âmbito das suas actividades, assim como difundir os estudos e projectos de investigação sobre Estratégia na área da Defesa, desenvolvidos no CAE/CPLP, tendo em consideração as necessidades dos Estados Membros.

Os seminários, palestras e artigos produzidos constituem uma oportunidade para a consolidação das actividades do CAE/CPLP, pois imprimem uma dinâmica de interação profícua entre Estados Membros que possibilite a materialização dos interesses comuns.

É neste sentido que, pela afluência, impacto e generalidade das contribuições, intervenções e debates dos participantes provenientes de diferentes áreas de actividades, desde a política, diplomática, militar e académica durante os seminários e palestras realizadas pelo CAE/CPLP, perdura a necessidade da produção de uma revista com os subsídios colhidos.

Assim sendo, com esta revista entende-se que contribua para reflexão e acção estratégica da comunidade de modo que seja assertiva e exercida de modo prospetivo, para actuar como um factor de prevenção contra ameaças e riscos, sempre presentes nas nossas sociedades cada vez mais vulneráveis. E relança o CAE/CPLP como um actor difusor de sistema de alerta aos órgãos decisores.

A Revista Estratégica constitui um novo instrumento para que o CAE/CPLP atinja seus objectivos, e contribua com a tarefa de difusão de conhecimentos.

Boa leitura!



Francisco **EVANDRO** Rodrigues Camelo
Capitão-de-mar-e-guerra Director do CAE/CPLP.

INDICE

Ciclo de palestras
02

Seminários
09

**Segurança e defesa dos Estados Membros da CPLP no século XXI:
oportunidades e ameaças**
20

Zona de paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)
23

**A relevância da Conferência das marinhas para a Comunidade dos países
de Língua Portuguesa**
28

Linhas de Ação Político-Estratégicas da CPLP
32

**Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: oportunidades de melhoria
para a sua atual estrutura de Defesa**
40

Epopéia do meu Timor
60

Referências Bibliográficas
68

CICLO DE PALESTRAS

O ciclo de palestras do CAE/CPLP insere-se no conjunto de actividades anuais programadas com vista a prossecução dos objectivos do órgão, onde o centro procura reunir especialistas nas áreas de estratégia, defesa e segurança, promovendo assim o debate de assuntos relevantes para os países da comunidade.

A Estratégia de Samora Moisés Machel

O Centro de Análise Estratégica da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CAE/CPLP) realizou, no dia 05 de Abril de 2019, nas suas instalações, uma palestra subordinada ao tema "A Estratégia de Samora Moisés Machel". A palestra teve como orador, o General António Hama Thai, Deputado da bancada parlamentar da FRELIMO na Assembleia da República e teve a moderação do Capitão-de-mar-e-guerra Francisco Evandro Camelo, Director do CAE/CPLP.

Este evento contou com a presença de deputados da Assembleia da República, representantes de missões diplomáticas, adidos de defesa, representantes das Forças de Defesa e Segurança, instituições académicas civis, militares e organizações da sociedade civil.



Foto: Director do CAE/CPLP Cap. Mar e Guerra Francisco Evandro Camelo e o General António Hama Thai (da esquerda para direita).

Este evento está inserido no âmbito de um ciclo de palestras que o CAE/CPLP realiza anualmente em Maputo, com o objectivo central de reflectir sobre temas ligados a área da estratégia de defesa em conformidade com as propostas dos Estados-Membros, visando a cooperação multilateral da CPLP em busca de soluções conjuntas nesta área.

No acto de abertura, o Director do CAE/CPLP, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Evandro Camelo agradeceu a todos pela presença, em especial ao General António Hama Thai por honrar-nos com a sua presença e por ter aceitado partilhar a experiência e memória viva da estratégia do primeiro presidente de Moçambique.



Foto: Director do CAE/CPLP Cap. Mar e Guerra Francisco Evandro Camelo

Na sua comunicação, o General Hama Thai debruçou inicialmente sobre conceito de gestão, âncora da sua apresentação. De um modo geral, o orador defendeu a tese sobre processo decisório de Samora Machel através de um enquadramento teórico e prática de tomada de decisão que analisou as 3 grandes decisões as quais marcaram a sua governação, nomeadamente: o processo das nacionalizações, a implementação de aldeias comunais e o Plano Prospetivo Indicativo.

Após as apresentações seguiu-se o debate a volta do tema, com destaque às questões relativas a decisão 20/24, encerramento das

Na sua comunicação, o General Hama Thai debruçou inicialmente sobre conceito de gestão, âncora da sua apresentação. De um modo geral, o orador defendeu a tese sobre processo decisório de Samora Machel através de um enquadramento teórico e prática de tomada de decisão que analisou as 3 grandes decisões as quais marcaram a sua governação, nomeadamente: o processo das nacionalizações, a implementação de aldeias comunais e o Plano Prospetivo Indicativo.

Após as apresentações seguiu-se o debate a volta do tema, com destaque às questões relativas a decisão 20/24, encerramento das



A cooperação Bilateral e Multilateral entre os nove Estados Membros da CPLP, Que Ganhos

Em prosseguimento à programação do ciclo de palestras, no dia 26 de Abril de 2019, nas instalações do CAE/CPLP foi realizada a palestra subordinada ao tema "A cooperação Bilateral e Multilateral entre os nove Estados Membros da CPLP, Que Ganhos". A palestra teve como Orador, o Coronel Rodrigues Lapucheque, docente do Instituto Superior de Estudos de Defesa (ISEDEF), escritor de um livro que tem como título o mesmo tema da palestra e teve a moderação do Capitão-de-Mar-Guerra Francisco Evandro Camelo, Director do CAE/CPLP.

O evento contou com a presença dos nossos habituais convidados, merecendo destaque a presença de representantes das embaixadas do Brasil e Timor-Leste, do primeiro Director do CAE/CPLP Brigadeiro Domingos Manuel Salazar e do Vice-Comandante do ISEDEF Brigadeiro Francisco Mataruca.



Foto: Brigades Domínguez Manuel Salazar, Diretor do CAE/CPLP Cap. Mar e Esfera Francisco Evandro Camelo e Coronel Rodrigues Lapucheque (à esquerda para direita).

Em sua apresentação, de forma geral o Coronel Rodrigues Lapucheque realçou a necessidade da vantagem recíproca na cooperação, a busca de um entendimento isento de influências históricas e de maior protagonismo dos Estados-Membros na CPLP. Sucedendo à apresentação, o direito enriqueceu ainda mais o evento, permitindo uma rica discussão sobre temas da palestra, tais como, soberania, uniformização de currículos, intercâmbio, qualidade de ensino, entre outros.

Em sua apresentação, de forma geral o Coronel Rodrigues Lapucheque realçou a necessidade da vantagem recíproca na cooperação, a busca de um entendimento isento de influências históricas e de maior protagonismo dos Estados-Membros na CPLP. Sucedendo à apresentação, o direito enriqueceu ainda mais o evento, permitindo uma rica discussão sobre temas da palestra, tais como, soberania, uniformização de currículos, intercâmbio, qualidade de ensino, entre outros.

Insegurança no Norte de Moçambique: Uma Análise Exploratória de Mocímboa da Praia

O Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CAE/CPLP) realizou, no dia 17 de Maio de 2019, em suas instalações, a palestra subordinada ao tema "Insegurança no Norte de Moçambique: Uma Análise Exploratória de Mocímboa da Praia".

O orador da palestra foi o Prof. Dr. João Pereira, Diretor Executivo da Fundação de

Mecanismos de Apoio à Sociedade Civil (MASC), e teve a moderação do Capitão-de-Mar-Guerra Francisco Evandro Rodrigues Camelo, Diretor do CAE/CPLP. O evento contou com a presença de representantes das Embaixadas, Adidos de Defesa, Forças de Defesa e Segurança, instituições académicas civis e militares, e da sociedade civil.



Foto: Prof. Dr. João Pereira

Destacaram-se as presenças dos Exmo. Sr. Carlos Alfonso Iglesias Puente, Embaixador do Brasil em Moçambique, Exma. Sra. Maria Amélia Paiva, Embaixadora de Portugal em Moçambique, Exmo. Sr. Simão Barbosa, Cônsul-Honorário de Cabo Verde, Exmo. Sr. Salimo Abdula, Presidente da Confederação Empresarial da CPLP (CE-CPLP) e do Exmo. Sr. José Mário Joaquim Magode, Reitor da Universidade Joaquim Chissano.

Durante a sua comunicação o orador apresentou os resultados da pesquisa exploratória por ele realizada em Mocimboa da Praia, com objectivo de responder questões sobre a natureza do grupo que actua em Mocimboa da Praia, sua base social, as motivações que levam jovens a radicalizar-se, de que forma está estruturado o grupo, como é feito o recrutamento dos membros do grupo, onde é que são treinados, quem os treina, de onde vem o dinheiro que financia o grupo, para que serve o financiamento, e como tem reagido as lideranças locais perante esta problemática.

Portanto, os resultados apresentados pelo orador, indicam que este grupo tem uma base religiosa e é formado maioritariamente por jovens islâmicos oriundos da Mocimboa da Praia e de distritos circunvizinhos, e que a sua liderança tem ligações com círculos religiosos, comerciais e militares, de grupos islâmicos radicais na Tanzânia, Somália, Quênia e da região dos Grandes Lagos. O estudo indica que condições sociais degradantes, exclusão Política e a busca de aventura/camaradagem

são os motivos que levam os jovens a aderir a este grupo. De forma geral, os resultados apresentados indicam que estes acontecimentos estão relacionados com o fundamentalismo religioso, de tal forma que este grupo está estruturado em células geridas por lideranças religiosas e tem a propaganda baseada em aspectos tais como a recuperação dos valores tradicionais do Islão.

Após a apresentação, houve um rico debate em torno do tema, e as questões e visões expostas pelos participantes foram plenamente comentadas pelo orador. As intervenções deram maior relevo ao evento, na busca de uma análise mais ampla das causas dos acontecimentos recentes em Cabo Delgado. Encerrado o debate, foi realizada a tradicional foto de família.



Quadro Geral de Cooperação Brasil-Moçambique, Desafios e Perspectivas



Foto: Dr. Filipe Lemos

Em prosseguimento com o ciclo de palestras, o Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CAE/CPLP) realizou, no dia 11 de Julho de 2019, a palestra subordinada ao tema "Quadro Geral da Cooperação Brasil-Moçambique, Desafios e Perspectivas".

A palestra teve como orador o Primeiro-Secretário Filipe Lemos, Chefe do Sector de Cooperação da Embaixada do Brasil em Maputo. O evento contou com a presença de representantes das Embaixadas, Adidos da Defesa, representantes das Forças de Defesa e Segurança e de instituições académicas civis, militares e da sociedade civil.

A apresentação do orador teve como ponto e partida a contextualização do actual estágio de cooperação do Brasil com os países africanos, destacando que Moçambique é o principal parceiro de cooperação, em África. A cooperação Brasil-Moçambique abrange diferentes áreas tais como a agricultura, saúde, educação, meio ambiente, administração pública, desenvolvimento social e defesa.

Ao abordar sobre a cooperação em defesa, podemos constatar que em linhas gerais, os programas de cooperação aproximam-se, mais frequentemente, da cooperação técnica ou da científica e tecnológica, no entanto, os programas em defesa, além da partilha de conhecimentos técnicos ou científicos aplicados, costumam ter por base uma relação política e estratégica especial.

Neste sentido, importa referir que Brasil e Moçambique são parceiros tradicionais de cooperação no domínio da defesa, e esta dá-se sobretudo, pela troca de experiências e da formação de oficiais, como é o caso da incorporação de instrutores brasileiros das três forças ao quadro docente do ISEDEF, assim como a formação de dezena de oficiais moçambicanos formados em academias militares brasileiras nos últimos anos.

Após as apresentações seguiu-se o debate em volta do tema, com destaque às questões relativas a mudança na governação brasileira e o seu impacto nos projectos em curso, como é o caso do PROSAVANA e uma maior intervenção na industrialização de Moçambique. Em resposta o orador afirmou que se trata de um processo normal haver um reajustamento de algumas políticas com a mudança de regime, no entanto, defendendo que Moçambique continua ocupando um lugar privilegiado no quadro da cooperação brasileira.

Depois do debate, o Director do CAE/CPLP agradeceu ao orador pela apresentação e a todos os presentes, reiterando a abertura da Instituição na promoção de debates do interesse da CPLP, contribuições e convidou os digníssimos presentes a foto de família.



1º COLOQUIO ESTRATÉGICO

Insegurança em Cabo Delgado

O Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CAE/CPLP) realizou no dia 05 de Setembro de 2019 o 1º Colóquio Estratégico subordinado ao tema "A Insegurança em Cabo Delgado". O colóquio teve como Oradores, Professor Dr. João Pereira docente e Diretor do MASC, Professora Dra. Alcenia Abudo Pensar docente e investigadora da ACIPOL, Coronel Xavier Cadete docente do ISEDEF e Professor Dr. Emilio Zeca, docente e investigador Centro de Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Joaquim Chissano (CEEI/UJC) sob a moderação do Dr. Enio Chingotwana, pesquisador do CEEI/UJC.

No ato de abertura, o Diretor do CAE/CPLP, o Capitão-de-Mar-Guerra Francisco Evandro Camelo, agradeceu a todos pela presença no evento, em especial aos palestrantes por terem aceite o desafio deste colóquio para falar de um assunto tão delicado e que preocupa a sociedade Moçambicana.

As apresentações foram divididas em duas partes, a primeira parte tendo sido assumida pela componente civil do painel. Na sua apresentação, o Prof. Dr. João Pereira reiterou os resultados da sua pesquisa exploratória apresentados no CAE/CPLP no âmbito do ciclo de palestras.

Por sua vez, o Prof. Dr. Emilio Zeca centrou a sua apresentação na origem e causas do estabelecimento dos malfatores em Cabo Delgado e demonstrar o impacto dos ataques na vida das comunidades afectadas e na agenda de segurança e do desenvolvimento nacional.



Foto: Prof. Dr. Emilio Zeca, Prof. Dr. João Pereira e Dr. Enio Chingotwana (da esquerda para direita)

É neste sentido que aponta como causas a pobreza, desemprego e baixo índice de escolaridade, olhando para os índices que dão conta do alto índice de analfabetismo, desemprego e alto custo de vida; crise e insegurança económica, dando ênfase a crise das dívidas não declaradas; problemas de posse e uso da terra; contrabando, pesca e comércio ilegal; repressão criminal, criando um sentimento de revolta e ressentimento contra as autoridades; privação relativa e absoluta perante o crescente número de projectos de pesquisa e exploração de hidrocarbonetos naquela região do país e a percepção do não usufruto directo dos benefícios; proselitismo e liberdade religiosa com tendências intolerantes e radicais disseminados junto de jovens e líderes religiosos; fluxo migratório descontrolado, sobretudo provenientes da Tanzânia, Zanzibar e Quênia; Capacidade e ausência do Estado em muitos pontos da costa norte da província abrindo espaço para actores não estatais mal-intencionados; e os interesses nos recursos estratégicos nacionais.

No que concerne ao impacto na vida das comunidades e desenvolvimento nacional, o Prof. Dr. Emílio Zeca defende que os ataques dos malfetores criam insegurança humana, societal e económica das comunidades de tal forma que os investimentos nessa área são condicionados pelo nível de segurança existente.



Foto: Prof. Dra. Alcenia Pensar e Coronel Xavier Cadete (da esquerda para direita)

A segunda parte das apresentações contou inicialmente com a comunicação da Professora Dra. Alcenia Pensar que para além de compreender a origem, causas e principais motivações deste fenómeno, propôs soluções para sua mitigação. É neste sentido que a oradora traz dois posicionamentos em relação a identidade dos grupos que causam instabilidade nesta região, o primeiro que advoga que trata-se de um grupo fundamentalista islâmico denominados Al Shahaabab que significa juventude, e o segundo que se trata de um grupo denominado Ahlu sunnah wa-jamâ que significa seguidores dos bons costumes e práticas do último profeta Mohammad.

No que concerne as motivações dos ataques, a oradora acredita que seja o estabelecimento do estado islâmico na região, a implementação da sharia, o combate aos inimigos do Islão e aspectos relacionados com a precariedade das condições de vida caracterizada pelo desemprego, baixo nível de escolaridade, insuficiência de serviços básicos de saúde e educação, e a retaliação de alguns cidadãos nacionais e estrangeiros pela perda de valores monetários e bens valiosos expropriados durante

as operações contra a exploração ilegal de minérios na província de Cabo Delgado.

Como possíveis soluções para mitigar este fenómeno, a oradora afirmou que há necessidade de reforçar os laços de cooperação com os Estados da região que se debatem com problemas idênticos; aperfeiçoar os meios técnicos de investigação recorrendo ao sistema de drones e outros que possibilitem a identificação da circulação de pessoas sobretudo em matas de difícil acesso; e aprimorar os serviços de inteligência.

Por fim, o Coronel Xavier Cadete debruçou sobre o papel do Estado na garantia da segurança individual e colectiva, indicando alguns desafios enfrentados na prossecução desse dever, tais como, a potenciação da defesa e segurança do país visando ter capacidade humana e material para combater quaisquer tipo de actividades hostis e subversivas e aumentar os índices de confiança dos investidores associados a grandes projectos de exploração de recursos energéticos e outros; e a assistência humanitária as populações de zonas afectadas pela insurgência.



SEMINÁRIOS

Os seminários do CAE/CPLP procuram criar um ambiente de discussão de assuntos actuais e relevantes para os Estados-Membros da CPLP por via de especialistas, assim como de representantes dos núcleos nacionais do CAE/CPLP nos Estado-Membros, na perspectiva de colher diferentes experiências e opiniões sobre a mesma temática.

XVI SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICO ESTRATÉGICO DO CAE/CPLP

Avaliação da Situação Geopolítica e Geoestratégica Regional dos Estados Membros da CPLP- Riscos e Ameaça

O Centro de Análise Estratégica da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CAE/CPLP) realizou no dia 22 de Fevereiro, nas instalações do Clube Militar em Maputo, o XVI Seminário Internacional Político Estratégico, subordinado ao tema "Avaliação da Situação Geopolítica e Geoestratégica Regional dos Estados Membros da CPLP- Riscos e Ameaça".

Este evento contou com a presença de Deputados da Assembleia da República, representantes das Forças de Defesa e Segurança, instituições académicas civis e militares e da sociedade civil e tinha como objectivo central, refletir e promover a investigação na área de estratégia de defesa em conformidade com as propostas de temas dos Estados Membros, visando a cooperação multilateral da CPLP em busca de soluções conjuntas nesta área.



As apresentações estiveram a cargo dos coordenadores dos Núcleos Nacionais (NN), ou os seus representantes, obedecendo a ordem alfabética dos Estados Membros presentes. Assim, seguiu o NN de Angola (Coronel Veríssimo João Mendes), Brasil (Coronel Henriques Vasconcelos), Cabo Verde (Dr. Edson Moreno Moniz), Moçambique (Capitão-de-Mar-Guerra Marcos João Magagula) e Portugal (Tenente-Coronel Pedro Bretes Amador).

O Seminário serviu de espelho da conjuntura dos Estados Membros da CPLP, seja a nível nacional, regional e internacional e debruçou-se sobre assuntos que podem ajudar os Órgãos decisores da CPLP do sector de Defesa a proverem soluções práticas face aos desafios que as configurações geoestratégicas, geopolíticas regionais e sistémicas.

Assim, partilhou-se a ideia segundo a qual, actualmente, o principal caminho para a segurança nacional é a cooperação, mas para tal, os Estados têm de se “desnacionalizar” e “transnacionalizar” para o seu próprio interesse nacional, tendo ao mesmo tempo que competir, delegar e coproduzir segurança com uma grande diversidade de actores internacionais, nacionais e locais, públicos e privados.



No entender dos apresentadores a natureza mutável dos desafios da segurança dos Estados exige que os líderes políticos repensem os papéis a desempenhar nas missões que visam o reforço da segurança e desenvolvimento dos seus países.

Em resenha faz-se primeiro, o pulsar do quadro situacional dos Estados-Membros tendo-se aferido que, a sua localização geoestratégica, junto dos oceanos e mares, confere a este espaço rotas obrigatórias para Europa, América e o Médio Oriente. Fora disso, e o seu espaço azul é depositária de uma reserva de matéria-prima incalculável.

Em relação ao panorama geopolítico da CPLP afigura-se ser um sistema regional securitário inovador. Este quadro geopolítico e geoestratégico confere maior relevância ao factor segurança cada vez mais partilhada ou colectiva, com vista a garantir uma paz e estabilidade político-social. Ademais, entende-se que por razões geopolíticas e geoestratégicas, justamente com o fluxo de recursos energéticos estratégicos, assim a Comunidade emerge como potência global produtora de hidrocarbonetos, o que acentua novos riscos e ameaças, exigindo um novo realinhamento político-estratégico regional para fazer face a fluidez dos interesses das potências globais.

No contexto do mundo globalizado, as questões relativas aos riscos e ameaças não estão limitadas por fronteiras nacionais, devendo ser encaradas e enfrentadas aos níveis global, regional e nacional, na medida em que nenhum Estado, por si só, estaria em condições de tornar-se invulnerável à elas.

Neste sentido, da avaliação feita neste evento, ao nível das regiões geopolíticas em que os Estados Membros da CPLP se inserem, pode-se fazer menção aos seguintes riscos e ameaças:

- Insegurança nos espaços marítimos;
- Ameaças cibernéticas; O branqueamento de capitais, tráfico de armas;
- Terrorismo nas suas diversas formas, conflitos intraestaduais e conflitos étnicos e pós-eleitoral;
- Proliferação de doenças endémicas como, malária, tuberculose e VIH/SIDA;
- Situações de desastres naturais;
- O nacionalismo baseado nas etnias e na religião, a proliferação de seitas religiosas ;

pode-se fazer menção aos seguintes riscos e ameaças:

- Afluência de imigrantes e o garimpo ilegais na região,
- Desequilíbrios regionais a nível económico, político, social e fragilidade das instituições políticas;
- Problemática séria de armas fora do controlo, pobreza e desemprego, crime organizado, conflitos armados, ilícitos transfronteiriços, transbordamento de conflitos internos;
- Proces so pós-conflito na Colômbia, Crise venezuelana

XVII SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICO-ESTRATÉGICO

Segurança e Defesa dos Estados-Membros da CPLP no Século XXI: Oportunidades e ameaças

O XVII Seminário Internacional Político-Estratégico do CAE/CPLP, subordinado ao tema "Segurança e Defesa dos Estados-Membros da CPLP no Século XXI: Oportunidades e ameaças" decorreu no dia 28 de maio de 2019, na Sala de Conferências 28 de Agosto, localizado no Comando do Exército, na cidade de Luanda (Angola).

O evento contou com a presença do director do CAE/CPLP, dos coordenadores dos núcleos nacionais do CAE/CPLP de Angola (Coronel Sebastião Bernardo Cabuço), Brasil (Coronel Umberto Ramos de Vasconcelos), Cabo-Verde (Tenente-Coronel Paulo Lopes), Guiné Equatorial (General Br deiro Santiago Mba Sima), Moçambique (Capitão-de-Mar-e-Guerra Marcos João Magagula) e Portugal (Tenente-Coronel Pedro Bretes Amador),

oficiais das forças armadas de Angola, gestores públicos, parceiros do Instituto de Defesa Nacional de Angola, docentes, discentes e cadetes da Academia Naval de Angola. Importa destacar a presença do Sr. Almirante José Maria de Lima, Secretário de Estado da Defesa Nacional, em representação ao Ministro da Defesa Nacional, Sr. Almirante João Pedro da Cunha Júnior, Comandante da Marinha de Guerra Angolana, e do Sr. Tenente-General José Maria Marques, Comandante Adjunto do Exército para a Educação Patriótica,

Núcleo Nacional de Angola

Para dar início a sua apresentação, o coordenador do Núcleo Nacional de Angola, citou a importância do mar, que circunda toda a África e seus pontos focais, materializados pelos Estreitos de Gibraltar, Suez e Babelmándebe. A África é uma passagem obrigatória para a navegação marítima mundial, na ligação entre os oceanos Índico e o Atlântico. Também contém reservas de matérias-primas incalculáveis e amplas terras agricultáveis. Algumas situações consideradas negativas foram citadas, tais como os conflitos étnicos, políticos, religiosos e sociais, que degradam a estabilidade do continente. A área de maior conflito atualmente é a Região Central da África, especificamente a Região dos Grandes Lagos, convertendo-se em grande fator de instabilidade. As ameaças apresentadas foram classificadas em naturais, tecnológicas e humanas, por exemplo, ébola, construção civil precária e armas sem controle, respectivamente. As oportunidades apresentadas são o fim do conflito armado (paz), relações saudáveis entre os Estados e contributo da componente militar. Por fim, apresentou possíveis mecanismos de prevenção, como a diplomacia.



Foto: Coronel Sebastião Bernardo Cabuça, Núcleo Nacional de Angola

Núcleo Nacional do Brasil

A apresentação foi realizada pelo Coronel Umberto Ramos Vasconcelos, iniciando com a afirmação inconteste que o Brasil é um país de dimensão continental, que se torna um grande desafio. Elencou as principais ameaças do mundo:

- Escassez de recursos naturais;
- Guerra Cibernética;
- Crescente aumento das atividades de terrorismo;
- Mudanças climáticas extremas;
- Aumento do crime organizado transnacional;
- Incertezas da Nova Ordem Internacional.



O seminário visou partilhar as principais oportunidades e ameaças de natureza política, económica, social e de defesa que os Estados-Membros enfrentam no âmbito nacional e regional; Difundir as principais atividades desenvolvidas em prol do melhoramento da Segurança e Defesa nos Estados-Membros da CPLP tendo em conta os actuais desafios; e compilar as sugestões apresentadas sobre os mecanismos de cooperação, no âmbito da CPLP, para potencializar as oportunidades e mitigar as ameaças.

O Seminário teve início com as intervenções do Dr. Hélder Estevão Alexandre Cafala, em representação do Coordenador do Núcleo Nacional de Angola, seguida pelo Diretor do CAE, CMG Francisco Evandro Rodrigues Camelo, finalizando com a intervenção do Presidente do Ato, Exmo. Sr. Almirante José Maria de Lima, Secretário de Estado da Defesa, em representação do Ministro da Defesa Nacional da República de Angola. De seguida, os coordenadores dos Núcleos Nacionais procederam com as suas apresentações, obedecendo a ordem alfabética.

Foram apresentadas como oportunidades os projetos estratégicos do Brasil, tais como a aeronave de transporte KC-390, o carro de combate Guarani e o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB).



Foto: Coronel Sebastião Bernardo Cabuço, Núcleo Nacional de Angola

Núcleo Nacional de Cabo Verde

A apresentação foi realizada pelo Tenente-Coronel Paulo Lopes, Diretor Nacional de Política de Defesa de Cabo Verde. Falou das potencialidades marítimas do país, cuja posição situa-se num cruzamento marítimo e aéreo que liga três continentes, que podem levar o País a outro patamar económico, e das várias ameaças. As principais atividades de segurança e defesa desenvolvidas são:

- Reforma das Forças Armadas;
- Melhor controle dos portos e aeroportos;
- Arquitetura de Yaoundé;
- Centro Inter-regional de Coordenação (CIC);
- Busca e salvamento.

Como oportunidades, citou os diversos mecanismos de cooperação da CPLP, em destaque os exercícios militares conjuntos da CPLP da série Felino.

3. Beitz, Barry. *People, States and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era*. Harfordshire: Harvester Wheatsheaf, 1991



Foto: Tenente-Coronel Paulo Lopes, Núcleo Nacional de Cabo Verde

Núcleo Nacional de Guiné Equatorial

O coordenador do Núcleo Nacional da Guiné Equatorial mencionou como ameaça, mencionou a pirataria marítima, o terrorismo e os crimes transnacionais. Como oportunidades, citou que uma mobilização cooperativa de todos os países da CPLP pode gerar respostas multilaterais aos novos desafios. Falou também da promoção da adoção da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM).



Foto: General Brigadeiro Santiago Mba Sima, Núcleo Nacional de Guiné Equatorial

Núcleo Nacional de Moçambique

A apresentação foi realizada pelo CMG Marcos João Magagula, coordenador do Núcleo Nacional de Moçambique. Mencionou que por conta dos Ciclones Idai e Kenneth, Moçambique necessita de apoio internacional. Com referência à BUZAN (1991), citou o caso de Cabo Delgado, norte de Moçambique, onde há sinais de terrorismo e de insurgência, e a imigração ilegal como ameaças à segurança nacional. Acrescentou como ameaças a pirataria marítima, a pobreza extrema e as mudanças climáticas. Como oportunidades, mencionou o potencial que a CPLP tem para dar uma resposta conjunta às ameaças. Citou, ainda, que a Língua Portuguesa não é considerada uma língua oficial da ONU.



Foto: CMG Marcos João Magagula, Núcleo Nacional de Moçambique

Núcleo Nacional de Portugal

A apresentação foi realizada pelo Tenente-Coronel Pedro Bretes Amador, coordenador do Núcleo Nacional de Portugal. Fez uma abordagem inovadora, voltada para o horizonte temporal de 2035, ou seja, cenários e megatendências para o futuro da CPLP, principalmente para o Oceano Atlântico, citando as principais ameaças (por exemplo, o terrorismo) e riscos (por exemplo, as alterações climáticas).

A vocação marítima de Portugal foi ressaltada, dando destaque ao triângulo marítimo formado pela ligação imaginária de Portugal continental, Açores e Madeira. Na análise das megatendências, utilizou a ferramenta de análise PESTAS (Político, Económico, Social, Tecnológico, Ambiental e Segurança).



Foto: Tenente-Coronel Pedro Bretes Amador, Núcleo Nacional de Portugal

Por fim, no discurso de encerramento, o Diretor do CAE/CPLP expressou o seu agradecimento ao Núcleo Nacional de Angola pela organização do Seminário e cumpriu pela excelência do evento.



XVIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICO-ESTRATÉGICO Desafios da CPLP na Resposta em Situações de Desastres Naturais: Caso dos Ciclones Idai e Kenneth em Moçambique

O Centro de Análise Estratégica da CPLP realizou o seu XVIII Seminário Internacional Político-Estratégico, subordinado ao tema "Desafios da CPLP na Resposta em Situações de Desastres Naturais: Caso dos Ciclones Idai e Kenneth em Moçambique", no dia 10 de Outubro de 2019, no Montebelo Indy Hotel, na cidade de Maputo (Moçambique). Salientar de que trata-se do primeiro evento do CAE/CPLP patrocinado e realizado no período da manhã e tarde, pelo que o apoio dos patrocinadores cobriu cerca de 43% das despesas de realização.

O seminário tinha como objectivos apresentar e discutir experiências relativas às principais oportunidades do mecanismo de resposta e desafios de natureza política, económica, social e de defesa dos Estados-Membros na articulação das ações conjuntas em resposta aos desastres naturais,

e compilar as principais observações das experiências e sugestões apresentadas a fim de contribuir para a elaboração do "Mecanismo de Resposta da CPLP a Situações de Catástrofes", e contou com a participação de oficiais generais, superiores e subalternos das Forças Armadas de Moçambique e da Polícia da República, membros do corpo diplomático acreditado na República de Moçambique, representantes dos Núcleos Nacionais de Angola, Brasil, Moçambique, representantes das missões envolvidas no âmbito das respostas face aos ciclones Idai e Kenneth vindo de Portugal, Brasil e Angola, representantes de instituições de ensino superior sediadas na República de Moçambique, gestores públicos, patrocinadores do evento e organizações de sociedade civil.



Foto: Director do CAE/CPLP Cap. Mar e Guerra Francisco Evandro-Camelo

O evento foi composto por dois painéis, o primeiro no período da manhã e o segundo no período da tarde. Fizeram parte do primeiro painel o Dr. Adérito Aramuge, Diretor do Instituto Nacional de Meteorologia, e o Dr. Hélder Cafala, representante do Núcleo Nacional de Angola, com a moderação do Capitão-de-Mar-e-Guerra Marcos João Magagula, coordenador do Núcleo Nacional de Moçambique.



Para contextualizar a sua apresentação, Diretor do Instituto Nacional de Meteorologia, Dr. Adérito Aramuge começou por abordar a localização geográfica de Moçambique. Assim, expressou que é um país bastante vulnerável a desastres de origem hidrometeorológica, dado a ocorrência de fenómenos naturais extremos (chuvas, secas, inundações).



Segundo o orador, o alto nível de vulnerabilidade do país é fundamentalmente devido a sua localização geográfica (longa faixa costeira, extensas planícies de inundação e localização a jusante em relação aos principais rios partilhados) e aos desafios de natureza económica, agrava ainda mais o impacto destes eventos.

Nesta ordem de ideias, como resposta para esta situação propõe a necessidade de construir-se capacidades nacionais/locais e comunitárias (CPLP- Por que não?) para a resposta. Assim sendo, entre outros aspetos, recomenda e questiona o seguinte:

- Fortalecer a capacidade das comunidades de responder a desastres naturais através de risco natural, a participação da Comunidade e a preparação para catástrofes.
- O plano de resposta está actualizado e testado?
- A capacidade local e o conhecimento são utilizados?
- As pessoas têm consciência, estão preparadas para reagir por avisos?

Por fim, para salientar o cenário crítico actual, apresentou o quadro evolutivo dos sistemas tropicais em Moçambique, desde 1983 até 2019 e constatou uma realidade apresentada pelo alto nível de emissão de gases, aumento em tempestades na escala de 4-5, em 28%.

Por sua vez, o representante do Núcleo Nacional de Angola, Dr. Hélder Cafala, apresentou a experiência de Angola na ajuda a Moçambique na resposta aos efeitos dos Ciclones Idal e Kenneth, abordando três aspectos fundamentais:

1- Enquadramento do Mecanismo de cooperação da CPLP:

Defende a solidariedade entre os Estados da CPLP em situações de emergências resultante de desastres e que este mecanismo iria contribuir na melhor sensibilização das comunidades nacionais quanto a importâncias das Forças Armadas (em tempo de paz) no apoio às populações em situações de calamidade ou desastres naturais e como exemplo na CPLP, fez referência aos Exercícios militares conjuntos e combinados da série FELINO que poderão permitir o emprego em operações de paz e de assistência humanitária. E reiterou que o Estado Angolano por lei obriga-se a colaborar em Operações de Apoio Humanitário a luz dos tratados e acordos internacionais aprovados ou ratificados.

2- Mobilização e atuação de Angola:

O contingente da Missão Humanitária de Solidariedade Angolana enviado a Beira foi composto por 110 pessoas de especialidades diferentes (62 militares e 48 civis). Este efetivo teve um papel fundamental na intervenção assistencial e contribuiu nas seguintes actividades:

- Reforçar a cobertura sanitária;
- Assegurar assistência médica nos Centros de Acolhimento;
- Participar na recuperação e retorno dos doentes crónicos para os respectivos programas (TB, HIV, HTA e malnutrição).

3- Desafios e Perspetivas:

- Encontrar respostas aos desafios actuais que exigem estratégias multisectoriais e integradas, sobretudo, as situações de emergências resultantes de desastres/catástrofes naturais e grandes endemias;

- Encontrar mecanismos que possam articular as ações conjuntas de respostas em caso de calamidade em um dos Estados Membros;

- Criar uma base logística ao nível da Comunidade para acudir as futuras situações de calamidades que poderão abalar um dos Estados Membros;
- Que os Estados da CPLP interpretem as situações de desastre como prioridade à segurança nacional;
- Necessidade de maior pragmatismo e capacidade de organização na gestão das situações de calamidades resultantes de ciclones.

Por fim, defendeu que a cooperação estratégica assente na solidariedade entre os Estados Membros da CPLP, deverá continuar a constituir-se no eixo central das ações da Comunidade.... E que "A união só faz a força, se todas as forças forem impressas num único sentido."

O segundo painel foi composto pelo Dr. Ricardo Daskal, chefe de secção consular da Embaixada de Brasil, Comandante Carlos Guerra da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil de Portugal (ANEPC), Comandante Paulo Silva, Adido de Defesa de Portugal, e Dr. Emílio Jovando Zeca, Vice-diretor e Pesquisador de Centro de Estudos Internacionais da Universidade Joaquim Chissano.

O Adido de Defesa de Portugal, Comandante Paulo Silva, em linhas gerais, apresentou que como a emissão da ordem para a missão em Moçambique, A Força de Reacção Imediata (FRI) organizou-se para o apoio as autoridades Moçambicanas com capacidades no propósito de contribuir para o reconhecimento das áreas afectadas, prestar assistência na busca e salvamento, proporcionar auxílio médico-sanitário e garantir a satisfação das necessidades básicas da população na província de Sofala.

Comando/Controlo e Capacidades Gerenciadas

Este aspecto constituiu a base da sua apresentação e realçou-o como experiência da missão portuguesa na acção de resposta face as calamidades em Moçambique:

- Força de Reacção Imediata FRI - CMDT, CEM, LOG e staff;
- Meios Marinha - Uma força FZ 25 militares, 12 botes, duas equipas UAVs e C3I;
- Meios do Exército - Equipa médica, Engenharia e Apoio Serviços, 11 militares;

- Meios da Força Aérea; Posto de Comunicações Móvel, C3I. O Comandante Carlos Guerra procurou complementar a apresentação do Adido de Defesa de Portugal referindo que ANEPC coordenou o apoio português a Moçambique na área da protecção civil, conforme protocolo de cooperação de 5 Julho de 2018.

Na explicação de como decorreu o processo de ajuda portuguesa em Moçambique, referiu que em Março 2019, a ANEPC iniciou a monitorização do ciclone IDAI no início do mês de março, através de relatórios recebidos do Emergency Response Coordination Centre (ERCC), tendo sido em 12 de Março que a ANEPC recebeu primeira mensagem de alerta via ERCC. Porém foi, a 19 de Março que a Equipa de avaliação e reconhecimento deslocou-se para a Beira (SE das Comunidades Portuguesas, CODIS de Castelo Branco e Coordenador do INEM. Portanto, com a emissão do pedido oficial de ajuda internacional pelas autoridades moçambicanas, difundido a 20 de Março pelo ERCC, a ANEPC iniciou processo de mobilização dos meios disponíveis e relevantes para a resposta necessária no terreno, sempre em articulação com as estruturas comunitárias, nomeadamente o ERCC.

Missão: Avaliação e Reconhecimento, Apoio humanitário à população afectada Cuidados de saúde pré-hospitalar, emergência médica.

Capacidades da FOCON

- Equipa de comando e avaliação;
- Equipa de logística;
- Equipas de busca e salvamento com capacidade de mergulho;
- Equipas de busca e salvamento urbano;

As principais missões realizadas pela FOCON

- Implementação e suporte da Base de Operações (BoO);
- Equipa cinotécnica de busca e salvamento;
- Equipa de Drone;
- Assessoria eléctrica;
- Purificação de Água;
- Hospital de campanha.

- Transporte de bens alimentares da Beira para Buzi por via marítima;

- Apoio ao município da Beira para restaurar a normalidade nas principais estradas da cidade (corte árvores de grande porte);
- Remoção de detritos e reparação de estruturas danificadas para aumentar.

Pontos positivos

- Rápida mobilização da FOCON em Portugal;
- Recepção por autoridades locais e governo de Moçambique;

- Excelente relação com as populações locais porque o idioma comum e a história favoreceram o relacionamento;

Desafios

- O início das operações foi complexo devido às dificuldades logísticas e de comunicações, tendo sido necessário garantir;

- Estabelecimento dos contactos com as estruturas locais responsava pela gestão da emergência por forma a definir as prioridades e os mecanismos de coordenação;

- Montagem da Base de Operações (BoO);
- Definição de canais de suporte logístico;
- Mobilização deveria ter sido mais cedo (16 / 17 março);
- Missão fisicamente exigente, sobretudo pelas condições meteorológicas;

- Melhorar a definição dos recursos a serem enviados, levando em consideração a missão;
- Melhorar a capacidade de mover as forças e os equipamentos;

- a capacidade de acomodar mais pessoas;
- Instalação de hospital de campanha e apoio ao centro de saúde de Mafambise.

- Grande apoio da comunidade portuguesa residente na cidade da Beira;
- Rápida implantação da FOCON em Moçambique;
- Rápida integração com forças locais;
- Planeamento alternativo durante a operação;
- Briefings diários de todas as forças da FOCON.

- Necessidades logísticas de transporte e projecção dos equipamentos devido à distância;
- Falta de recursos locais para apoio logístico das operações;
- Armazenamento e distribuição de bens.

Lições aprendidas / recomendações

- **Administração** - Garantir que operacionais recrutáveis possuam passaportes de serviço e vigilância sanitária actualizada, instrumentos fundamentais para intervenções em países estrangeiros.
- **Cooperação Institucional** - Fundamental o relacionamento institucional entre as Entidades Operacionais e as Organizações Governamentais, por forma a facilitar a cooperação no antes, durante e após operação.
- **Welcome Briefing** - briefing à chegada das equipas internacionais é fundamental para entender: o evento; área afectada; organização da resposta; comunicações.
- **Oficial de Ligação** - É importante a nomeação de Oficial de Ligação das estruturas locais com as forças em apoio.
- **Logística** - Possuir um conjunto de bens, que são quase sempre transversais a este tipo de emergências, devidamente organizado para que a projecção possa ser rápida;
- Formatação da carga conforme o tipo de transporte;
- Ter em consideração a falta de recursos no local afectado;
- Pedido de ajuda do país afectado deve ser claro sobre as necessidades;
- Definição da carga a enviar de acordo com o pedido de ajuda.

Formação:

Necessidade de conhecimento do modelo organizacional dos diferentes países;

Ampliar o conjunto de elementos que possuem formação para acções de âmbito internacional, permitindo assim aumentar o conjunto de elementos recrutáveis;

Treino / instrução integrado das diferentes forças a serem projectadas, de modo a potenciar o trabalho conjunto em zonas afectadas.

Por sua vez, o Dr. Ricardo Daskal apresentou a experiência (áreas de actuação), desafios e lições do Brasil no contexto das Acções de Respostas aos efeitos dos ciclones Idai e Kenneth.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

- Montagem de tendas em abrigos e hospitais temporários;
- Montagem de tendas para centros de saúde temporários;
- Desobstrução de estradas, criação de desvios e construção de pontes emergenciais;
- Transporte de combustível para estação de tratamento e bombeamento de água;
- Entrega de suprimentos (água, alimentos, mosquiteiros);
- Palestras em acampamentos sobre prevenção de incêndios e acidentes (Fire Prevention);
- Corte de árvores em risco de queda sobre prédios e estradas;
- Gestão diária no Posto de Comando (INGC e UNOCHA);
- Socorro e atendimento pré-hospitalar.

DESAFIOS

- Coordenação e controle integral - tecnologia e georreferenciamento;
- Gestão de Abrigos Temporários: montagem e gestão de abrigos;
- Reabilitação dos cenários: construção de pontes emergenciais, mapeamento e acesso de vias, restabelecer a condição de vida, reconstrução do telhado da escola;
- Assistência à população: filtragem de água.

LIÇÕES APRENDIDAS

Enquanto se trabalhava em prol da vida das populações afectadas, Moçambique registou mais um ciclone Kenneth, com uma dimensão pior em relação ao ciclone Kenneth, a equipe brasileira como única missão estrangeira em Moçambique Brasil desencadeou uma operação de emergência. Este cenário deixa uma conclusão de que o olhar no futuro gira em torno da gestão integral da proteção civil e defesa baseado na prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.

Por fim, Prof. Dr. Emilio Zeca abordou sobre a situação securitária no âmbito das ameaças não militares como uma realidade no espaço da CPLP. Assim, fundamentou a sua Proposta de Respostas do Sector da Defesa em Situações de Desastres Naturais Para os Estados da CPLP, defendendo a necessidade da Criação de uma Força de Resposta Rápida com as seguintes missões:

- Resgate e Salvamento de Vidas/48horas
 - Purificação de Água e Alimentos
 - Reposição das Comunicações
 - Reconstrução de Infraestruturas Vitais
 - Criar Condições Para Restaurar e Vida Normal
- No entanto, para a materialização desta ideia, segundo o Pesquisador, a CPLP primeiro deve ultrapassar os seguintes desafios:

Desafios Legais:

- Criação de um mecanismo de cooperação da CPLP para situações de eventos extremos – FDR/CPLP.
- Criação da Estratégia de implementação do mecanismo de cooperação da CPLP – FDR/CPLP para lidar com eventos extremos.

Desafios Institucionais Para CPLP:

- Natureza da instituição: descontinuidade geográfica.
- Criação de Sistema de Alerta Prévio.
- Criação condições para garantir o C2 na CPLP: instituições, formação, equipamentos.
- Engajamento Construtivo dos Estados-Membros.

Após as apresentações e debate, o discurso de encerramento do Seminário foi proferido pelo Excelentíssimo Senhor Embaixador do Brasil Carlos Alfonso Iglesias Puente, que enfatizou a relevância do tema na conjuntura dos Estados da CPLP, e reconheceu a dinâmica desenvolvida pela atual Direção do CAE/CPLP e manifestou a vontade de apoiar as actividades desenvolvidas por este Órgão.



Foto: Embaixador do Brasil Carlos Alfonso Iglesias Puente



REFLEXÕES

Segurança e Defesa dos Estados Membros da CPLP no Século XXI: Oportunidades E Ameaças.

João Abílio Siqueira
Professor do CAE/CPLP

O tema em reflexão foi discutido no XVII Seminário Político-Estratégico do CAE/CPLP, realizado em Luanda, República de Angola, que decorreu no dia 28 de Junho de 2019. Neste sentido, o objetivo central é de fazer uma análise panorâmica do ambiente securitário do Sistema Internacional tendo em vista contribuir para adoção e ou fortificação da políticas e mecanismos da cooperação no Domínio da Defesa entre os Estados Membros da CPLP.

Ambiente Securitário do Século XXI

O mundo contemporâneo é repleto por uma intensa aproximação entre os Estados soberanos e o intercâmbio de suas respectivas culturas, fenômenos resultantes da globalização e da evolução vertiginosa das tecnologias de Informação fornecem reconhecidos benefícios ao entendimento entre as nações. Contudo, no sentido oposto, o acesso às facilidades e inovações dos novos tempos também expõe a sociedade à possibilidade das ações de grupos terroristas e organizações do narcotráfico.

Assim, pode-se depreender que as ameaças são reflexos do advento das novas tecnologias, no contexto de um mundo mais integrado, em que houve a mudança da relação de poder,

com o enfraquecimento relativo do Estado e o consequente fortalecimento de grupos ou redes. Esses reflexos constituem-se e atuam em campos de influência local, regional ou global e são solidários a uma causa, compartilhando valores e percepções, (Ibid).

Aliás, Rogers & Sloboda, (2007) também entendem que, apesar dos avanços da tecnologia e da ciência, os Estados Membros da CPLP enfrentam desafios de segurança, que não reconhecem fronteiras nacionais, tais como pirataria marítima, imigração ilegal, terrorismo, pobreza extrema, mudanças climáticas que ameaçam a segurança das pessoas e a segurança dos países.

Quadro Geral Analítico das Ameaças e Oportunidades Para Estados Membros da CPLP

Para conferir uma maior clareza a este debate, apresenta-se a seguir o conceito ameaça que é entendido como qualquer acontecimento ou acção (em curso ou previsível) de variada natureza (militar, económica, ambiental, etc.) que contraria a consecução de um objectivo e que normalmente é causador de danos humanos, materiais ou morais, sendo que no âmbito da estratégia,

consideram-se principalmente as ameaças provenientes de uma vontade consciente, analisando o produto das possibilidades pelas intenções (Couto, 1988).

Por seu turno, Buzan (1991) analisa a problemática de ameaças no âmbito específico de segurança nacional afirmando que esta se torna um problema de segurança sistemática na qual os indivíduos, estados e sistemas jogam seu papel e na qual, os factores económicos, sociais e ambientais são tão importantes quanto os factores políticos e militares.

Allas, David (2003:23) na sua abordagem sobre ameaças abre uma discussão híbrida, ou seja, ameaças militares e não militares. Assim sendo, ameaças militares são muito variadas mas, no fim de contas bastante clássicas: agressões e dominações territoriais, rivalidades de poder, projecção de força, coerção, dinâmica e proliferação de armas biológica... as coisas complicam-se quando se fala de modificação das ameaças não militares, estas podem comportar riscos importantes para autoridade estatal, entre outras, a fragmentação da sociedade e a violência social, os fluxos migratórios, o tráfico de drogas, o terrorismo, a revolução e a disseminação da informação.

Olhando as ameaças dentro da Comunidade da CPLP, embora cada estado membro pode perceber da sua maneira isto devido os contextos geopolíticos regionais em que cada Estado está inserido existe quase que sempre um denominador comum na sua manifestação ou no seu combate e ou mitigação. Ele enfatiza que uma ameaça é sentida, é percebida por outrem.... Para o entendimento do Quadro geral das Oportunidades e o grau das Ameaças no ceio da CPLP, esta reflexão proe uma ANÁLISE SWOT.

3 IPEA- Defesa Nacional para o Século XXI, política internacional, estratégia e tecnologia militar.

STRENGTHS/FORÇAS

- Arquitetura de Defesa (Cimeira dos Chefes dos Estados e de Governo; Reuniões- Ministros da Defesa; DPND; CEMGFs; SPAD; CAE);

WEAKNESSES/FRAQUESAS

- Questionamento sobre a praticidade da Cooperação Multilateral e Multilateral;
- Dificuldade de controlo efetivo das fronteiras nacionais.

OPPORTUNITIES/OPORTUNIDADE

- Consolidação da Cooperação no domínio da Defesa;
- Adoção ou aprofundamento de Estratégias Comuns/ Conjuntas/Multilaterais/Sujeição;
- Indústria de Defesa na CPLP;
- Dotação de Tecnologias de Ponta para o Sector da Defesa e Segurança.

THREATS/AMEAÇAS

- Terrorismo Internacional;
- Ciberterrorismo;
- Imigração Ilegal;
- Mudanças Climáticas;
- Proliferação de seitas religiosas avessos ao Estado;
- Proliferação de Doenças infectocontagiosas;
- Pirataria Marítima.

Considerando o SWOT acima proposto, os ditames apresentados afirmando que no quadro geral, a situação encoraja uma cooperação assente na adopção de medidas que permitem prevenir, reduzir, conter ou mitigar ameaças militares susceptíveis de levar a uma guerra, subversão, radicalização... estas medidas incluem, entre outros factores: os enunciados de doutrinas correcionais sequenciais e de políticas tranquilizadoras, dotação dos sectores de defesa e segurança de meios modernos de actuação, uma maior transparência entre na acção das forças militares, sua coordenação assertiva com outros sectores de segurança bem como as relações civis e militares harmoniosas.

No que diz respeito a cooperação estratégica lusófona, por seu turno, Almeida (2014) entende que é preciso repensar que as convergências político-estratégicas conjunturais obrigam a partilha de interesses, espaços, objectivos, para que as ameaças e desafios globais tenham soluções e respostas mais articuladas e crescentemente mais organizadas e robustas.

Neste sentido, pode-se concluir que remete-nos a uma forma de pensamento estratégico consentânea a essas peculiaridades. E frisando este aspecto, David (2003:253) defende que as questões de segurança actuais requerem estratégias de sujeição que tratam exclusivamente da promoção da paz exige-se por isso uma visão mais positiva da paz, que preveja a instituição de hábitos de cooperação entre os Estados, grupos e nações capazes a paz generalizada e durável.

Ademais, a Segurança Cooperativa e a Segurança Comum sucedem uma tal visão, na medida em que pretendem submeter os actores a formas de colaboração voluntária, permitindo assim que a paz negativa evolua para a paz positiva. Portanto, a paz repousaria,

em definitivo, não sobre a obrigatoriedade, mas sobre a realização das desvantagens coletivas... a paz seria garantida e reforçada à medida que essas vantagens dissolvessem, em especial, os riscos e as ameaças e as consequências das dinâmicas internacionais.



O ambiente securitário internacional oferece uma oportunidade para afirmação internacional da CPLP, aliás, no entendimento de Marchueta, (2003), citado por Bernardino (2010:33) em reflexão sobre a Geopolítica da Lusofonia é um dos três pilares constitutivos da organização, dando expressão à vontade política dos Estados-membros em intervir de forma concertada na cena internacional, para atingir os seus objectivos, sejam eles de natureza nacional, regional ou de carácter global. O multilateralismo é pois o método e o cenário de actuação deste pilar em todos os domínios considerados relevantes, e orientado para junto de outras instituições ou grupos de países, com interesse para a prossecução de tais objectivos, em que o diálogo e a cooperação constituem os instrumentos privilegiados desta acção.

Por fim, salientar que, com a emergência da CPLP e a legitimidade internacional que o actual contexto político-estratégico oferece há uma brecha de exercício de influência o Sistema Internacional, este facto parte de considerável poder que ostenta que parte da língua comum e uma ligação histórico-cultural, sendo inegável a visibilidade posicionamento destes países no contexto regional. As oportunidades são imensas e que devem ser bem aproveitadas no momento próprio para que esta visibilidade internacional seja reconhecida. As fragilidades da CPLP são de carácter político, económico, social e que de uma maneira ou de outra mancham a Organização como é o caso gritante de abuso dos direitos humanos por alguns estados membros que contraria os princípios democráticos a que a Organização se predispõe. As ameaças, essas são vastas sendo as transnacionais, semelhantes e vividas no dia-a-dia pelos Estados Membros.

Breve histórico e panorama político

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) surgiu com a Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) (Da Costa, 2013:2; Valadão, 2016:111), de 1986 (Seabra, 2017:309). Tal resolução foi proposta pelo Brasil, em uma tentativa de contrabalançar, ou até mesmo eliminar, a presença militar das potências globais no Atlântico Sul. Nas palavras de Eli Penha Alves, a ZOPACAS constitui "o marco mais nítido do esforço de definir um regime de coordenação política, que norteou a estratégia brasileira. Foi, em suma, a materialização da herança atlântico-africana e que resultou na sua afirmação como código operacional de todos os países-membro desta Zona" (Da Costa, 2013:2).

A ZOPACAS surge como esforço de colaboração regional para prevenir a interferência externa na região do Atlântico Sul durante a Guerra Fria, mas continuava a atender preocupações brasileiras com a estabilidade de seu entorno estratégico, fator crucial à própria defesa do território nacional. Em ação compatível com seu histórico de estratégias de política externa, o Brasil alertava para a possibilidade de que as tensões decorrentes do enfrentamento bipolar entre Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) transbordassem à região. A preocupação se justificava pelo suporte fornecido pela URSS aos governos de Angola, Congo e Guiné Bissau, entre outros. De outro lado, notava-se a tolerância exibida pelas lideranças ocidentais ao sistema de apartheid da África do Sul.

Esse país, tratado como pária na quase totalidade de seu continente, beneficiou-se, entre 1955 e 1975, do acordo de Simonstown, pelo qual se comprometeu a garantir a estabilidade de seus vizinhos do sul africano e, sobretudo, sua impermeabilidade ao socialismo, recebendo em troca assistência militar britânica e a devolução da principal base naval em seu território. Mesmo após a decisão de Londres por não renovar o acordo, o regime sul-africano continuou a ser visto com relativa benevolência, em virtude de sua postura de enfrentamento aos Estados africanos de sua região, liderados pelo governo pró-soviético de Angola.

Também foi levado em conta, à época, o importante fator externo consistente na manutenção, por parte do Reino Unido, de seus domínios insulares no Atlântico meridional: Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Ilhas Sandwich do Sul, Ilhas Geórgias do Sul e Ilhas Malvinas, valendo também mencionar o pequeno arquipélago das Ilhas Orkney do Sul, objeto de reivindicações latentes por Reino Unido e Argentina, ainda sem efeito por conta do Tratado da Antártica.

Nota-se que o Reino Unido mantém uma base militar em Ascensão, cuja utilização efetiva durante a Guerra das Malvinas resultou em demonstração de força que não pôde ser ignorada.

O temor da ingerência de potências extrarregionais também se alimentou das negociações para a constituição de uma Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), claramente inspirada em sua congênera norte-oceânica, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e impulsionada, ao fim da década de 1980, pelos governos da Argentina e da África do Sul, com forte interesse dos EUA no assunto. Tratava-se de superar o que esses governos consideravam uma falha no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), de 1947. Esse instrumento limitava-se a estabelecer uma doutrina geral de defesa hemisférica, preconizando que o ataque a um país americano seria considerado como ataque a todos os demais. Contudo, não trouxe nenhuma estrutura institucional, não possui normas supranacionais e silencia sobre a coordenação das políticas de defesa nacionais. A OTAS alegadamente superaria tais omissões. Entre suas principais promotoras, o regime segregacionista sul-africano buscava romper o isolamento diplomático em que se encontrava, enquanto que a Argentina se interessava por proteger os recursos naturais das regiões antárticas tocadas pelo Atlântico austral (Melo, 2018:40).

Entretanto, a proposta não foi bem vista pelo Brasil, cuja política da época preconizava a não militarização do Atlântico, além de uma persistente desconfiança em relação aos objetivos de defesa de Buenos Aires (Melo, 2018:38). A Nigéria, então em busca da liderança militar da África Subsaariana através do contraste com a capacidade bélica do regime do apartheid, ecoou a posição brasileira. Da aproximação entre ambos os países, materializada inclusive em exercícios navais conjuntos, surgiu a ideia de instituição de um foro para a paz e cooperação entre as margens oceânicas, que também desencorajaria o exercício de influência militar exclusiva pelas grandes potências (Rucks, 2014:152).

A proposição da Resolução 41/11 pelo Brasil também era adequada aos interesses internacionais do país, que mais tarde ficaria conhecida como parcerias estratégicas (Lessa, 2010; Seabra, 2014; Vaz, 2014). Ela veio na esteira da aproximação brasileira da África, impulsionada com a visita do então presidente Figueiredo a alguns Estados da costa africana ocidental, além da decisão brasileira de incorporar as sanções estabelecidas pela ONU contra o governo da África do Sul à sua legislação interna. Buscando alternativas ao alinhamento político com os EUA, o presidente Sarney empreendeu duas séries de visitas a países africanos lusófonos, fortalecendo a retórica da cooperação no Atlântico Sul (Da Costa, 2013).

Encontros e Desencontros: ZOPACAS no pós-Guerra Fria

As atividades da ZOPACAS se desenvolveram por reuniões ministeriais congregando todos os países membros, realizadas a cada dois anos. Dentre as reuniões da ZOPACAS realizadas nesta primeira fase estão as ocorridas no Rio de Janeiro (1988), Abuja (1990), Brasília (1994), Cidade do Cabo (1996) e Buenos Aires (1998). A reunião acontecida em Brasília parece ter obtido os sucessos mais palpáveis, ao incluir definitivamente a África do Sul pós-apartheid. Nela também foi aprovada uma declaração relativa ao Meio Ambiente Marinho, com o que se pretendia operar uma mudança de foco rumo a temas da agenda da cooperação para o desenvolvimento, além da Declaração para Desnuclearização do Atlântico Sul.

O final da Guerra Fria, impulsionando rápidas mudanças na política internacional durante o início da década de 1990, porém, afetou de diferentes maneiras as dinâmicas políticas no hemisfério sul, pondo em causa os objetivos originais da ZOPACAS. Primeiramente, é importante citar que o fim da disputa bipolar entre as duas superpotências diminuiu significativamente a percepção de ameaça de interferência externa na região (Abdenur; Mattheis; Seabra, 2017:10). Em consequência, a visão dos países desenvolvidos sobre a África modificou-se, deixando de ser vista como cenário na disputa geopolítica pela fidelidade dos governos locais. Ela passou a ser priorizada pelas grandes potências como receptora de ajuda humanitária e de operações de paz, visando a resolução das disputas armadas internas e regionais.
da Antártica.

A mudança na ordem internacional também afetou o processo decisório em política externa do Brasil. Principalmente durante os dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, houve a preferência pelo alinhamento aos EUA e a países europeus como forma de promover a inserção internacional brasileira a partir do institucionalismo pragmático (Valença; Saraiva, 2011:105-106).

Durante o governo FHC, a cooperação Sul-Sul foi marginalizada, com a preferência de acordos bilaterais com Estados africanos selecionados. A emergência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), da qual também eram membros Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, contribuiu para estabelecer um foro rival à ZOPACAS. A proximidade linguística com os países da CPLP gerou forte preferência para a cooperação entre o Brasil e tais países, ignorando os africanos ribeirinhos do Atlântico de outros idiomas (Da Costa, 2013). O mesmo efeito colateral de enfraquecimento da ZOPACAS pode ser notado em virtude do estabelecimento do Fórum IBAS, envolvendo Índia e África do Sul. Esses foros de debate, por conta de movimentos de institucionalização que fortaleciam interesses comuns, acabaram por ganhar mais destaque e relevância nas agendas dos Estados membros, enquanto a ZOPACAS seguia como um projeto cujo objeto não aparentava relevância, diante das mudanças na política internacional.

Assim, o cenário político internacional que motivou a criação da ZOPACAS durante a década de 1980 não se mostrou mais suficiente para garantir a relevância e a atenção do bloco ao final da década de 1990. As reuniões bianuais foram interrompidas após a reunião de Buenos Aires, em 1998, e o bloco entrou em um processo de hibernação, que se prolongou por quase uma década, retornando à ativa somente em 2007.

O Atlântico Sul representa espaço fundamental para o pensamento estratégico brasileiro, que considera a região parte de seu entorno estratégico e objeto de políticas nacionais de defesa (Kenkel, 2013:273). Contudo, desde o lançamento do bloco até o início dos anos 2000, as mudanças de governo e de orientação política no país afetou significativamente a estrutura de incentivos para a manutenção da ZOPACAS como área de interesse. O mesmo parece ter ocorrido com outros Estados membros, de modo que a ZOPACAS ficasse gradualmente marginalizada em detrimento a outras arenas internacionais multilaterais. Entendemos que alguns aspectos conjunturais podem auxiliar nas explicações sobre o hiato de quase uma década entre os encontros do bloco, previstos para serem regulares.

Um desses fatores explicativos é a diminuição do interesse do Brasil, proponente da iniciativa e principal promotor do diálogo entre as margens do Atlântico Sul, na África durante os dois mandatos de FHC e o começo do governo Lula da Silva. Apesar do interesse em promover a integração dos países que compunham o chamado Sul Global, os esforços da política externa brasileira miravam um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (CSNU) (Vargas, 2011; Carvalho; Valença, 2014:77-79). Havia o entendimento de que tal conquista consolidaria o papel brasileiro de player global e facilitaria o alcance dos objetivos de longo prazo da política externa brasileira, autonomia e relevância (Valença; Tostes, 2015). Nesse mesmo sentido, houve também a preferência brasileira pelo fortalecimento de outros fóruns multilaterais. Dentre os fóruns que se tornaram prioritários estão incluídos, em uma lista não exaustiva, o IBSA, a CPLP, o G-20 comercial, Mercosul e os BRICS, além do G-77. O Atlântico Sul representa espaço fundamental para o pensamento estratégico brasileiro, que considera a região parte de seu entorno estratégico e objeto de políticas nacionais de defesa (Kenkel, 2013:273).

Contudo, desde o lançamento do bloco até o início dos anos 2000, as mudanças de governo e de orientação política no país afetou significativamente a estrutura de incentivos para a manutenção da ZOPACAS como área de interesse. O mesmo parece ter ocorrido com outros Estados membros, de modo que a ZOPACAS ficasse gradualmente marginalizada em detrimento a outras arenas internacionais multilaterais.

Entendemos que alguns aspectos conjunturais podem auxiliar nas explicações sobre o hiato de quase uma década entre os encontros do bloco, previstos para serem regulares.

Um desses fatores explicativos é a diminuição do interesse do Brasil, proponente da iniciativa e principal promotor do diálogo entre as margens do Atlântico Sul, na África durante os dois mandatos de FHC e o começo do governo Lula da Silva. Apesar do interesse em promover a integração dos países que compunham o chamado Sul Global, os esforços da política externa brasileira miravam um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (CSNU) (Vargas, 2011; Carvalho; Valença, 2014:77-79). Havia o entendimento de que tal conquista consolidaria o papel brasileiro de player global e facilitaria o alcance dos objetivos de longo prazo da política externa brasileira, autonomia e relevância (Valença; Tostes, 2015). Nesse mesmo sentido, houve também a preferência brasileira pelo fortalecimento de outros fóruns multilaterais.

Dentre os fóruns que se tornaram prioritários estão incluídos, em uma lista não exaustiva, o IBSA, a CPLP, o G-20 comercial, Mercosul e os BRICS, além do G-77 (Valença; Saraiva, 2011). Mesmo quando de sua retomada, em 2007, o engajamento brasileiro ainda foi reticente (Abdenur; Mattheis; Seabra, 2017:12). Os interesses brasileiros para o Atlântico Sul ainda estavam em desenvolvimento, logo qualquer compromisso de médio e longo termos deveria ser visto com cautela. Nesses termos, a organização privilegiada por Brasília no tópico do Atlântico meridional foi a CPLP, que chegou a elaborar, em 2009, uma "Estratégia da CPLP para os Oceanos" (Da Costa, 2013). As ações desenvolvidas pelo Brasil e outros Estados membros no âmbito da CPLP incentivaram um processo de institucionalização da organização, ampliando seu escopo de atuação e convergindo interesses para seu foro.

A ausência de instrumentos que alavancassem o processo institucional no âmbito da ZOPACAS fez com que os impactos da conjuntura econômica desfavorável atravessada por parte dos Estados membros, especialmente Brasil e Argentina (Abdenur; Mattheis; Seabra, 2017:11) esvaziasse ainda mais o foro. Diversos Estados passaram a encarar arranjos mais locais como mais favoráveis à superação da crise, favorecendo parcerias econômicas e políticas regionais, seja no âmbito do Mercosul ou da União Africana.

Esses dois aspectos ajudam a compreender as limitações impostas devido a ausência de estrutura institucional que pudesse operacionalizar a ZOPACAS, mas de modo algum devem ser considerados como exaustivos. A ZOPACAS não possui qualquer órgão permanente, sequer um secretariado que possa representá-la fisicamente. Na verdade, até mesmo seus arquivos precisam ser transmitidos entre os membros que sediam suas conferências. A única estrutura permanente da ZOPACAS é seu comitê permanente adjunto à AGNU, integrado pelos diplomatas das missões dos Estados membros junto à ONU e que funciona como uma rede de contatos (Abdenur; Mattheis; Seabra, 2017:14).

A continuidade do projeto do bloco poderia ser mais facilmente conduzida caso iniciativas nessa seara fossem previstas. É certo que a ausência de burocracia estável pode ser contada como positivo para a constituição da iniciativa sob certo aspecto, pois influenciou na rápida adesão de todos os países ribeirinhos do espaço oceânico em questão. Mas, por outro lado, tornou a organização excessivamente dependente dos esforços e capacidades diplomáticos do país escolhido para sediar a próxima reunião.

A ausência de institucionalização acabou por deixar o projeto da ZOPACAS fora das estratégias de política externa do Brasil neste século XXI. Contudo, o Atlântico Sul e as implicações do seu uso para a defesa nacional se mantiveram acesos na retórica política brasileira, tanto em termos de política internacional quanto doméstica. O bloco retomaria certo protagonismo durante o governo do presidente Lula da Silva, com a retomada das reuniões periódicas e iniciativas como a atualização da Política de Defesa Nacional e a publicação do Livro Branco de Defesa Nacional. Neles, a região retomaria explicitamente a evidência e os parceiros de ZOPACAS ganhariam mais fôlego para pleitos.

Revitalização e nova marginalização da ZOPACAS

A retomada dos interesses brasileiros na ZOPACAS permitiu que, em 2007, houvesse nova rodada de reuniões periódicas da ZOPACAS, sob a gestão do governo angolano, que sediou a sexta reunião e que mostrava pretensões de liderar o processo do lado africano (Fernandes, 2015:273). O engajamento internacional brasileiro favoreceu a criação de uma agenda comum, financiada por meio do aporte de recursos brasileiros para a logística dos encontros, assim como em outros fóruns multilaterais, como a UNASUL (Fuccille et al., 2017).

Do encontro em Luanda resultou o Plano de Ação de Luanda, na qual os 24 governos buscavam revitalizar a ZOPACAS, orientando-a sob três grandes temas. Os temas envolviam, grosso modo, (i) o desarmamento e não proliferação nuclear; (ii) a cooperação para o desenvolvimento; e (iii) a cooperação econômica. É importante notar que a revitalização da ZOPACAS começa no mesmo ano da descoberta de petróleo na camada pré-sal da Bacia de Campos defronte à costa brasileira, acompanhando achados similares em países africanos do Atlântico Sul. A cooperação econômica e tecnológica para a extração e exploração de tais recursos acabou por evidenciar a convergência de interesses entre os Estados membros.

Da parte do Brasil, a revitalização da iniciativa da ZOPACAS permitiria, ainda, uma justificativa política e econômica para o desenvolvimento de estratégias para a presença no Atlântico Sul que corroborassem uma instituição multilateral que corroborasse iniciativas individuais do país, como o caso do ProSub. A premissa original da ZOPACAS de ocupar o espaço do Atlântico Sul para prevenir a presença de atores internacionais ressurgia. A conjuntura política era distinta, mas os interesses na região mostravam-se atuais, principalmente com o interesse da OTAN em expandir-se pelo mundo, tornando-se uma aliança global visando a segurança internacional.

E, nessa seara, significativos avanços foram obtidos. Exemplos são diversos, como o Plano de Ação proposto na reunião de Montevideu, voltado a novos temas de cooperação, como na exploração dos recursos minerais marinhos, tanto sob águas de jurisdição nacional quanto na Área administrada pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos. Pode-se mencionar, também, a preservação do meio ambiente atlântico também ganhou importância, bem como iniciativas para garantir a segurança da navegação na Zona.

A incorporação de novos temas que não expressassem claramente a questão da defesa não obstaculizaram que tais questões fossem discutidas, mesmo sem constarem em documentos oficiais. Em 2013, a reunião de Montevideu contou com a participação dos ministros de Defesa, uma mudança significativa na prática da ZOPACAS. De fato, as declarações emitidas na ocasião mostram que a ZOPACAS vem se configurando como espaço de contestação a possíveis ingerências da OTAN no Atlântico Sul, em vista dos objetivos globais que a OTAN busca na manutenção da ordem internacional (Daalder; Goldgeier, 2006; Schmidt, 2007; Abdenur; Mattheis; Seabra, 2017).

Atualidade e potencialidades da ZOPACAS

Após o encontro de Montevideu, em 2013, as reuniões bi- anuais foram novamente interrompidas, inclusive com o cancelamento da reunião prevista para acontecer em 2015, em Cabo Verde (Abdenur; Mattheis; Seabra, 2017:13-14). Até o presente momento, nenhuma nova reunião voltou a acontecer, ainda que haja manifestações isoladas ou integradas do interesse em restabelecer a parceria.

O novo esvaziamento das reuniões da ZOPACAS reflete, por exemplo, o menor interesse do governo brasileiro em política externa, primeiro com a presidente Dilma Rousseff e, posteriormente, com o presidente Michel Temer (Valença, 2016:49 e 55-56). Ainda que o Atlântico Sul continue central para o pensamento estratégico brasileiro, inclusive favorecendo esforços para a presença do país no continente antártico (De Mattos, 2014:179-181), preferência foi dada para arranjos com institucionalização mais forte, como os encontros da CPLP.

Ainda assim, os princípios que nortearam a criação da ZOPACAS têm papel ativo e relevante no imaginário político brasileiro. Não à toa o debate em seu entorno foi resgatado em 2007, durante o governo Lula, como forma de sustentar um processo de integração regional e colaboração Sul-Sul, especialmente com países da costa ocidental africana, visando prevenir a prática de ilícitos na região do Atlântico Sul (Seabra, 2014:84), e a exploração de recursos naturais, como o pré-sal (Seabra, 2014; Herz; Dawood; Lage, 2017). Esses desafios foram formalizados como políticas públicas em documentos de defesa nacional e estratégia marítima, refletindo as potencialidades que a ZOPACAS ainda oferecem.

No plano da formulação de estratégias de política externa, a premissa da ZOPACAS está presente em temáticas tão variadas quanto estratégias de defesa, colaboração regional e internacional, exploração de recursos naturais, entre outros. A ZOPACAS também é apontada na Política de Defesa Nacional, de 2005, como arranjo necessário para a segurança da região do Atlântico Sul e de interesse estratégico para o Brasil (De Mattos, 2014:179; De Lima Figueiredo; Monteiro, 2016:33).

pré-sal da Bacia de Campos defronte à costa brasileira, acompanhando achados similares em países africanos do Atlântico Sul. A cooperação econômica e tecnológica para a extração e exploração de tais recursos acabou por evidenciar a convergência de interesses entre os Estados membros.

Da parte do Brasil, a revitalização da iniciativa da ZOPACAS permitiria, ainda, uma justificativa política e econômica para o desenvolvimento de estratégias para a presença no Atlântico Sul que corroborassem uma instituição multilateral que corroborasse iniciativas individuais do país, como o caso do ProSub. A premissa original da ZOPACAS de ocupar o espaço do Atlântico Sul para prevenir a presença de atores internacionais ressurgia. A conjuntura política era distinta, mas os interesses na região mostravam-se atuais, principalmente com o interesse da OTAN em expandir-se pelo mundo, tornando-se uma aliança global visando a segurança internacional.

E, nessa seara, significativos avanços foram obtidos. Exemplos são diversos, como o Plano de Ação proposto na reunião de Montevideu, voltado a novos temas de cooperação, como na exploração dos recursos minerais marinhos, tanto sob águas de jurisdição nacional quanto na Área administrada pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos. Pode-se mencionar, também, a preservação do meio ambiente atlântico também ganhou importância, bem como iniciativas para garantir a segurança da navegação na Zona.

A incorporação de novos temas que não expressassem claramente a questão da defesa não obstaculizaram que tais questões fossem discutidas, mesmo sem constarem em documentos oficiais. Em 2013, a reunião de Montevideu contou com a participação dos ministros de Defesa, uma mudança significativa na prática da ZOPACAS. De fato, as declarações emitidas na ocasião mostram que a ZOPACAS vem se configurando como espaço de contestação a possíveis ingerências da OTAN no Atlântico Sul, em vista dos objetivos globais que a OTAN busca na manutenção da ordem internacional (Daalder; Goldgeier, 2006; Schmidt, 2007; Abdenur; Mattheis; Seabra, 2017).

Por CMG (RM1) Emílson Paiva de Faria, Núcleo Nacional do Brasil
Assessor de Relações Internacionais do Estado-Maior da
Armada

No final do século XV, não havia outra saída para os anseios de expansão lusitana senão, transpor o "mar-oceano", em busca de outros mundos. Por isso lançou-se à sedutora aventura do expansionismo de ultramar, expedindo naus, caravelas e galeões que partiam das praias lusitanas.

A Língua Portuguesa e o Mar têm, portanto, estreitas ligações históricas, pois foi através desse salgado caudal marinho que o idioma sofreu influências marcantes, valendo-se das grandes navegações transoceânicas dos portugueses, quando foi levado a vários recantos da Terra.

Naturalmente, não poderia deixar de referir-me à obra "Os Lusíadas", do poeta Luiz Vaz de Camões. Com o gênio iluminado de que era possuidor, descreveu a epopéia da viagem empreendida pelo Almirante Vasco da Gama, em busca do caminho marítimo para as Índias, fazendo aportar termos e palavras nunca dantes empregados ou sequer ouvidos, em longínquas terras.

Após este introito, início a abordagem do tema proposto. Com um espírito empreendedor, característico dos homens do mar, realizou-se em julho de 2008, na cidade de Lisboa, Portugal, na Academia de Marinha, com a presença dos mais altos representantes das Marinhas dos oito países de língua portuguesa o I Simpósio das Marinhas da CPLP.

Esta iniciativa da Marinha Portuguesa (MP) visou promover o diálogo, incrementar a cooperação e partilhar experiências organizacionais entre as Marinhas que usam a mesmo idioma, estreitando os laços de amizade que as ligam. O Tema Central foi "O papel das Marinhas no atual contexto internacional". Naquela oportunidade, decidiu-se que Simpósio seria realizado a cada dois anos, com a presença dos respectivos Comandantes das Marinhas, seguindo a ordem alfabética dos países.

*"Já no largo Oceano navegavam,
As inquietas ondas apartando,
Os ventos brandamente respiravam,
Das naus as velas côncavas inchando".*

* A Guerra baseatal corrente passou a compor a CPLP posteriormente.
† "Os Lusíadas" de Luiz de Camões, escritor português.

Assim, o II Simpósio foi organizado pela Marinha de Guerra Angola (MGA) em Luanda, Angola, em junho de 2010, tendo como Tema Central "As Marinhas e os Desafios do Século XXI". Durante este evento ampliou-se as operações bilaterais e as relações multilaterais entre as oito Marinhas, consolidando-se então um fórum exclusivo para discutir temas navais e marítimos e, o único entre as Forças Armadas da CPLP.

O III Simpósio foi realizado na Escola de Guerra Naval, da Marinha do Brasil (MB), no Rio de Janeiro, em maio de 2012. O Tema Central foi a "Garantia da defesa e segurança marítimas em âmbito nacional, regional e global. A cooperação entre as Marinhas para o monitoramento e o controle do tráfego marítimo nas águas jurisdicionais dos países".

O III Simpósio discutiu, intensamente, a "Declaração relativa aos Espaços Marítimos sob soberania ou jurisdição dos Estados Membros da CPLP", proposta pelo Secretariado Permanente para Assuntos de Defesa (SPAD), com a finalidade de obter uma posição consensual sobre o assunto. Neste sentido, as Marinhas presentes decidiram recomendar que a "Declaração", não fosse assinada da forma como estava proposta, por estar em desacordo com os objetivos gerais da CPLP, os quais são relativos à concertação político-diplomática, à cooperação em todos os domínios e à materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa, não havendo previsão do estabelecimento de acordo militar; e por falta de amparo legal nos dispositivos internacionais assinados pelos países, pois somente a Organização das Nações Unidas (ONU), por intermédio do seu Conselho de Segurança, tem poder para baixar resolução para o envio de forças militares a qualquer parte do mundo.

"O marujo português com sua boina marinheira, lá também a alma sonhadora, o espírito aventureiro, a intrepidez, a coragem o recurso que mais valia: a Língua Portuguesa".

As Marinhas também recomendaram que o Simpósio das Marinhas torne-se um órgão componente do Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa, com denominação "Conferência das Marinhas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CMCPLP)". A MB ficou incumbida de enviar documento ao Coordenador do SPAD, com a referida proposta. Esta ação foi realizada, sendo que a Ata da 17ª Reunião dos Chefes de Estado-

o Sérgio Pandolfo, médico e escritor brasileiro.

Maior Geral das Forças Armadas da CPLP, de 7 de maio de 2015, ratificou a alteração da denominação deste Fórum para “Conferência das Marinhas para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”. Assim, o Fórum deixou de ser um evento acadêmico para ser um dispositivo de execução.

Outra Recomendação acordada foi que a MP se propôs a elaborar uma minuta de Mecanismo Regulador para as Conferências das Marinhas da CPLP, a ser apresentada no próximo Simpósio para discussão e aprovação.

Pode-se constatar pela leitura das Atas dos três Simpósios, que a MP e a MB assumiram de forma compartilhada a liderança desta concertação e passaram a trabalhar em conjunto para o fortalecimento das demais Marinhas da CPLP.

Ficou também estabelecido que o encontro seguinte seria realizado, em 2014, em Cabo Verde, seguindo a ordem alfabética dos países.

Entretanto, em 2014, a Guarda Costeira de Cabo Verde não teve condições de realizar o evento. Assim, considerando que Guiné-Bissau estava com problemas políticos internos, a MB e a MP concitaram a Marinha de Guerra de Moçambique (MGM) a realizar a IV Conferência.

A MGM atendeu a sugestão e o evento foi realizado em fevereiro de 2015, em Maputo, Moçambique, com a denominação de IV Conferência das Marinhas da CPLP. Neste encontro, as oito Marinhas da Organização estiveram representadas; ainda não houve a presença de Guiné Equatorial, apesar de já fazer parte da CPLP. O Tema desta vez foi “A importância do mar para o desenvolvimento dos países da CPLP”, destacando que a abertura foi realizada pelo Vice-Ministro da Defesa Nacional de Moçambique, Dr. Patrício José. Na oportunidade ele ressaltou que os oceanos têm potenciais inegáveis e constituem um dos mais ricos patrimônios da humanidade. Devem ser preservados, defendidos e geridos, como um vetor de soberania de uma forma sustentada, num mundo em que as comunidades e as organizações internacionais lidam cada vez mais com uma série de ameaças globalizadas. Afirmou que os mares são fontes de promoção de riqueza e desenvolvimento e podem constituir-se em palcos para a ocorrência de atividades que, quando não contidas, podem ameaçar a segurança das nações.

o Mia Couto, escritor moçambicano, afirmava que o sentido de “lobos” – grande dificuldades.

*“O mar foi ontem o que o idioma pode ser hoje,
falta vencer alguns Adamastores”.*

Em Maputo foi aprovado por todos os representantes o Regulamento da Conferência das Marinhas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Este Regulamento estabelece os princípios gerais e as regras orientadoras e os Objetivos da CMCPLP:

- Criar uma plataforma comum de debate e partilha de conhecimentos em matéria de âmbito naval, de nível estratégico e operacional;

- Promover um ambiente de cooperação nos âmbitos naval e marítimo, designadamente, no campo de ação associado às entidades com responsabilidades no exercício da autoridade do Estado no mar – segurança marítima e defesa;

- Contribuir para o desenvolvimento das capacidades das Marinhas da CPLP;

- Manter comunicação permanente entre os Estados-Membros das Marinhas da CPLP.

Também foi definido que o próximo evento deveria ser realizado em Cabo Verde. Entretanto, em 2016, Cabo Verde abdicou novamente da realização da Conferência em 2017. Desta forma, a MB acordando com as demais Marinhas, assumiu a responsabilidade pela organização da V Conferência.

Desta forma, a V Conferência foi realizada no Rio de Janeiro, Brasil, no mês de agosto de 2018. Nesta oportunidade, houve o comparecimento do Comandante da Marinha de Guiné Equatorial (MGE), pela primeira vez na história deste Fórum. Destacam-se dois aspectos curiosos: o Comandante da Marinha de Guiné Equatorial, o Contra-Almirante Francisco Javier Nso Mba, não falava português, somente espanhol; outro aspecto é que pela primeira vez tivemos uma representante mulher - a assessora do Comandante de MGM - a 2ª Tenente Rostina Angélica Manhenje Andissene.

Nesta Conferência não houve a presença dos representantes de Guiné-Bissau e de Timor Leste.

Sozinho, no cais deserto, a esta manhã de Verão,
Olho pró lado da barra, olho pró indefinido,
Olho e contenta-me ver,

Pequeno, negro e claro, um paquete entrando.
Vem muito longe, nítido, clássico à sua maneira.

Deixa no ar distante atrás de si a orla vã do seu fumo.
Vem entrando, e a manhã entra com ele, e no rio,
Aqui, acolá, acorda a vida marítima,

Erguem-se velas, avançam rebocadores,
Surgem barcos pequenos detrás dos navios que estão no
porto..

Como se trata do último encontro realizado, apontarei a
seguir as principais recomendações aprovadas:

- as Marinhas encorajam os seus respectivos governos a
continuarem a trabalhar na definição de suas fronteiras
marítimas e extensão das plataformas continentais;

- a MB e a MP envidarão esforços para prover apoio técnico
na implementação de um sistema de vigilância marítima
nas demais Marinhas e Guardas Costeiras;

- encorajar as Marinhas e Guardas Costeiras a desenvolver
o conceito de "Marinha de duplo-uso", com vista a evitar a
duplicação de custos e aumentar a eficiência;

- a MB e a MP oferecem a colaboração para a arquitetura
e a estruturação de um sistema de gerenciamento, moni-
toramento e controle das águas jurisdicionais, que se
utiliza, por exemplo, do Sistema Long-Range Identification
and Tracking (LRIT) e de Sistema de informações
sobre o tráfego marítimo;

- prosseguir as ações de cooperação entre as Marinhas e
Guardas Costeiras para o combate às "novas ameaças" nos
espaços marítimos;

- as Marinhas e Guardas Costeiras deverão indicar
um Oficial Ponto de Contato à Marinha Acolhedora
da Conferência, para permitir a coordenação dos
eventos e o cumprimento das recomendações.

1 Fernando Pessoa, escritor português.

- as Marinhas e as Guardas Costeiras comprometem-se a
realizar um exercício naval de partilha de informações
entre os centros de operações marítimas, com periodicidade
bienal, a fim de treinar, capacitar, cooperar e re-
forçar os vínculos de confiança entre as Marinhas/Guar-
das Costeiras dos Estados Membros. O primeiro exercício
da série será realizado no ano de 2019 e coorganizado
entre as Marinhas do Brasil e Portugal.

- a Guarda Costeira de Cabo Verde deverá acolher a VI
Conferência das Marinhas e Guardas Costeiras da Comu-
nidade dos Países de Língua Portuguesa a ser realizada
em 2020.

*"tudo valeu a pena, pois a alma não foi pequena, e a
imensidão do mar, apesar dos perigos e dos abismos, à
vontade de Deus nele é que espelhou o céu".*

O consenso estabelecido é que em cada Conferência
sejam revisadas todas as Recomendações e mantidas
aquelas que permaneçam válidas.

Conforme se pode constatar, este Fórum objetiva o apro-
fundamento das cooperações navais, a fim de melhor ca-
pacitar as Marinhas mais novas, independente do nível
de desenvolvimento tecnológico de cada país e de suas
posições estratégicas em cada uma de suas regiões
geográficas. Devemos sempre enaltecer os nossos as-
pectos comuns: a história, a cultura e o idioma.

Normalmente, na CMCPLP, ocorre a apresentação de pal-
estras pelos chefes de cada delegação sobre o tema
proposto e debates entre os participantes. Posterior-
mente, se discute e se define as Recomendações que
permanecerão na Ata a ser assinada.

Para os anais da história, registro que as seguintes
Marinhas ou Guardas Costeiras participaram de todas as
Conferências: Marinha de Guerra Angolana, Marinha do
Brasil, Guarda Costeira de Cabo Verde, Marinha de
Guerra de Moçambique, Marinha Portuguesa e Guarda
Costeira de São Tomé e Príncipe. A Marinha de
Guiné-Bissau participou da I, II e IV; a Marinha de Guiné
Equatorial somente da V; e a Componente Naval da
Força de Defesa de Timor-Leste da I, III e IV.

Particularmente, tenho preocupação em relação à con-
tinuidade da CMCPLP. Este Fórum angariou sucesso e re-
speito da cúpula da CPLP, pois é o único entre as Forças
Singulares. Ele contribui para o desenvolvimento das co-
operações em vários setores entre as Marinhas e Guar-
das Costeiras de língua portuguesa.

1 Sérgio Pandofo.

A sua interrupção poderá prejudicar a evolução do relacionamento multilateral entre os nossos países, iniciativa que recebe alta prioridade da política externa brasileira. Esperamos que possa ocorrer a Conferência em Cabo Verde em 2020.

Assim, concito a todos os militares e as autoridades governamentais dos países da CPLP que estimulem e colaborem para a manutenção deste Fórum, pois contribui para o desenvolvimento das Marinhas e Guardas Costeiras mais incipientes. Por outro lado, também permite a aquisição de experiências nas Marinhas mais desenvolvidas.

Atualmente, os oficiais das Forças Armadas, os diplomatas e os decisores de cada país devem conhecer as relações internacionais, a ciência política, os assuntos militares e a cultura de cada nação, indistintamente, para que possam colaborar para o desenvolvimento de cada país.

Introdução

O presente artigo tem como tema Linhas de Acção Político Estratégico da CPLP. Esta reflexão está inserida nas actividades do CAE/CPLP referentes à pesquisa e difusão de assuntos do interesse da comunidade lusófona e tem como objectivo reconhecer a importância da CPLP no actual contexto estratégico. Quando se fala da CPLP, acrónimo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em primeira instância ocorre uma ideia de organização internacional assente na partilha de uma identidade comum histórico-cultural que aposta no desenvolvimento da cultura e da língua portuguesa. Porém, é mais do que isso, é uma organização internacional multifacetada, goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa e financeira.

Não é, por esse motivo despropositado relembrar que a Comunidade foi criada por uma decisão de Estados soberanos e surgiu praticamente duas décadas depois dos processos que levaram à independência das ex-colónias portuguesas desenhando-se independentemente das continuidades e discontinuidades do desenrolar histórico - numa Comunidade lusófona que, apesar de não integrar todo o universo da lusofonia, se orienta para uma inserção regional e global com matrizes culturais, históricas e de afetos comuns.

Compõe este artigo dois capítulos designadamente, Antecedentes e Génese da CPLP e Linhas de Acção Político Estratégico da CPLP. O primeiro capítulo procura através recuo histórico, averiguar as bases estruturantes que influenciam o funcionamento da CPLP como instituição. O segundo capítulo, por sua vez procura através de uma análise estatutária da CPLP apresentar as linhas de Linhas de Acção Político Estratégico da CPLP e aprofundas por um debate crítico que releva a sua importância no contexto estratégico internacional actual. De referir que a reflexão também contém uma abordagem introdutória, conclusiva e as respectivas referências bibliográficas.

Antecedentes e Génese da CPLP

Com o fim do Império Colonial, Portugal apesar de ter reencontrado com a sua identidade europeia original, mas não se fechou aos novos países africanos, que outrora eram colónias, apesar de todas as vicissitudes por que passaram, foram mantendo a língua, os laços e os afetos que os ligavam a Portugal, por opção própria, passando a desenvolver-se as relações com eles através da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento¹⁰.

Foi assim que surgiu o projeto de criação de uma Comunidade Luso-Afro-Brasileira e teve como grande impulsionador, José Aparecido de Oliveira que nomeado Ministro da Cultura do Brasil, influenciou o Presidente José Sarney, o qual promoveu diversos encontros entre intelectuais africanos, brasileiros e portugueses. Assim sendo, em 1989, por iniciativa do Presidente do Brasil José Sarney, influenciado por intelectuais, com maior destaque para José Aparecido de Oliveira realizou-se, em São Luís do Maranhão, uma cimeira dos Chefes de Estado dos sete países de língua portuguesa, nesta ocasião foi decidida a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, sediado na Cidade da Praia, em Cabo Verde, originando um projeto de criação de uma comunidade de países lusófonos, dando-se o primeiro passo para o aparecimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (Ibid).

10 11 - in <https://e-cultura.blog.sapo.pt/comunidade-dos-paises-de-lingua-6516637>

dos Negócios Estrangeiros dos sete países lusófonos em Maputo, para preparar os textos da Declaração Constitutiva da CPLP e seus Estatutos, que seriam apresentados em julho desse ano, na futura reunião cimeira ou de cúpula.

A CPLP tida como a institucionalização da Lusofonia, foi formalmente criada em 17 de julho de 1996, em Lisboa, onde tem sede, através da assinatura da Declaração Constitutiva por parte dos representantes de sete (7) países. Na altura faltava Timor-Leste, que ficaria com o estatuto de observador até 2002, após a independência, tornou-se o oitavo país membro, por direito próprio e sem reservas. O mesmo sucedeu com a Guiné Equatorial, em 2014, seu nono membro, pese embora ainda está sendo avaliado algumas componentes exigidas pela Organização. E actualmente regista-se uma avalanche de observadores associados, (Ibid).

Linhas de Acção Político Estratégico da CPLP

Olhando para a génese da Comunidade de Países de Língua Portuguesa assenta a sua base genética influenciada por vários aspectos socio – culturais, históricos e com realce para língua portuguesa. Esta particularidade contribui para sua afirmação no mundo através da adoção de uma inovadora e pragmática visão político-estratégica para a globalização da cooperação entre estados-membros.

Aliás, Bernardino (2010:21), salienta este facto para fazer uma abordagem estratégica da organização, afirmando que:

“A CPLP representa assim séculos de história conjunta, de trocas comerciais, culturais e políticas e um sem número de vivências partilhadas, apesar da enorme distância física

entre os espaços geográficos e os povos. Neste sentido, a CPLP, ao longo da sua década e meia de existência, vem assumindo reconhecidamente uma postura cada vez mais assertiva e global, em que o seu campo de intervenção é muito mais abrangente, a relevância e pertinência da sua ação muito maior, contribuindo para a afirmação dos seus Estados-membros e por essa via, da sua própria afirmação como organização universal num contexto cada vez mais global”.

Ainda mais, com a globalização e os enormes desafios societais que vivemos na atualidade trouxeram para os países e para as organizações e a CPLP em particular, novas ameaças e inovadores desafios, especialmente na área da segurança e defesa, pois sem segurança não existe desenvolvimento. Talvez, essa seja a razão que põe a defesa num processo evolutivo considerável, alias, é notório que longo dos últimos 15 anos, esta é a área que tem evoluído consistentemente o que permite que haja uma cooperação estratégica consolidada no âmbito do vetor da cooperação multissetorial da organização (aspecto a ser aprofundado mais a frente).

É por esta via, um fórum multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros. Alias, tal como expressam os seus Estatutos, a CPLP tem como objetivos: a) a concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais; b) a cooperação nos domínios económicos, cultural, jurídico, social e técnico-científico; c) a concretização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.

Portanto, é através desse ensejo organizacional que se descortina as suas linhas de acção político estratégico que passam em análise a seguir.

Na verdade, as linhas de acção Político - Estratégica que se refere quando se fala da CPLP emanam dos objectivos estatutários e dos seus princípios orientadores. Assim, tendo em conta a abordagem acima, de forma sequenciada, a seguir apresenta-se os vectores de acção político-estratégico.

11. Citado por Jorge Sampaio no discurso proferido no Acto de Constituição da CPLP, Lisboa, 17 de Julho de 1996
URL <http://le-cultura.blogspot.pt/comunidade-dos-paises-de-lingua-650607>

Concertação Político-Diplomática entre os seus Membros em Matéria de Relações Internacionais

O Estatuto da CPLP, no artigo 3 define como um dos objetivos primário da CPLP a Concertação Político-Diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da presença dos países luso-falantes nos fóruns internacionais.

Uma sintética análise da importância estratégica deste vector na CPLP, parte do interesse comum na actuação global assertiva. E aí nesta perspectiva, a CPLP para os seus associados constitui uma aliança natural em fórum internacionais (como ONU) e dela se assegura o apoio mútuo das iniciativas individuais para serem assumidas como coletivas. Por exemplo, analiticamente, pode-se assumir que foi interesse de Portugal ter um líder Português como secretário-geral da ONU, ora também é certo que este interesse foi assumido por parte de todos estados da CPLP. Portanto, no meio dessa aliança natural surgiu uma concertação político diplomática assertiva e bem-sucedida. Um outro exemplo é a intenção do Brasil em fazer parte do Conselho de Segurança da ONU. Aliás, também se pode perceber o mesmo grau de importância para a comunidade como um todo.

Analisando a localização geográfica dos Estados Membros da CPLP, entende-se que esta organização "...projecta-se em quatro continentes, unidos por três oceanos, em que os povos que a integram. Aliás, com a nova dinâmica na componente da cooperação multilateral que tem levado acabo, releva-se a responsabilidade dos seus órgãos estratégicos, e assim, impõe-se ao CAE-CPLP, a responsabilidade de aprimorar avaliações e projeções estratégicas de todas as regiões em que os estados membros estão inseridos, tendo em vista ajudar os Estados Membros na materialização de concertação político-estratégica global.

15. Francisco Duarte Azevedo e Luís Manuel Balo Bernardino, in <https://revistas.icaap.pt/producao/>

Cooperação em Vários Domínios

De acordo com a consagração estatutária, a cooperação na CPLP baseia-se em múltiplos domínios, designadamente, educação, saúde, ciência e tecnologia, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social e atinge o seu ápice no sector da defesa, isto devido a sua natureza estratégica que lhe é reservado.

Neste âmbito para aprofundar a relevância estratégica da cooperação sectorial dos países da CPLP, nesta reflexão debruça-se sobre a estratégia do Mar e o sector da Defesa como vetores que assumem um lugar de relevo nas suas relações.

• O mar como elemento geoestratégico na comunidade: estratégia da CPLP para os oceanos

Para dar seguimento à discussão de linhas de acção político-Estratégica da CPLP, encontra-se o Mar como altamente factor estratégico e geopolítico. Tal como se sabe, o elemento mar vislumbra-se o quão pertinente como elemento estratégico todos os Estados membros da Comunidade e consequentemente na CPLP como organização devido as razões políticas e económicas de várias ordens. Aliás, segundo Azevedo e Bernardino, foi pelo mar essa estrada misteriosa e de aventura e em que os antigos navegadores procuraram os acessos possíveis ao hinterland africano e mais tarde, veículo comercial, científico, cultural, com implicações socio-políticas e humanas, por vezes, bem dramáticas, que os nossos Estados, com continuidades histórico-culturais e linguísticas clarividentes se edificaram, unindo povos de diferentes credos e culturas, uns mais avançados tecnologicamente do que outros.

16. Joaquim Miguel De Moragas Patrício, in <https://e-cultura.blogs.sapo.pt/comunidade-dos-paises-de-lingua-650667>

Como evidência deste facto, os autores acima citados (Ibid) recuam um pouco para o passado recente para afirmarem que, é ainda através do mar, já no final do século XX, que a amálgama de povos em diferentes continentes e, sob a mesma bandeira e a mesma língua de comunicação entre si forjaram identidades agregando-as, trocaram experiências valorativas (sem omitir erros ou desatinos 3 do domínio colonial), clarificaram interesses e proporcionaram, mais tarde, já no final da última década do mesmo século XX, o entendimento solidário e de cooperação que abria o caminho para a edificação de uma identidade coletiva, agregada, supranacional, tão específica como a CPLP.

No que respeita ao grau de importância geoestratégica do mar para a CPLP, sabe-se que, a maior parte das recentes descobertas de recursos energéticos da última década que se encontram em áreas de influência geográfica de países da Comunidade, encontram-se no mar... aliás, foi assim que os chefes de Estados da CPLP, reafirmaram isso em uma declaração na cimeira de 2010, reiterando estarem conscientes que todos os Estados-Membros da organização possuem territórios marítimos que agregam um vasto potencial de recursos, vivos e não vivos, estratégicos e essenciais para os respetivos processos de desenvolvimento sustentável; e por como reconhecer a necessidade de uma estratégia política conjunta no âmbito dos oceanos é crucial para a gestão sustentável dos recursos neles existentes, aprovando assim a "Estratégia da CPLP para os Oceanos", em março de 2010, em Lisboa, como um documento determinante para a promoção de cooperação mutuamente vantajosa entre os Estados-Membros da CPLP, com vista ao desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob as suas respetivas jurisdições nacionais.

Nesta óptica, a Estratégia da CPLP para os Oceanos, mais do que ser um documento determinante para a cooperação estratégica neste domínio, subentende-se que veio a reconhecer a CPLP é essencialmente uma Organização na qual o mar, assumindo este domínio também como um vetor identitário, transparecendo assim, a sua vontade de capitalizar a importância pluridimensional e multidisciplinar que dispõe. Ademais, por ser vetor identitário une-se aos fatores estruturantes da Língua e da História comuns, bem como da gestão da sua preservação e sustentabilidade institucional.

17. Francisco Duarte Azevedo e Luís Manuel Blás Bernardino, in <https://revistas.uca.es/pt/problemas>

É assim uma aliança de países marítimos que se reparte por três oceanos, ligando mais de 250 milhões de pessoas vivendo em cerca de 10,6 milhões de quilómetros quadrados de terra e usufruindo de 7,6 milhões de quilómetros quadrados de área marítima (Bernardino, 2011:20).

Analicamente, para demonstrar-se o grau de importância estratégica deste vector na CPLP no contexto estratégico actual pode-se partir de um *Bolhar rasante* ao Oceano Atlântico e o Oceano Índico. Esta autoestrada azul merece especial destaque porque se trata, por excelência, de um largo corredor marítimo cuja importância recrudescer nos últimos vinte anos por razões geopolíticas e energéticas conhecidas (balca de Pré-Sal, Golfo da Guiné e bacia Rovuma), unindo os hemisférios sul e norte do globo, abrindo uma janela de oportunidade para que o espaço da lusofonia e da CPLP se afirme como exemplo de cooperação construtiva e de desenvolvimento interdependente, e ao mesmo tempo, desenvolva uma estratégia securitária cooperativa coletiva em benefício dos Estados membros (no caso do atlântico sul).

A CPLP na sua relação com o Oceano Atlântico impele-nos a compreender não apenas a importância geoestratégica das duas margens (africana e sul-americana) mas sobretudo reconhecer um triângulo estratégico no quadro da CPLP e avaliar a medida de outros interesses que concorrem na região para que se percebam claramente quais as potencialidades deste mar oceano e que tipo de cooperação se pretende a médio e longo prazo. "É evidente que num mundo em mudança acelerada, a concentração regional alcança um peso de tal forma decisivo que influi na geopolítica e determina uma estratégia de dinâmicas sujeitas a constantes adaptações..."¹⁸

E porque geopoliticamente, o mar não só é um instrumento de poder, de desenvolvimento, também é fonte de ameaças, é através deste que passam ou entram ameaças para os estados ribeirinhos e insulares. Assim, viu-se a necessidade de capitalizar-se o domínio da defesa e segurança como vector de acção estratégica da Comunidade para fazer-se face a esta realidade estratégica.

18. Francisco Azevedo, o então Director do CAE/CPLP, por ocasião do VIII ENAMES que decorreu em Brasília, de 8 a 10 de Setembro de 2014.

• Cooperação da CPLP-domínio da defesa

Para começar é importante recordar que a primazia entre a defesa/segurança versus desenvolvimento foi no passado recente controversa, mas é hoje um dado adquirido, o desenvolvimento e a segurança são parte da mesma equação. Uma não pode existir sem a outra, pois a segurança induz o desenvolvimento e não existe desenvolvimento sustentado sem segurança.

Para Adriano Moreira (2007), citado Bernardino (2011:20) a visão sobre a área da "Defesa" e "Segurança" ao nível da CPLP torna-se mais evidente devido a sua natureza geográfica/geopolítica/geoestratégica, mares/oceanos e o grau interativo de cooperação/parceria que se vai forjando, parece nortear os destinos e os objectivos da Organização.

Olhando para as dinâmicas de segurança e insegurança, o espaço lusófono caracteriza-se por aglutinar diversas situações que a tornam vulnerável até certo ponto. Alias, Rodrigues (2017:19) citando (Bernardino, 2008) defende que, com a globalização, a actual conjuntura proporcionaram o emergir de novas ameaças, que prejudicam os interesses dos Estados, onde se inclui os dos países lusófonos, dos quais destacam-se o crime organizado transnacional, nomeadamente o tráfico de pessoas e de drogas; a disputa de recursos marinhos e energéticos, em que a pirataria é a actividade mais recorrente; o radicalismo religioso, que despontam essencialmente em África, no Médio Oriente e com repercussões na Europa; os conflitos regionais que assolam essencialmente o continente africano, mas que também é sentido na Europa; a frequente utilização dos crimes informáticos e das ciber-ameaças; mas também riscos provocados pela degradação ambiental e agravado pelas alterações climáticas.

No caso do Atlântico, realça a relevância deste vector se reconhecidas ameaças transnacionais e os focos de instabilidade da região do Golfo da Guiné (com destaque para a pirataria, o tráfico de pessoas e estupefacientes, os fluxos migratórios ilegais, o tráfico de armas) bem como o respetivo impacto nas populações locais, a nova geopolítica dos recursos energéticos do Atlântico Sul e no oceano Índico confere à Comunidade um enorme valor acrescentado no que respeita às potencialidades estratégicas daí advém e induz a consolidação da concertação dos mecanismos de defesa e segurança já existentes.

Portanto, é uma oportunidade para as jovens democracias CPLP abre portas a possibilidades de cooperação, por forma a proporcionar a mitigação eficiente e eficaz. Estes são desafios que se apresentam a uma comunidade lusófona, que embora complexos, exigem a sinergia de todos os instrumentos através de capacidades multissetoriais e multilaterais, numa CPLP unida em torno da língua que se constitui como um pilar, para um desenvolvimento sustentado dos seus membros, (ibid).

E é por reconhecer o grau de importância na óptica de Azevedo e Bernardino a CPLP desenvolveu a sua "Arquitetura de Defesa" e se afigura como sendo um exemplo paradigmático de sucesso. Esta estrutura integra todos os órgãos de cooperação estratégica e representa crescimento institucional, consolidando assim a "Identidade da CPLP no Domínio da Defesa" orientando deste modo a Comunidade para uma nova visão geoestratégica. Porém, na perspetiva deste artigo propõe-se que seja entendido como sendo um Sistema de Defesa e não apenas como uma arquitetura como tal, isto devido a sua interatividade e conectividade no seu funcionamento e a sequencialidade dos seus assuntos.

16. Situa-se dois terços dos países que a constituem. Sete dos nove Estados membros.

Sob forma de representação, esse Sistema ou Arquitetura, seja como entende, apresenta uma estrutura dinâmica com seguintes Órgãos estruturais: Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa da CPLP (SPAD); Reunião dos Diretores das Informações (Órgão Emergente), as Reuniões de CEMGFA; as Reuniões de Diretores Nacionais de Política de Defesa; as Reuniões de Ministros da Defesa da CPLP.

E para a edificação do pensamento estratégico lusófono foi criado o Centro de Análise Estratégica da CPLP (CAE/CPLP) com missão central de pesquisa, estudo e difusão de conhecimentos no domínio da estratégia com interesse para os objetivos globais dos Estados membros. Este Órgão, na versão que se propõe nesta abordagem ocupa uma posição Charneira no Sistema, e funciona como sensor estratégico, o olho e ouvido do Sistema de Defesa da comunidade lusófona.



Figura 1: Sistema de Defesa adaptado, Bernardino (2011:45)

Esta caracterização entende-se como sendo pragmática e possui normativos pertinentes, englobando, no entanto, uma multiplicidade de vetores que explicam não só a génese mas também o contexto em que se gerou a ideia da criação do CAE/CPLP, bem como as valências e meios que assistiram à sua constituição. Outras iniciativas viriam a constituir-se e a

consolidar-se, designadamente os Exercícios Militares da série "FELINO", a Conferência das Marinhas da CPLP e o Fórum de Saúde Militar, Cooperação Técnico-Militar (CTM) entre outros (Ibid). Aliás, falando em Exercícios da Série FELINO poderão dar origem a uma força de actuação conjunta em situação de catástrofes e missões de paz sob égide da ONU,

28. Francisco Duarte Azevedo e Luis Manuel Brás Bernardino, in <http://revista.cnaop.pt/proelium>

caso o mecanismo em discussão for aprovado, e entende-se como sendo uma estratégia mais pragmática e vai galvanizar mais a interatividade e interoperabilidade de factores primordiais para a actual geopolítica lusófona que é acrescida pelas grandes ameaças globais, nomeadamente terrorismo, a pirataria e a guerra cibernética, catástrofes naturais, entre outras. A identidade da CPLP no Domínio da Defesa sintetiza as linhas de acção da Comunidade nesta componente, assentando-as na questão dos valores e interesses comuns aos países da Comunidade, na mobilização cooperativa, no aproveitamento das sinergias que advém da idiossincrasia da Organização no domínio da Defesa, na acção do instrumento militar e da cooperação daí resultante. cremos, no entanto, que mais do que cooperar, a palavra de ordem para uma cooperação multi-lateral frutífera da Comunidade, tal como ela transpira do documento sobre a identidade no domínio da Defesa, é partilhar conhecimento, formação, tecnologias, desafios e principalmente resposta às ameaças.

Por fim, entende que a CPLP também pode desempenhar um papel fulcral na segurança não só dos Estados membros visto... que já desenvolveu um Protocolo de Cooperação de Defesa. Mas para ser um actor relevante neste domínio tem que estar capacitada com os meios necessários que contribuam para a promoção da segurança, e capacidade de resposta rápida, atempada e com eficácia, para intervir com forças numa operação de maior alcance, promovida por outra organização internacional e neste caso em situações de conflito ou em resposta a crises (no âmbito das missões de Paz da ONU) (Rodrigues, 2015:30). Porém, tal como foi feito referencia na pagina anterior, já está em debate questão do mecanismo de intenção lusófono em resposta às situações humanitárias.

21 Francisco Duarte Azvedo e Luis Manuel Brito Bernardino
in <http://revistas.icaap.pt/prodium>

• **Materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa**

Como se pode notar, os laços históricos, culturais, linguísticos e geográficos assumem uma centralidade e consequentemente influenciam no seu funcionamento e atuação. Alias, pode-se repisar que, a CPLP enquanto organização é fruto de um esforço abnegado de intelectuais, estes influenciaram os governos na materialização deste ideário. Portanto, nele está reservado a promoção da Língua Portuguesa e sua difusão como um vector especial. De tal maneira que, mesmo antes da sua declaração constitutiva foi criado o ILLP, com sede em Cabo Verde.

Este ponto de vista induz-nos a ideia de que, a CPLP tem uma matriz identitária que assenta não só nos laços históricos, mas também nos traços culturais comuns como a língua portuguesa, e une os povos, nos valores semelhantes do humanismo e multiculturalismo.

Portanto, na vertente estratégica a língua portuguesa é o eixo estruturante de oito/nove países do mundo, espalhados por quatro continentes, povos irmãos e que permite aproveitar mais e melhor o verdadeiro valor geopolítico da lusofonia, exponenciando as suas vastas potencialidades, com vista a reforçar uma relação de irmandade e um posicionamento geoestratégico.

Por fim, considerar que, quanto a este vector conclui-se que, mais do que ter ser considerado como basilar na constituição da CPLP, constitui um dos objectivos estratégicos, isto porque, a consolidação da realidade cultural nacional e plurinacional confere a identidade própria aos Países de Língua Oficial Portuguesa, contribuindo na afirmação da língua portuguesa em diversos fora internacionais bem como a valorização da progressiva internacional do conjunto desses países. Alias, quase todas as declarações das cimeiras dos chefes do Estado, no ponto da acção Cultural, promoção e Difusão da Língua Portuguesa expressam explicitamente o seguinte: *"A língua portuguesa é um meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projeção internacional dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista"*.

22 Vide pagina 19
23 Vide pagina 1.

Conclusão

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é uma organização internacional multifacetada, com personalidade jurídica e autonomia assente na partilha de uma identidade comum histórico-cultural e linguístico e portanto, vem se desenhando independentemente das continuidades e descontinuidades do desenrolar histórico e proximidade geográfica.

A importância estratégica no contexto actual emana da sua natureza como comunidade e organização. E neste ponto de vista conclui-se através da análise dos seus estatutos a existência de 3 grandes linhas de acção estratégica. Assim, em primeiro lugar, a análise feita apresenta a concertação político diplomático vector primordial da organização. Esta a relevância desta linha de força centra-se na harmonização de interesses comuns e na actuação global assertiva. Permitindo assim a emergência de uma aliança natural óbvia e segura.

Em segundo plano, segue-se a cooperação em vários domínios como linha de acção. Este vector é sua natureza, mais estratégico, ou seja, releva mais o grau de actuação e curiosamente floresce nos domínios estratégicos.

Nesta ordem de ideias, concluiu-se que, primeiro a cooperação no domínio do mar como vector estratégico que valoriza não só a sua identidade como também assegura aquilo que se pode cogitar como sendo a maior potencialidade estratégico. Este dado foi confirmado com a aprovação da estratégia do Mar e Oceanos abrindo assim um espaço para uma acção de cooperação construtiva. Ao mesmo tempo esta iniciativa completava-se a estratégia securitária cooperativa emanada Protocolo de Cooperação de Defesa. Esta linha de acção põe a CPLP como um actor relevante neste domínio contribui para a construção e consolidação da Arquitetura de Defesa da CPLP que por sua vez, promove a segurança através das suas iniciativas no âmbito da CTM, exercícios Felinos entre outras acções.

Por fim, a reflexão considera a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa como sendo o vector identitário e por sinal considerado basilar na constituição da CPLP. Esta linha de acção contribui na consolidação da realidade cultural nacional e plurinacional conferindo a identidade própria aos Países de Língua Oficial Portuguesa, contribuindo na afirmação da língua portuguesa em diversos organismos internacionais bem como a valorização da progressiva internacional do conjunto desses países.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: oportunidades de melhoria para a sua atual estrutura de Defesa

Community of Portuguese-Speaking Countries: Improvement Opportunities for its Current Defense Structure

Luis Antonio de Almeida Junior*¹

RESUMO: Este artigo propôs-se a identificar de que forma a estrutura de defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) está adequada aos seus objetivos e de que forma pode ser aperfeiçoada. Empregando um raciocínio dedutivo aplicado a um estudo de caso, justificou-se a relevância da Comunidade para o Brasil, e analisou-se a adequação da atual estrutura de defesa da CPLP aos seus objetivos. Na sequência, estudou-se as estruturas de defesa da União Africana e Europeia, nomeadamente os órgãos que poderiam servir de referência para a estrutura análoga da Comunidade lusófona. Por fim, identificaram-se oportunidades de aperfeiçoamento na atual estrutura de defesa da CPLP. Concluiu-se que a estrutura de defesa da CPLP está adequada aos seus objetivos neste domínio e que há espaço para implementação de melhorias, nomeadamente no que se refere aos recursos e aos processos empregados, a fim de que a mesma forneça as respostas necessárias aos Estados-membros e à Comunidade lusófona. Nesse contexto, são apresentadas 26 propostas que ambicionam contribuir para o fortalecimento da estrutura de defesa da CPLP.

Palavras-chave: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; Defesa; Estrutura de Defesa; Objetivos de Defesa; Oportunidades de Melhoria.

ABSTRACT: The purpose of this essay is to identify whether the defense structure of the Community of Portuguese Language Countries is adequate to its objectives and how it can be improved. Through a deductive reasoning applied in a case of study, the relevance of the Community for Brazil was justified, it was analyzed the current CPLP defense structure and adequacy to its objectives. Subsequently, the defense structures of the African and European Union were studied. Finally, opportunities for improvement in the current CPLP defense structure were identified. It was concluded that the current defense structure of the CPLP is adequate to its objectives in this area and that there is room for improvements, in particular as regards to the resources and processes involved in the defense dynamics, so that the necessary responses to the Member States and the CPLP could be considered. In this context, 26 proposals are presented in order to contribute to the strengthening of the CPLP defense structure.

Keywords: Community of Portuguese Language Countries; Defense; Defense Structure; Defense Objectives; Opportunities for Improvement

* Tenente-Coronel de Infantaria do Exército Brasileiro, graduado em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); pós-graduado em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e pós-graduado em Ciências Militares – Segurança e Defesa pelo Instituto Universitário Militar (IUM), em Portugal. Atualmente serve no COTER.

¹Artigo baseado no trabalho de investigação individual realizado no âmbito do Curso de Estado-Maior Conjunto 2017/2018, cuja defesa ocorreu em junho de 2018, no Instituto Universitário Militar (IUM), em Portugal.

Introdução

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é uma Organização Internacional (OI), criada em 17 de julho de 1996 e que, até o momento, congrega nove Estados-membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, s.d.a).

A importância da CPLP no Contexto Internacional (CI),

nomeadamente para os países lusófonos, dentre eles o Brasil, advém da visão compartilhada de que a Comunidade é um vetor de desenvolvimento e inserção de seus interesses nos fóruns internacionais. Nesse contexto e corroborando com a importância da OI, destaca-se a existência de países na categoria de observadores associados e outros, incluindo regiões, que manifestam formalmente o seu interesse pela Comunidade (CPLP, s.d.b.; s.d.c.) (Figura 1).



Figura 1- Países membros, observadores associados e interessados na CPLP (Fonte: WIKIWAND, s.d.).

Nesses mais de 20 anos de existência, a CPLP vem amadurecendo politicamente e procura adaptar-se às novas dinâmicas globais, objetivando apresentar-se para os Estados-membros como uma organização credível e útil na promoção de seus interesses (ESCORREGA, 2016, p. 7).

Nesse contexto, surgem algumas reflexões. Seria a CPLP realmente relevante para o Brasil? Quais as razões que justificam a participação brasileira nesta OI? Como a CPLP possibilita uma maior inserção do Brasil, e demais membros da Comunidade, no CI? A seguir, passa-se a apresentar algumas respostas aos questionamentos realizados, a fim de caracterizar a importância da CPLP para o Brasil.

A CPLP se revela como um instrumento valioso e alinhado com outros interesses brasileiros, indo muito além de vínculos culturais e históricos, estes, possivelmente, os aspectos mais conhecidos da OI.

A Constituição Federal (CF) brasileira de 1988, em seu artigo 4º, apresenta os princípios que regem as suas Relações Internacionais (RI), sendo todos aplicados junto à CPLP, em especial os incisos IV, VII, VIII e IX que indicam, respectivamente, a não-intervenção, a solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo, assim como a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (BRASIL, 2019).

A Política Externa Brasileira (PEB), igualmente, evidencia a relevância da África e, conseqüentemente, da CPLP para o país. No que tange às RI, dentre as prioridades brasileiras, encontram-se os países da África, em especial os da África Ocidental e os integrantes da CPLP (MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL, 2012 pp. 25-26).

Segundo Aloysio Nunes Ferreira (2018), Ministro das Relações Exteriores durante a presidência de Michel Temer, o Brasil e a África possuem compromisso permanente, refletido em sólidas relações políticas e comerciais. No que tange à CPLP, o Brasil presidiu a OI nos anos de 2017 e 2018, promovendo reuniões e encontros de alto nível para definir políticas comuns e adotar acordos de cooperação em áreas como o turismo, energia e outras. No campo econômico, destaca-se o crescimento de cerca de 20% das trocas comerciais com países africanos entre 2016 e 2017, num montante de 14,92 bilhões de dólares americanos. Nesse contexto, a África se configura em um continente estratégico para o Brasil, inclusive para o seu intento de reestruturação da ordem mundial vigente, e uma ótima janela de oportunidade para investimentos.

A relevância das relações do Brasil com os países que compõem a CPLP pode ser aquilatada sob diferentes perspectivas e podem ser fornecidos exemplos sólidos relativos a todos os integrantes da OI. A seguir, elencam-se alguns países da CPLP com os quais o Brasil possui relações bilaterais, demonstrando a importância da Comunidade para a nação sul-americana. No caso de Portugal, há iniciativas de ambos os países para intensificação de parcerias nos campos da política, da ciência, da tecnologia, da cultura e da educação, bem como das relações comerciais e dos investimentos, o que se constata com a existência de cerca de 600 empresas portuguesas em território brasileiro e diversos investimentos

brasileiros em Portugal (BRASIL, 2019a), sendo a parceria EMBRAER – OGMA um exemplo (DEFESANET, 2017). As relações existentes são fundamentais para a desejada inserção econômica e comercial do Brasil no continente europeu, de forma mais ampla, por meio das tratativas para efetivação de um Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a União Europeia (BRASIL, 2019a).

Angola, atualmente, é um dos maiores parceiros comerciais do Brasil. As trocas comerciais bilaterais cresceram mais de 20 vezes ao longo dos últimos anos. Os investimentos e a presença brasileira naquele país são notórios, particularmente por meio de empresas de construção civil. Ressalta-se, ainda, a linha de crédito concedida pelo governo, verdadeiro instrumento de fortalecimento da presença brasileira em Angola (BRASIL, 2019a).

Em Moçambique, a cooperação técnica é o pilar das relações existentes. O Brasil estabeleceu parcerias nas áreas da saúde, da agricultura, da educação e da formação profissional. Há empresas brasileiras atuando em setores estratégicos como o da energia, da mineração e da infraestrutura, o que possibilita o desenvolvimento da nação amiga africana (BRASIL, 2019a).

No que se refere à Defesa e Segurança Nacionais, deve-se consultar as políticas nacionais, as quais apresentam as direções a seguir e os objetivos a alcançar para que o Estado tenha seus interesses atendidos. Assim, destacam-se a Política Nacional de Defesa (PND), a qual retrata o pensamento estratégico brasileiro, bem como a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), estes últimos subordinados e alinhados à PND.

Destarte, a PND preconiza que o entorno estratégico brasileiro é delimitado pelo espaço que compreende o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica. Ao norte,

a proximidade do mar do Caribe demanda sua atenção para essa região (MD, 2012, p. 21).

Segundo a END, a inserção brasileira no CI também é catalisada por meio da atuação do seu Ministério da Defesa (MD) e de outros ministérios na intensificação da cooperação e do comércio com os países africanos, bem como pelo incremento da interação com a CPLP (MD, 2012a, pp. 137-138).

Por seu turno, o LBDN destaca a ampliação da projeção brasileira no CI por meio da intensificação do intercâmbio com as Forças Armadas africanas, evidenciada pela profícua cooperação na área do ensino militar, bem como pela participação do Brasil em missões de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) naquele continente. Destaca, igualmente, a necessária paz e segurança do Atlântico Sul, espaço intercontinental estratégico para o Brasil em razão da existência de linhas de comunicação vitais; de questões econômicas como as rotas comerciais e riquezas minerais, em especial a bacia petrolífera; e de questões securitárias, sendo exemplo a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) (MD, 2012b, pp. 38-39; 52; 129-132;163).

Feitas as considerações anteriores, importa apresentar o cenário securitário atual, o qual impacta frontalmente a OI lusófona, particularmente a sua vertente de defesa, pondo em questão a sua capacidade de resposta e atendimento aos interesses e objetivos da Comunidade e de seus integrantes.

As dinâmicas securitárias que emergem neste século XXI são caracterizadas pela imprevisibilidade nas RI, pelo surgimento de novas ameaças como o terrorismo e outras mais tradicionais como as disputas entre Estados por fronteiras, áreas marítimas, controle do espaço aéreo, fontes de água, alimentos e energia. As questões ambientais e as alterações climáticas,

igualmente apresentam-se como um novo fator de preocupação (MD, 2012, pp. 17-19).

Nesse contexto, o espaço CPLP, detentor de riquezas naturais, biodiversidade e regiões cultiváveis, poderá despertar o interesse de outros Estados, ocasionando possíveis ingerências externas ou a disputa por espaços globais comuns, gerando conflitos que testarão os já existentes mecanismos para a afirmação da CPLP como instrumento de manutenção da paz e segurança, entre eles a solidariedade entre os Estados-membros em situações de agressão (CPLP, 2006 p. 4). Tais dinâmicas apresentam-se como o grande desafio para a CPLP, suscitando capacidades de defesa para enfrentá-lo e superá-lo, a fim de atender aos interesses de seus Estados-membros. Internamente, o espaço CPLP é já em si vulnerável, tendo em vista a disparidade e a interdependência entre os Estados-membros. A busca pelo atendimento das exigências internas, inclusive em apoio humanitário, ao mesmo tempo em que deve promover o crescimento e a justiça no seio dos seus membros, igualmente se configura em desafio para a CPLP.

Dessa forma, percebe-se que a CPLP sofre impactos das ameaças securitárias atuais, exigindo uma resposta para que o mecanismo se mantenha relevante aos seus membros, incluindo o Brasil, tarefa complexa que justifica a análise proposta neste artigo.

Por fim, este estudo está organizado em tópicos dedicados a análise da atual estrutura de defesa da CPLP e a sua adequação aos objetivos neste domínio; estudo das estruturas de defesa da União Africana (UA) e da União Europeia (UE), destacando quais os órgãos existentes que podem servir de referência para a estrutura análoga da CPLP; avaliação e discussão de resultados obtidos, identificando oportunidades de melhoria para a atual estrutura de defesa da CPLP; e conclusões.

1. A adequação da atual estrutura de defesa da CPLP aos seus objetivos

Será feita uma análise da atual estrutura de defesa da CPLP e a sua adequação aos objetivos neste domínio. Para tal, será apresentada a evolução do domínio de defesa da CPLP, os órgãos componentes de sua estrutura, os objetivos definidos para cada um deles e sua compatibilidade ao novo ambiente conflitual e à uma nova visão estratégica.

1.1. A evolução do domínio de defesa da CPLP

Os atuais Estatutos da Comunidade lusófona preconizam, em seu artigo 1º que a CPLP é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre seus membros, a qual goza de personalidade jurídica e possui autonomia financeira. Os mesmos estatutos apresentam, em seu artigo 3º, os objetivos gerais da OI (CPLP, 2007, p. 1):

- i) A concertação político-diplomática entre seus Estados-membros, nomeadamente para o reforço da sua presença nos foros internacionais;
- ii) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; e
- iii) A materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.

Percebe-se que há três pilares básicos e estruturantes da CPLP, a concertação, a cooperação e a difusão da língua portuguesa. No que se refere à cooperação, a CPLP tem como objetivo alcançá-la em diferentes domínios, inclusive o da defesa.

O domínio da defesa tem expressão no pilar concertação através da proteção

de objetivos comuns, como a promoção da paz, democracia, direitos humanos, desenvolvimento e justiça social. A vertente da defesa no âmbito da CPLP não é importante apenas para o pilar da concertação, onde se insere primariamente, na verdade, expande-se para os demais pela abrangência de suas ações e dos seus contributos. Ao nível da difusão da língua portuguesa, a defesa tem tido um papel de relevo, notadamente por meio da cooperação. Destaca-se que é no âmbito da cooperação que a componente da defesa tem sido notoriamente desenvolvida (AMADOR, 2017b).

A vertente defesa não esteve presente desde a fundação da organização. Entretanto, decorrente da necessidade óbvia de contar com mecanismos de resposta para as ameaças emergentes no espaço CPLP à época, entre elas as convulsões internas oriundas da rebelião militar na Guiné-Bissau e a situação político-militar de Angola, sentiu-se a necessidade de adotar medidas diplomáticas para a resolução dos conflitos (BERNARDINO; LEAL, 2011, pp. 25-26). Havia uma tendência reprimida para a multilateralização da Cooperação Técnico-Militar (CTM), até então bilateral entre Portugal e os Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), até que em 1998, com a Declaração de Lisboa, assinada durante a I Reunião dos Ministros da Defesa Nacional (MDN) da CPLP, foram estabelecidas as primeiras orientações visando a edificar o domínio da defesa no âmbito da Comunidade. Tomaram parte da reunião Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe (CPLP, 1998, pp. 1-2).

Em 1999, durante a II Reunião dos MDN, ocorrida na cidade de Praia, em Cabo Verde, os participantes realizaram uma análise da situação político-militar vigente e concluíram pela necessidade de intensificar os esforços visando a paz coletiva, a fim de permitir o adequado

desenvolvimento no âmbito da CPLP. Foi feito um balanço das ações, até então bilaterais, de CTM, sinalizando a necessária globalização da cooperação em busca da multilateralidade. Igualmente, acertou-se a apresentação de uma proposta relativa ao secretariado permanente, por parte de Portugal, acordaram-se programas de formação e de intercâmbio militar, entre outras resoluções (CPLP, 1999).

No mesmo ano, em Luanda, Angola, decorreu a I Reunião de Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) da CPLP, oportunidade em que foi apresentada e acatada a proposta de Portugal para que se realizassem exercícios militares no âmbito da CPLP, com o fim último de treinar uma força multinacional com capacidade para realizar operações conjuntas e combinadas, com vista à participação no quadro de Operações Humanitárias e de Operações de Paz, sob a égide da ONU. Consequentemente, no ano 2000, realizou-se a primeira edição do Exercício Felino, em Portugal, dando início à sequência anual de adestramentos que ocorrem até hoje (CPLP, 2014, p. 123).

As iniciativas na área de defesa foram crescentes e, no ano de 2001, durante a VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, ocorrida em São Tomé e Príncipe, foi assinada a resolução sobre a primeira revisão dos Estatutos da CPLP, onde a Cooperação no Domínio da Defesa foi consagrada estatutariamente, no já citado artigo 3º (CPLP, 2001, p. 1). Em 2003, ocorreu a VI Reunião de MDN, na cidade de São Tomé, onde foram assumidos diversos compromissos no domínio da defesa, dos quais destaca-se o acordo para que as iniciativas de cooperação entre os Estados-membros fossem objeto de um protocolo geral de cooperação (CPLP, 2003, p. 5), o que resultaria na aprovação, em 2006, do Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa (PCCDD),

instrumento jurídico que regulamentou princípios gerais de cooperação na área, a estrutura de defesa e os vetores determinantes para que a OI pudesse afirmar-se como promotora de paz e de segurança (CPLP, 2006).

Desde então, o domínio da defesa da CPLP evoluiu constantemente, até que, em 26 de maio de 2015, no âmbito da XVI reunião dos MDN, na Declaração de São Tomé, os países membros da comunidade concordaram com a necessidade de rever o PCCDD, a fim de incorporar novas dinâmicas em função da evolução do contexto securitário global, bem como do aprofundamento das ações de defesa em andamento. Nesse contexto evolutivo, durante a já citada reunião ministerial, foi aprovado o documento de Identidade da CPLP no Domínio da Defesa (ICDD), sendo, ainda, acordado que o mesmo seria encaminhado para o grupo de trabalho responsável pela Nova Visão Estratégica da instituição (CPLP, 2015d, pp. 3-4).

A ICDD, validada em 2015, apresenta uma visão global e integradora da gênese identitária e de interesses comuns dos Estados-membros com as atuais ameaças securitárias. A leitura detalhada do documento revela aspectos fundamentais para que o pilar defesa esteja à altura dos anseios da Comunidade, permitindo a consecução dos seus objetivos estatutários por meio de uma cooperação multilateral. No seu último parágrafo cita que o potencial da CPLP na área de defesa é significativo e que poderá ser usufruído por seus Estados-membros, desde que haja, de suas partes, vontade e empenho efetivo para a consolidação de uma identidade de defesa no âmbito da Comunidade, materializada por ações concretas e enquadradas por adequado protocolo de cooperação (CPLP, 2015b, pp. 9-10).

Em 2016, durante a XVII Reunião dos MDN, ocorrida na cidade de Díli, no Timor-Leste, entre outras resoluções, foi aprovada a versão consensual do

desenvolvimento no âmbito da CPLP. Foi feito um balanço das ações, até então bilaterais, de CTM, sinalizando a necessária globalização da cooperação em busca da multilateralidade. Igualmente, acertou-se a apresentação de uma proposta relativa ao secretariado permanente, por parte de Portugal, acordaram-se programas de formação e de intercâmbio militar, entre outras resoluções (CPLP, 1999).

No mesmo ano, em Luanda, Angola, decorreu a I Reunião de Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) da CPLP, oportunidade em que foi apresentada e acatada a proposta de Portugal para que se realizassem exercícios militares no âmbito da CPLP, com o fim último de treinar uma força multinacional com capacidade para realizar operações conjuntas e combinadas, com vista à participação no quadro de Operações Humanitárias e de Operações de Paz, sob a égide da ONU. Consequentemente, no ano 2000, realizou-se a primeira edição do Exercício Felino, em Portugal, dando início à sequência anual de adestramentos que ocorrem até hoje (CPLP, 2014, p. 123).

As iniciativas na área de defesa foram crescentes e, no ano de 2001, durante a VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, ocorrida em São Tomé e Príncipe, foi assinada a resolução sobre a primeira revisão dos Estatutos da CPLP, onde a Cooperação no Domínio da Defesa foi consagrada estatutariamente, no já citado artigo 3º (CPLP, 2001, p. 1). Em 2003, ocorreu a VI Reunião de MDN, na cidade de São Tomé, onde foram assumidos diversos compromissos no domínio da defesa, dos quais destaca-se o acordo para que as iniciativas de cooperação entre os Estados-membros fossem objeto de um protocolo geral de cooperação (CPLP, 2003, p. 5), o que resultaria na aprovação, em 2006, do Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa (PCCDD),

instrumento jurídico que regulamentou princípios gerais de cooperação na área, a estrutura de defesa e os vetores determinantes para que a OI pudesse afirmar-se como promotora de paz e de segurança (CPLP, 2006).

Desde então, o domínio da defesa da CPLP evoluiu constantemente, até que, em 26 de maio de 2015, no âmbito da XVI reunião dos MDN, na Declaração de São Tomé, os países membros da comunidade concordaram com a necessidade de rever o PCCDD, a fim de incorporar novas dinâmicas em função da evolução do contexto securitário global, bem como do aprofundamento das ações de defesa em andamento. Nesse contexto evolutivo, durante a já citada reunião ministerial, foi aprovado o documento de Identidade da CPLP no Domínio da Defesa (ICDD), sendo, ainda, acordado que o mesmo seria encaminhado para o grupo de trabalho responsável pela Nova Visão Estratégica da instituição (CPLP, 2015d, pp. 3-4).

A ICDD, validada em 2015, apresenta uma visão global e integradora da gênese identitária e de interesses comuns dos Estados-membros com as atuais ameaças securitárias. A leitura detalhada do documento revela aspectos fundamentais para que o pilar defesa esteja à altura dos anseios da Comunidade, permitindo a consecução dos seus objetivos estatutários por meio de uma cooperação multilateral. No seu último parágrafo cita que o potencial da CPLP na área de defesa é significativo e que poderá ser usufruído por seus Estados-membros, desde que haja, de suas partes, vontade e empenho efetivo para a consolidação de uma identidade de defesa no âmbito da Comunidade, materializada por ações concretas e enquadradas por adequado protocolo de cooperação (CPLP, 2015b, pp. 9-10).

Em 2016, durante a XVII Reunião dos MDN, ocorrida na cidade de Dili, no Timor-Leste, entre outras resoluções, foi aprovada a versão consensual do

Protocolo de Revisão do PCCDD, o qual só será assinado formalmente após cumpridos os procedimentos internos legalmente exigidos em cada Estado-membro (CPLP, 2016c, p. 5).

No âmbito geral da CPLP, fruto das novas dinâmicas no cenário internacional e seus impactos diretos na Comunidade e em seus Estados-membros, entre os dias 31 de outubro e 1º de novembro de 2016, durante a XI Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Brasília, foi adotada a Declaração sobre a Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026). Ressalta-se que o documento reconheceu a necessidade de reforço em diversos setores estratégicos, exceto a defesa (CPLP, 2016a, pp. 21-29).

Em 2017, durante a XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, ocorrida em 20 de julho, em Brasília, foi aprovado o Documento de Operacionalização da Nova Visão Estratégica, o qual apresenta um quadro operacional dos diversos planos de atuação da Comunidade. O documento veio sublinhar a importância do reforço da atuação da Comunidade nos três objetivos estatutários da Organização (CPLP, 2017d, p. 3). No que se refere ao domínio da defesa, de forma tênue, o referido quadro operacional apresenta a necessidade de reforço da cooperação nas

áreas da defesa e da segurança, por meio da revitalização do Centro de Análise Estratégica (CAE) (CPLP, 2017d, p. 12). No mesmo ano, durante a XVIII Reunião dos MDN, ocorrida na cidade de Malabo, Guiné Equatorial, procedeu-se à entrega simbólica do instrumento de ratificação do PCCDD (CPLP, 2017e, p. 5).

1.2. A defesa no âmbito da CPLP: estrutura organizacional e objetivos

Importante ressaltar os órgãos da componente de defesa da CPLP: i) Reunião de Ministros de Defesa Nacional (MDN) ou equiparados dos Estados-membros; ii) Reunião de Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) ou equiparados dos Estados-membros; iii) Reunião dos Diretores de Política de Defesa Nacional (DPDN) ou equiparados dos Estados-membros; iv) CAE; e v) Secretariado Permanente para Assuntos de Defesa (SPAD) (CPLP, 2006, pp. 6-12; 2016a, pp. 5-7). A Reunião de Diretores dos Serviços de Informações Militares ou equiparados, conforme a proposta de revisão do PCCDD (CPLP, 2018 p. 8), deixou de integrar a estrutura de defesa da CPLP. De fato, tais reuniões nunca ocorreram (SERRA, 2018)(Figura 2).



Figura 2 – Órgãos da componente de defesa da CPLP
Fonte: Adaptado de CPLP (2006, pp. 6-12; 2016a, pp. 5-7).

Os objetivos de defesa da CPLP encontram-se no artigo 2º do PCCDD e da sua proposta de revisão (CPLP, 2006, p. 3; 2016a, p.4). O objetivo global é promover e facilitar a cooperação entre os Estados-membros no domínio da defesa, através da sistematização e clarificação das ações a empreender. Como objetivos específicos citam-se:

- a) Criar uma plataforma comum de partilha de conhecimentos em matéria de defesa;
- b) Promover uma política comum de cooperação nas esferas da defesa; e
- c) Contribuir para o desenvolvimento das capacidades internas com vista ao fortalecimento das Forças Armadas (FA) dos países da CPLP.

1.3. A adequação da atual estrutura de defesa da CPLP aos seus objetivos

Os objetivos de defesa da CPLP podem ser entendidos, sinteticamente, como a procura efetiva pela cooperação em matéria de defesa (CPLP, 2006 p. 3) e é sob esse paradigma que será desenvolvida esta parte do artigo.

A ICDD, documento enquadrador e orientador ao identificar os objetivos e os interesses comuns da Comunidade (ESCORREGA, 2017, p. 4), igualmente identifica ameaças ao espaço lusófono com potencial para inviabilizar a consecução dos interesses dos Estados-membros. Ressaltam-se o crime organizado transnacional; a disputa por recursos marinhos e energéticos; o radicalismo religioso e suas consequências; os conflitos regionais; as ameaças cibernéticas; as questões ambientais e climáticas; e os problemas internos de cada Estado-membro (CPLP, 2015b, p. 3). A influência da francofonia, especialmente na Guiné-Bissau, configura nova ameaça ao concorrer com o elo linguístico entre os Estados-membros que é o idioma português

(DORES, 2018; MORGADO, 2018; MOURÃO, 2018), revelando que, mesmo no setor estratégico da língua portuguesa, constata-se desajustes entre os objetivos enunciados e os fatos (MARCHUETA, 2003, pp. 78-79).

As ameaças supracitadas demandam soluções multissetoriais e, na maioria dos casos, multilaterais (CPLP, 2015b, p. 3). Percebem-se fragilidades na estrutura de defesa, por não existir uma Estratégia de Defesa que indique como a CPLP poderá edificar as capacidades necessárias para fazer frente aos problemas mapeados. Tal deficiência não impede, entretanto, que a atual estrutura de defesa desenvolva mecanismos e desencadeie ações que direcionem a vertente da defesa no âmbito da OI, permitindo que os objetivos de defesa sejam alcançados.

Outra questão é a acomodação dos interesses de cada Estado-membro no quadro multilateral da CPLP (CPLP, 2015b, p. 5). Faz-se necessário identificar áreas de interesse comum para aplicação dos recursos disponíveis voltados para a defesa. Percebe-se que a coexistência de interesses dos Estados-membros voltados para a CPLP e para outras OI regionais, por vezes mais aliciantes ao proporcionarem dividendos mais concretos e imediatos em termos securitários, enfraquece o desejável nível de comprometimento para que medidas coletivas sejam adotadas, configurando um desafio imposto à Comunidade (MOURÃO, 2018; SEABRA, 2018). Entretanto, são inegáveis os esforços da estrutura de defesa, no sentido de promover uma política comum de cooperação em áreas relevantes para os Estados-membros. São exemplos as iniciativas de cooperação multilateral, onde os Encontros de Saúde Militar da CPLP, o Fórum de Saúde Militar e o Programa de Intercâmbio de Militares da CPLP para a Formação e Investigação em Saúde Militar são os maiores expoentes

(CAEIRO, 2018; CPLP, 2017b, p. 4); de segurança marítima, consubstanciada na Estratégia da CPLP para os Oceanos (AMADOR, 2017a, p. 73; CPLP, 2009), ainda pouco desenvolvida (SERRA, 2018), e na criação de um mecanismo de Resposta Multilateral da CPLP à catástrofes (CPLP, 2016b).

A ICDD, igualmente, propõe medidas para que a Comunidade possua potencial dissuasório, o que seria obtido se houvesse uma força militar ou de segurança capaz de mitigar as novas ameaças por meio de efetiva presença. Sugere, igualmente, a realização de exercícios multilaterais, a partilha de informações ou a coordenação de atividades associadas ao controle de espaços soberanos como estratégias de dissuasão (CPLP, 2015b, p. 7). Não há dúvidas sobre as propostas e consolida-se a relevância dos exercícios da série Felino, nomeadamente por sua capacidade de uniformizar e aprimorar a interoperabilidade entre as FA dos Estados-membros (CARVALHO, 2018), ainda que haja espaço para melhorias (SERRA, 2018).

Entretanto, coerente com os seus objetivos de defesa, a CPLP não visualiza, atualmente, uma capacidade mais musculada para fazer frente à toda uma gama de possibilidades. Na verdade, constata-se a sua “vocação universal de proteção regional e de intervenção ao nível de ajuda humanitária” (BERNARDINO, 2016, p. 53), a qual, uma vez alcançada, propiciará condições para mitigar os riscos existentes no espaço lusófono.

A cooperação no ensino e na formação militar é profícua, sendo exemplos os intercâmbios entre as academias militares e os demais órgãos de ensino dos Estados-membros. O Colégio de Defesa da CPLP já conta com regulamento próprio (CPLP, 2017c, p. 4), e teve sua 1ª edição acolhida pelo Brasil, em março de 2018 (CPLP, 2018, p. 2). Entretanto, ainda é reduzida a exploração

do potencial do Programa Integrado de Intercâmbio no domínio da Formação Militar (MOURÃO, 2018), e há óbices como a necessidade de recursos humanos e financeiros, entre outros (ESCORREGA, 2016, p. 10). Tais percalços não reduzem os resultados apresentados pela cooperação e pela partilha de conhecimentos na área da defesa, ambos objetivos de defesa da CPLP.

A CTM é o expoente do setor de defesa e, apesar de ser entendida como mais eficiente sendo realizada num ambiente multilateral (CPLP, 2006, p. 2), ainda não atingiu esse patamar de multilateralidade no âmbito da Comunidade (CHÍCHARO, 2018; MAGALULA, 2018; MORGADO, 2018). A CTM foi a origem da cooperação em defesa na CPLP e, embora seja uma atividade essencialmente bilateral, deve alcançar um patamar multilateral, a fim de permitir o desenvolvimento das capacidades no seio das FA dos Estados-membros, o que se constitui um dos objetivos de defesa da Comunidade (BERNARDINO, 2018) e um desafio (SERRA, 2018).

As OIs que possuem uma componente de defesa, por norma, têm forças militares multinacionais prontas para responderem às ameaças, o que não se aplica à CPLP. As respostas apresentadas pela Comunidade são iniciativas de cada Estado-membro, geralmente, de forma unilateral (CARVALHO, 2018). Bernardino (2018) refere que as ameaças atuais demandam respostas mais robustas e organizadas que a CPLP ainda não pode conferir. A CPLP é um instrumento *soft power* e o que se precisa, cada vez mais, é de um instrumento de *hard power*.

De tudo que foi dito, ressalta-se que a OI possui considerável potencial nessa área. Entretanto, é necessário “cimentar e afirmar uma identidade de defesa da CPLP”, onde haja “vontade e

empenhamento sincero dos diversos” Estados-membros (CPLP, 2015b, pp. 9-10). Segundo Mota (2009, p. 110), cabe ao Brasil e a Portugal colocarem a CPLP como uma das suas prioridades na política externa.

Após a análise dos pressupostos contidos na ICDD, resta aprofundar a investigação sobre os órgãos de defesa da CPLP. Foram analisadas as atribuições específicas de cada um, a fim de constatar se os mesmos cumprem as suas obrigações, contribuindo para o atingimento dos objetivos de defesa da CPLP.

As Reuniões dos MDN, CEMGFA e DPDN (CPLP, 2011a; 2011b; 2011c) são arranjos burocráticos que proporcionam canais de comunicação regulares importantes para a CPLP (SEABRA, 2018). Além das questões documentais e legislativas, as apreciações das evoluções nos setores da defesa dos Estados-membros, a análise das questões internacionais e as suas implicações político-militares para a Comunidade, bem como a troca de experiências entre os órgãos de Política de Defesa Nacional (CPLP, 2006, pp. 7-10; 2016a, pp.6-7), contribuem para o atingimento dos objetivos de defesa da OI, ao conciliar, por meio de suas resoluções, os interesses dos Estados-membros e propiciar a partilha de conhecimentos.

Concomitantemente, as reuniões possibilitam conversações e adoção de medidas concretas em crises internas, como no caso de Guiné-Bissau. Além disso, enquanto ator multilateral, tais ações contribuem para promoção de uma política comum de cooperação em defesa, objetivo da Comunidade nessa área (SEABRA, 2018). Destaca-se que a CPLP não está organizada, nem pode atuar como um “bloco defensivo” ou uma “estrutura global de defesa”, limitação autoimposta, constante do PCCDD. Dessa forma, reitera-se que as supracitadas reuniões têm, dentro do esperado para uma OI com a

configuração da CPLP, atendido aos seus objetivos de defesa.

O SPAD possui a missão de estudar e propor medidas visando a implementação das ações de cooperação multilateral, no quadro da multilateralidade da CTM (CPLP, 2006, p. 11). Cabe ao seu Núcleo Permanente garantir a continuidade da atividade da componente de defesa da CPLP (CPLP, 2015c, p. 1), demandando recursos perenes e capazes, em maior quantidade do que há atualmente. De qualquer forma, enquanto estrutura permanente e sediada em Lisboa, o SPAD tem se destacado na coordenação de posicionamentos e ações multinacionais. Considera-se eficaz o desempenho do SPAD (SERRA, 2018), consubstanciado por seus contributos para o desenvolvimento da cooperação em defesa, embora existam espaços para melhorias no funcionamento do órgão (ESCORREGA, 2016, p. 10), incluindo uma representatividade verdadeiramente multinacional (BERNARDINO, 2018).

O CAE, sediado em Maputo (Moçambique), visa à pesquisa, o estudo e a difusão de conhecimentos no domínio da estratégia, com interesses para os objetivos da Comunidade (CPLP, 2006, p. 11). Para tal, conta com um Núcleo Nacional (NN) em cada Estado-membro. A dispersão dos NN foi uma solução encontrada para a operacionalização desse órgão (BERNARDINO; LEAL, 2011, p. 48). Essa descentralização e distância física dos órgãos decisórios da Comunidade, sediados em Lisboa, é vista como uma fragilidade (MOURÃO, 2018). Entre as consequências desta opção, cita-se a necessária melhoria do sistema de informações entre o CAE e os NN, uma vez que o primeiro só funciona caso seja alimentado pelos segundos, bem como os Estados-membros precisam transmitir suas orientações aos respectivos NN. Além disso, no CAE faltam recursos humanos e devidamente qualificados, os quais são de responsabilidade de Moçambique (CPLP,

2015a, p. 8), bem como há preocupações referentes à dinamização e à eficiência dos NN e à disponibilidade de recursos financeiros (CPLP, 2017a, pp. 3-4). Ao analisar o quadro apresentado, percebe-se que os problemas poderão não ser estruturais, e sim, processuais (AMADOR, 2018). Tal premissa poderá, inclusive, extrapolar o CAE, estando adequada para toda a estrutura de defesa analisada.

Finalmente, constata-se que não há inadequabilidade da estrutura de defesa da CPLP perante os objetivos do PCCDD (Quadro 1). Entretanto, há aspectos a serem melhorados (SERRA, 2018) para otimizar o desempenho da atual estrutura de defesa da OI.

Quadro 1– Alinhamento entre as estruturas de defesa da CPLP, seus objetivos e vetores

Estruturas Objetivos	Objetivos PCCDD	Burocracia	Comunidade	Análise
		Recursos MOM/CENOP/DEOP	SNAD	CAE
Partilha de conhecimentos	II	*	*	*
Cooperação	III	*	*	*
Fortalecimento das IA das OI	IV	*	*	*

2. O domínio da defesa no âmbito das Organizações Internacionais

Serão analisadas as estruturas de defesa da União Africana (UA) e da União Europeia (UE), a fim de identificar quais os órgãos existentes em cada uma dessas OIs que poderiam servir de referência para a melhoria da atual estrutura de defesa da CPLP.

Na busca da maior representatividade possível, selecionaram-se organizações regionais integradas pelos países da CPLP em cada um dos continentes abarcados pela Comunidade, exceto a Ásia, já que o Timor-Leste, até o momento, não integra nenhuma outra organização com a vertente defesa que não seja a CPLP (REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR LESTE, 2018), e a América do Sul, visto que não são significativos os avanços nesse domínio por parte das

organizações regionais integradas pelo Brasil. Assim, foram selecionadas a UA, integrada pelos PALOP (UNIÃO AFRICANA, s.d.) e a UE, onde figura Portugal (UNIÃO EUROPEIA, 2018e).

2.1 A estrutura de defesa da União Africana

A UA foi estabelecida em 2001, sendo uma OI multilateral que promove a cooperação nas áreas econômica e política, bem como em outras áreas de interesse comum de seus Estados-membros, edificando-se nos princípios democráticos, governabilidade e direitos humanos (CHILD RIGHTS INTERNATIONAL NETWORK, 2018). No que se refere à segurança e à defesa, em 2002 inicia-se a implementação da Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA). A APSA visa à paz e à segurança regionais através de medidas como a prevenção de conflitos, alerta antecipado e diplomacia preventiva, estabelecimento e edificação de processos de paz, o incentivo e a promoção das práticas democráticas, assim como intervenções, ações humanitárias e resposta a desastres (UA, 2015, p. 12). Em 2004, a Assembleia da UA, órgão máximo da OI e integrado por um Comissário para a Paz e Segurança, responsável pela orientação do Diretório de Paz e Segurança, adotou a Política Comum Africana de Segurança e Defesa (PCASD) (SANTOS, 2011, pp. 53-55; 93).

A APSA integra as ações da Comissão da UA (CUA), das Comunidades Econômicas Regionais² (CER) e dos Mecanismos Regionais³

² Além de seu papel de indutor econômico regional, no que se refere à defesa, são atores fundamentais na colaboração com a UA para garantia da paz e estabilidade regional (UNITED NATIONS, s.d.).

³ No que se refere à defesa e à Força Africana de Prevenção, os MR complementam as capacidades das CER, enquadrando as Forças do Norte e do

(MR), na busca do atingimento dos objetivos comuns em cinco áreas estratégicas: (i) prevenção de conflitos; (ii) resolução de crises; (iii) reconstrução pós-conflito e edificação da paz; (iv) assuntos estratégicos de segurança; e (v) coordenação e parcerias. Destaca-se a existência da APSA *roadmap* 2016-2020, um documento estratégico que fornece uma percepção compartilhada dos resultados que devem ser atingidos e dos papéis e funções daqueles que compõem a APSA, sejam os Estados-membros, os parceiros ou outros atores (UA, 2015, pp. 7-8).

Para viabilizar as pretensões da UA em segurança e defesa, a APSA conta com o Conselho de Paz e Segurança (CPS) (Figura 3), pilar central e órgão de tomada de decisões sobre a prevenção, resposta e resolução de conflitos, bem como pela coordenação de respostas rápidas e eficientes em situações de crise regionais. O CPS é apoiado nas suas tarefas por outros órgãos da APSA, nomeadamente o Comitê de Estado-Maior (CEM), o Painel de Sábios (PS), o Sistema Continental de Alerta Antecipado (SCAA), a Força Africana de Prevenção (FAP) e o Fundo para a Paz (FP). Há, igualmente, uma Arquitetura Complementar de Governo Africano, voltada para ações de incentivo à democracia e governabilidade (UA, 2015, p. 13).



Figura 3 – Arquitetura de Paz e Segurança Africana
Fonte: ESCORREGA (2010, p. 143).

O CEM reúne os chefes militares dos países representados no CPS e presta aconselhamentos de mais alto nível (JANUS, 2010, pp. 144-145). O PS é um instrumento de mediação flexível e ligado às tradições africanas, com ênfase no apoio ao CPS e à CUA em assuntos relacionados à promoção e manutenção da paz, segurança e estabilidade na África (SANTOS, 2011). O SCAA é constituído por um centro de observação e monitoramento, localizado na Divisão de Gestão de Conflitos da UA, bem como por unidades regionais homólogas situadas nas CER e nos MR, ligadas à divisão central por meios adequados de comunicação. Nesses órgãos interligados são coletados, compartilhados e analisados os dados, com base em indicadores de alerta antecipado. Todas as informações obtidas são enviadas para o CPS e outras entidades parceiras, quando oportuno (SANTOS, 2011, p. 110).

A FAP é a estrutura operacional da APSA, composta por cinco Brigadas, uma em cada bloco regional africano (Central, Meridional, Ocidental, Oriental e Setentrional), e integrada por contingentes multidisciplinares civis, policiais e militares (BERNARDINO; SANTOS, 2016, p. 10). Cada Brigada conta com cerca de 4.300 homens, 500 veículos de transporte, 15 blindados, 13 veículos de reconhecimento, quatro helicópteros, um grupo de observadores militares e um de apoio civil para funções

Leste africano, cuja composição nacional não se adequa às Comunidades existentes (SANTOS, 2011, p. 139). Assim, há o Mecanismo de Coordenação da Brigada de Prevenção da África do Leste e a Capacidade Regional do Norte da África (UA, 2008, p. 2). Em 2008, o Memorando de Entendimento sobre cooperação na área de paz e segurança foi firmado entre a UA, as CER e os MR (SANTOS, 2011, p. 73).

administrativas, logísticas e financeiras (SANTOS, 2011, pp. 127-128)

A FAP habilita o CPS a desempenhar suas atribuições no que se refere ao desdobramento de missões de apoio à paz e intervenção, através dos efetivos, em regime de prontidão, que permanecem em seus países de origem prontos para serem desdobrados. Quando pertinente, a FAP coopera com a ONU e com suas Agências, bem como outras Ois, regionais e não-governamentais de interesse (SANTOS, 2011, pp. 124-125). Por fim, a Estratégia Marítima Integrada 2050 (MAMBIRISSE, 2018) procura atender as intenções da UA no que se refere à segurança marítima. Entretanto, há desafios a serem superados como a integração da estratégia na APSA (UA, 2015, p. 20).

2.2 A estrutura de defesa da União Europeia

A UE é uma união econômica e política surgida em 1992 com o Tratado de Maastricht (UE, 1992, p. 7). Contando com 28 países, apresenta uma vasta gama de domínios de intervenção, incluindo a segurança e a defesa (UE, 2018a). Promover a paz, seus valores e o bem-estar dos seus povos são objetivos (ASSEMBLÉIA DA REPÚBLICA, 2008, p. 18) confrontados por ameaças como os ataques terroristas em solo europeu, nomeadamente as ações do *Daesh*⁴, e a migração irregular, a partir do norte de África e Médio Oriente (PACHECO, 2018).

A fim de tornar a UE mais democrática, eficaz e apta para fazer face às atuais ameaças, em 1º de dezembro de 2009, entrou em vigor o Tratado de Lisboa (UE, 2018b) com avanços na área da ação externa pela criação do cargo de Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de

Segurança (ARUNEPS), com impactos no campo da segurança e defesa (TEIXEIRA, 2010, p. 23).

O tratado aborda, igualmente, disposições específicas relativas à Política Externa e de Segurança Comum (PESC). A PESC tem por objetivos preservar a paz e reforçar a segurança internacional; promover a cooperação internacional; desenvolver e consolidar a democracia, o Estado de Direito e o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais (UE, 2018c).

Parte integrante da PESC, a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) garante à União uma capacidade operacional apoiada em meios civis e militares, fornecidos pelos Estados-membros, que podem ser empregados em missões no exterior, a fim de assegurar a manutenção da paz, a prevenção de conflitos e o reforço da segurança internacional, de acordo com os princípios da Carta da ONU, incluindo o combate ao terrorismo. O Conselho Europeu (CE) decide sobre as missões, definindo objetivos, âmbito e regras de execução. O ARUNEPS, sob a autoridade do Conselho, e em contato com o Comitê Político e de Segurança (COPS), acompanha a coordenação dos aspectos civis e militares das missões (AR, 2008, pp. 46-48).

Desde 2003, ocorreram 34 missões e operações em três continentes. Nesse momento, a União conduz seis operações militares e 10 missões civis (UE, 2018d) (Figura 4).

⁴ Grupo terrorista também conhecido por ISIL, ISIS ou Estado Islâmico (UNITED KINGDOM, s.d).

Satélites (CENSAT), responsável por garantir o apoio de imagens remotas (UE, 2017, p. 71 e 160) e um serviço de *watchkeeper*, de caráter militar (PACHECO, 2018).

A Agência Europeia de Defesa (AED) é o órgão responsável pelas ações de coordenação e cooperação para o desenvolvimento de defesa, sob a autoridade do CE. As ações visam melhorar as capacidades militares dos Estados-membros (AR, 2008, pp. 47-49) por meio de três diretorias operacionais: planejamento e apoio; capacidades, armamentos e tecnologia; e inovações e sinergias europeias (UE, 2017, p. 164).

Em 2016, a Estratégia Global de Políticas Externas e de Segurança da UE foi importante marco que renovou o interesse dos Estados-membros em robustecer a cooperação em defesa (UE, 2018d),

demonstrando a importância de um conceito estratégico que identifique e implemente medidas concretas para fortalecer a cooperação em segurança e defesa.

Em 2017, passou-se à fase de implementação da estratégia através de medidas concretas, como a já prevista, mas recentemente ativada, Cooperação Estruturada Permanente (CEP), visando o aprofundamento da cooperação entre os Estados-membros na edificação de capacidades militares e na ampliação de sua disponibilidade operacional. Para tal, são desenvolvidos projetos de fortalecimento das capacidades conjuntas em três áreas: treino e exercícios; domínios terrestre, aéreo, naval e ciberespaço; e edificação de capacidades necessárias (Figura 5) (UE, 2018d).



Figura 5 – Projetos da CEP da UE – 2018
Fonte: UE (2018d).

Outro

feito foi a criação do Fundo de Defesa Europeu para financiamento de pesquisas edesenvolvimento no âmbito da União (UE, 2018d). A intenção é congregareforços e interesses coletivos para que haja eficiência nos gastos com a defesa.

A UE emprega a doutrina de defesa da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO). Todavia, a UE possui o *European Union Security and Defence College*, uma rede integrada de instituições de treino, *think tanks* e outros provedores de cursos e atividades de âmbito militar, incluindo intercâmbios doutrinários com os Estabelecimentos de Ensino Militares (EEM) orgânicos dos Estados-membros, numa estrutura do tipo “*pooling and sharing*” (UE, 2017, pp. 217-219). Se necessário, o EMMUE, através da Direção de Conceitos e Capacidades, produz doutrina específica (PACHECO, 2018).

A segurança das fronteiras e da costa da UE está a cargo dos seus

Estados-membros. Além da possibilidade de cooperação entre os Estados-membros, a FRONTEX é a agência encarregada de apoiá-los no controle de fronteiras (PACHECO, 2018). Destaca-se a iniciativa política para a criação da Agência Europeia de Guarda da Fronteira e da Costa (UE, 2017, pp. 6;44).

Por fim, a UE conta com os *Battlegroups*, instrumentos militares multinacionais, com capacidade expedicionária e de resposta rápida, para atuarem em crises conforme os objetivos da União. Compostos por cerca de 1.500 homens, possuem capacidade de operar isoladamente ou serem empregados nas fases iniciais de operações de maior envergadura (UE, 2017, pp. 63;86).
Análise dos resultados e propostas

Serão avaliados e discutidos os resultados obtidos, a fim de identificar oportunidades de melhoria para a atual estrutura de defesa da CPLP.

2.1 Análise

Com base na análise procedida na primeira parte deste artigo, apresentam-se as fragilidades identificadas no âmbito da defesa da CPLP (Quadro 2).

Quadro 2: Fragilidades identificadas no âmbito da defesa da CPLP

Dimensão	CPLP	Fragilidade identificada (FI)	Cód
Documento/Legislações	- PCCDD - ICDD - Estratégias setoriais	Inexistência de Estratégia de Defesa	B
Cooperação	- Mecanismo de Resposta Multilateral a catástrofes - Encontros e Fórum de Saúde Militar - Estratégia para os Oceanos - CTM	Necessidade de identificação de interesses comuns para aplicação dos recursos disponíveis voltados para a defesa	C1
		Reduzida multilateralidade na Cooperação	C2
		Reduzida consciência estratégica em relação à segurança marítima	C3
Estrutura/Orgãos	- Reunião MDN - Reunião CEMGFA - Reunião DP'DN - CAE - SPAD	Necessidade de fortalecimento das atuais estruturas de defesa – SPAD e CAE	D1
		Inexistência de uma dimensão verdadeiramente multinacional para o SPAD	D2
		Necessidade de melhoria dos processos executados pelas atuais estruturas de defesa	D3
		Necessidade de melhoria do sistema de informações entre o CAE e os NN	D4
		Necessidade de os Estados-membros transmitirem aos respetivos NN quais as suas orientações voltadas para a defesa	D5
		Necessidade de melhoria da eficiência dos NN e formação de seus quadros	D6
		Descentralização e distância física das estruturas de defesa	D7
Mecanismos de nivelamento	-	Inexistência de mecanismos de incentivo ao desenvolvimento das capacidades das Forças Armadas dos Estados-membros	E1
		Inexistência de Fundo para a Defesa	E2
Ensino/Doutrina	- Exercícios Felino - Colégio de Defesa da CPLP - Programa de Intercâmbio	Reduzida exploração do potencial do Programa Integrado de Intercâmbio no domínio da Formação Militar	F

Dimensão	CPLP	Fragilidade identificada (FI)	Código
Preparo e Emprego	<ul style="list-style-type: none"> - Exercícios Felino - Mecanismo de Resposta Multilateral da CPLP à catástrofes 	Inexistência de capacidade militar de dissuasão	G1
		Inexistência de capacidade militar multinacional, expedicionária e de pronta-resposta para a proteção regional, emprego em operações de paz e de ajuda humanitária	G2
		Reduzida interoperabilidade entre as Forças Armadas dos Estados-membros	G3
Inteligência/Informações	-	Inexistência de estrutura dedicada às informações de interesse da defesa e à sua partilha	H
Indústria de Defesa	-	Inexistência de estímulos à Indústria de Defesa	I
Político	-	Necessidade de efetivo empenhamento político dos Estados-membros	K1
		Lentidão na concretização de medidas no âmbito da defesa	K2

Prosseguindo, fruto do que se estudou na segunda parte, identificaram-se quais os principais órgãos, mecanismos e instrumentos da UA e da UE que, mediante as adaptações necessárias, poderiam complementar a atual estrutura de defesa da CPLP e, até mesmo, mitigar as fragilidades apresentadas (Quadro 3).

Quadro 3: Contributos das estruturas de defesa da UA e da UE

Dimensão	UA	UE	Contributo para (código)
Documento/ Legislações	<ul style="list-style-type: none"> - PCASD - AFSA <i>roadmap</i> 2016-2020 - Estratégia Marítima Integrada 2050 	<ul style="list-style-type: none"> - PESC - PCSD - <i>Global Strategy</i> 2016 	B; C1; C2; C3; K1 e K2
Cooperação	<ul style="list-style-type: none"> - FAP - SCAA - FP 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Battlegroups</i> - Direção de Informações (EMMUE) - CAINFOCIV - CENSAT - <i>watchkeeper</i> - Fundo de Defesa 	C1; C2; C3; E2; G1; G2; G3 e H
Estrutura/ Órgãos	<ul style="list-style-type: none"> - CPS - CEM - PS - SCAA - FAP 	<ul style="list-style-type: none"> - SEAE - COPS - CMUE - AED - EMMUE - Agência Europeia de Guarda da Fronteira e da Costa - <i>Battlegroups</i> 	C1; C3; D1; D2; D3; D4; D5; D6; D7; I
Mecanismos de nivelamento	<ul style="list-style-type: none"> - FP 	<ul style="list-style-type: none"> - AED - CEP - Fundo de Defesa 	E1; E2 e I
Ensino/ Doutrina	-	<ul style="list-style-type: none"> - Doutrina NATO - <i>European Union Security and Defence College</i> - Direção de Conceitos e Capacidades (EMMUE) 	F
Preparo e Emprego	<ul style="list-style-type: none"> - FAP 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Battlegroups</i> - Agência Europeia de Guarda da Fronteira e da Costa 	G1; G2 e G3
Inteligência/Informações	<ul style="list-style-type: none"> - SCAA 	<ul style="list-style-type: none"> - Direção de Informações (EMMUE) - CAINFOCIV - CENSAT - <i>watchkeeper</i> 	H
Indústria de Defesa	-	<ul style="list-style-type: none"> - AED - CEP 	I

Portugal, um passo à frente deveria ser dado com a colocação de professores nos cursos homólogos. Nesse contexto, importa estimular a participação das sociedades dos Estados-membros nas questões comuns de segurança e defesa, nomeadamente as universidades e os *think tanks*.

No que se refere à segurança marítima, é necessário reforçar a consciência estratégica dos Estados-membros para essa questão. Assim, a implementação de um instrumento regulador das bases de emprego combinado/conjunto de meios aéreos e navais para controle das águas territoriais e da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), se mostra pertinente. Além disso, é necessário estabelecer uma estrutura multinacional vocacionada para a segurança marítima no espaço CPLP.

A área das informações é precária na CPLP. As reuniões previstas entre os Diretores dos Serviços de Informações Militares ou equiparados, previstas no PCCDD, nunca ocorreram (SERRA, 2018). Ressalta-se que tais reuniões, em conformidade com a proposta de revisão do PCCDD, ainda pendente (CPLP, 2018, p. 8), deixaram de integrar a estrutura de defesa da CPLP. Dessa forma, urge criar mecanismos ou reativar e melhorar o processo de recolha, análise e disseminação de informações de segurança e defesa no âmbito da Comunidade. Além disso, a integração com o SCAA/ UA traria vantagens no que se refere à troca de informações de alerta antecipado, otimizando decisões e ações por parte da CPLP, junto aos PALOP, incluindo o emprego do Mecanismo de Resposta da CPLP à Catástrofes.

Existe potencial para o estímulo das indústrias de defesa dos Estados-membros da CPLP, pelo que é viável o debate, o estudo e a implementação de

pesquisa e desenvolvimento, bem como a elaboração de projetos compartilhados e a criação de plataformas comuns para incremento da interoperabilidade, no que se refere aos materiais de emprego militar. Nesse contexto, países como o Brasil e Portugal poderiam intensificar a doação de materiais de emprego militar aos PALOP para reduzir as assimetrias existentes entre os Estados-membros, contribuir para a desejada interoperabilidade e, igualmente, estimular setores industriais que viriam a ser demandados para modernizações ou manutenções, no que coubesse.

Por fim, uma questão fundamental diz respeito à necessidade de implementar uma Força Multinacional Expedicionária de Pronto-Resposta, visando dotar a CPLP de capacidade real e perceptível de resposta em caso de ameaças. Aos moldes da FAP ou dos *Battlegroups*, essa Força poderia cumprir missões de apoio à paz, ajuda humanitária e intervenção em caso de crise, contando com efetivos e meios dos Estados-membros que permaneceriam em seus países prontos para serem desdobrados, em caso de necessidade. Numa fase inicial, a atuação da citada Força restringir-se-ia à África, até pela incidência de situações que justifiquem tal opção. Importa destacar que uma evolução nesse sentido permitiria a CPLP aumentar sua relevância no CI, nomeadamente pela possibilidade de cooperar com as Nações Unidas e suas Agências, bem como outras OI, regionais e não-governamentais, de interesse da Comunidade.

Por fim, coerente com a finalidade deste tópico, apresenta-se um quadro resumo com as propostas consolidadas que ambicionam contribuir para o fortalecimento da estrutura de defesa da CPLP (Quadro 4).

Quadro 4: Oportunidades de melhoria para estrutura de defesa da CPLP

Dimensão	FI (Código)	Proposta
Documento/ Legislações	B	Elaboração de uma Estratégia de Defesa
Cooperação	C1	Implementação de uma Estratégia de Defesa
		Reforço do SPAD e do CAE para que haja melhores condições de identificação de áreas de interesse compartilhado em assuntos de segurança e defesa
	C2	Implementação de uma Estratégia de Defesa
		Reestruturação da cooperação para um modelo bi-multilateral
	C3	Implementação de uma Estratégia de Defesa
		Implementação de instrumento regulador das bases de emprego combinado/conjunto de meios aéreos e navais para controle das águas territoriais e da ZEE Implementação de estrutura multinacional de segurança marítima
Estrutura/ Órgãos	D1	Implementação de um Estado-Maior permanente e multinacional que integrasse o SPAD
	D2	Robustecimento do SPAD e implementação de representações multinacionais permanentes
	D3	Revisão dos processos e melhoria dos recursos humanos, técnicos e financeiros
	D4	Revisão dos processos e melhoria dos recursos humanos, técnicos e financeiros
	D5	Implementação de uma Estratégia de Defesa
	D6	Revisão dos processos e melhoria dos recursos humanos, técnicos e financeiros
	D7	Reunião física e geográfica do SPAD, CAE e NN
Mecanismos de nivelamento	E1	Implementação de uma Estratégia de Defesa
		Implementação de incentivos ao desenvolvimento da Indústria de Defesa no âmbito da Comunidade
	E2	Intensificação da doação de materiais de emprego militar Implementação de um Fundo de Defesa da CPLP
Ensino/ Doutrina	F	Reformulação e aumento da eficiência do intercâmbio existente no domínio da formação militar
		Implementação da doutrina da ONU para as operações de paz e de ajuda humanitária
		Estímulo à integração doutrinária entre os EEM da Comunidade
		Estímulo ao envolvimento das sociedades dos Estados-membros nas questões comuns de segurança e defesa, nomeadamente as universidades e <i>thinktank</i>
Preparo e Emprego	G1	Implementação de Força Multinacional Expedicionária de Pronto-Resposta
		Implementação de estrutura multinacional de segurança marítima
	G2	Implementação de Força Multinacional Expedicionária de Pronto-Resposta
		Implementação definitiva do mecanismo de resposta a catástrofes
G3	Ampliação do Exército Felino Inserção da Saúde Militar no Exército Felino	
Inteligência/ Informações	H	Reativação e melhoria do processo de troca de informações de segurança e defesa através das Reuniões dos Diretores dos Serviços de Informações Militares ou equiparados
		Partilha entre as agências de informações dos Estados-membros
		Integração com o SCAA/ UA
Indústria de Defesa	I	Estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento
		Elaboração de projetos compartilhados e criação de plataformas comuns para incremento da interoperabilidade
Político	K1	Elaboração e implementação de uma Estratégia de Defesa
		Implementação de uma Estratégia de Defesa
	K2	Estímulo à concretização de medidas no âmbito da defesa

4. Conclusões

O presente artigo propôs-se a identificar se a atual estrutura de defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa está adequada aos seus objetivos no domínio da defesa e de que forma pode ser melhorada.

Em síntese, a atual estrutura de defesa da CPLP está adequada aos objetivos da OI. Entretanto, há oportunidades de melhoria a serem implementadas, nomeadamente no que se refere aos recursos e aos processos envolvidos nas dinâmicas de defesa, a fim de que sejam apresentadas as respostas necessárias aos Estados-membros e à Comunidade lusófona. Nesse contexto, as estruturas de defesa da UA e da UE são vistas como referências para melhoria da estrutura análoga da CPLP, do que resultaram 26 propostas que ambicionam contribuir para o fortalecimento da estrutura de defesa da Comunidade.

Este artigo foi organizado de maneira que, inicialmente, analisou-se a atual estrutura de defesa da CPLP e a sua adequação aos objetivos neste domínio. Na sequência, estudou-se as estruturas de defesa da UA e da UE, identificando quais os órgãos existentes que podem servir de referência para a estrutura análoga da CPLP. Em seguida, foram avaliados e discutidos os resultados obtidos, o que permitiu a elencar oportunidades de melhoria para a atual estrutura de defesa da CPLP.

Na primeira parte do artigo, evidenciou-se que as atuais dinâmicas securitárias globais impuseram adaptações à CPLP, a fim de se manter eficaz como mecanismo de atendimento dos interesses de seus Estados-membros. Destaca-se que não há nenhuma organização, estrutura ou aliança que consiga eliminar as ameaças identificadas. A CPLP não poderia ser diferente e, considerando a sua finalidade e estatuta político-estratégica, até o momento conta com mecanismos suficientes para atender aos seus objetivos de defesa.

As fragilidades e os desafios confrontados pela estrutura de defesa impactam, de forma negativa, o seu rendimento e o desenvolvimento pleno das suas capacidades. Entre eles, destacam-se a

falta de recursos (humanos, técnicos e financeiros) e, talvez, algum desinteresse político.

Em suma, da análise realizada percebe-se que a atual estrutura de defesa da CPLP está adequada aos objetivos da OI, constantes do artigo 2º do PCCDD, e que há oportunidades de melhoria a serem implementadas, nomeadamente no que se refere aos recursos e aos processos envolvidos nas dinâmicas de defesa, a fim de que sejam apresentadas as respostas necessárias à CPLP. Na sequência, as estruturas de defesa da UA e da UE foram estudadas e identificaram-se órgãos que, mediante as adaptações necessárias, poderão complementar a atual estrutura de defesa da CPLP. Nesse sentido, a estrutura de defesa africana procura confrontar as ameaças visando a paz e a segurança regionais por meio da APSA, nomeadamente com o CPS e outros órgãos: (i) CEM; (ii) PS; (iii) SCAA; (iv) FP; e (v) FAP. Importa, igualmente, destacar a PCASD e o documento estratégico APSA *roadmap* 2016-2020, o qual indica, de forma clara, os papéis e os resultados a serem alcançados pelos Estados-membros, parceiros e outros atores da UA.

Por seu turno, na UE destaca-se a existência do cargo de ARUNEPS, o qual possibilita decisões assertivas no campo da segurança e defesa. A OI destaca-se, também, pelo suporte legal fornecido pela PESC e pela PCSD, as quais garantem as orientações e a capacidade operacional a fim de assegurar o atingimento dos objetivos da UE no domínio da defesa. No que se refere aos órgãos de mais alto nível, destacam-se: (i) SEAE; (ii) COPS; (iii) CMUE; e (iv) AED. A estrutura militar da União possui órgãos diversos, entre eles o EMMUE e suas estruturas internas. Destaca-se o conceito estratégico da OI, contido na Estratégia Global de Políticas Externas e de Segurança da UE, a qual apresenta medidas importantes como a CEP e o Fundo de Defesa Europeu. Destaca-se, igualmente, a proposta de criação de uma Agência Europeia de Guarda da Fronteira e da Costa, bem como a existência dos

"Esta obra literária está dividida em 7 Cantos e cada canto com centenas de estâncias, cada estância está em Oitavas "EMPRESTADO O ESQUELETO DOS LUSIADAS".

**Estâncias da introdução da minha
Obra literária em verso
"As Epopeias do meu Timor Loro Sae"**

ESTÂNCIA DE INTRODUÇÃO - I

Eterno Deus vivo, poderoso e Omnipotente,
Criador d'todas as coisas visíveis e invisíveis,
A inteligências e sabedoria Vós Sois a fonte,
Que contado seus tamanhos são impossíveis,
Dignai-vos conduzir e iluminar minha mente,
Declamar nos cantos d'verso sejam possíveis,
As epopeias deste minúsculo povo do levante,
E sua difícil luta pra ser livre e independente.

ESTÂNCIA DE INTRODUÇÃO - II

A história de um povo, que a fatal morte,
É inapagável o rasto do sangue vertido,
Os heróis da resistência, seu corpo inerte,
Na memória de seus filhos, vendo jazido,
Uma nova geração, com o seu pecto forte,
Uma nação, sobre as ruínas construído, seus
feitos heroicos pelo mundo espalharei.
Suas façanhas e a glória, em verso cantarei.

ESTÂNCIA DE INTRODUÇÃO - III

Clama meu peito, ó minha pátria amada,
Vivera no levante, como um grande tremor,
Mostra ao mundo, sua história afamada,
Um povo que para Deus tem grande temor,
A paz e a reconciliação na Oceânia dilatada,
Os irmãos de oposto reconciliando com amor,
Os nossos opressores, adversário perdoando,
Os massacres e as barbaridades esquecendo.

ESTÂNCIA DE INTRODUÇÃO - IV

Mereces um tom, majestoso e sublimado,
Porque cantas, as epopeias deste levante,
Porem em ténue estilo apenas declamado,
As bravuras, deste povo do sol nascente,
Por ser d'meu povo maubere, muito amado,
Vivera e estimula, o saber e minha mente,
Como soldado pelejante, eu testemunharei,
Em letras de ouro, na história esculpirei.

ESTÂNCIA DE INTRODUÇÃO- V

Pronto para te defender, oh Pátria **Timor!**
Eu grito com clamor ó minha pátria **amada,**
Ecoa nas montanhas de Maraka, com **tremor,**
Mostrando nossa grande história **afamada,**
Com meu punho serrado e grito com **clamor,**
Como um dos pioneiros da Força **Armada,**
Na defesa intransigente, se a morte **prover,**
Como um filho de Timor, é um eterno **dever.**

ESTÂNCIA DE INTRODUÇÃO- VI

Espalhando suas façanhas, em toda **parte,**
Proclamarei as bravuras em todo **universo,**
O meu peito ardente, com orgulho e **forte,**
Em ténue estilo, nos cantos do meu **verso,**
Meu dever pelejante ainda vivo com **sorte,**
Porém meu saber ínfimo, eu sinto **remorso,**
Que as minhas obras literárias seja **parte,**
Mesmo que em mim, falte o engenho e **arte.**

ESTÂNCIA DE INTRODUÇÃO- VII

Oh Leitores do verso, não sejam confundidos,
Com as obras literárias de poetas **legendários,**
Que na história, estão eternamente **gravados,**
Das suas obras imortais e com seus **impérios,**
Os seus saberes no mundo de mui **conhecidos,**
E as obras escritas com sabedoria e com **génios,**
Tais como o Luís de Camões e as suas **Lusíadas,**
E do Homero, com as suas **Iliada e Odysseias.**

ESTÂNCIA DE INTRODUÇÃO- VIII

É por ser da pátria amada, me orgulharei
Os vinte quatro anos de luta, testemunharei,
Em prosa e em verso, cantando espalharei,
E em tintas de ouro, na história esculpirei,
As bravuras do soldado Maubere, cantarei,
Mesmo em ténue estilo não me espantarei,
Que a nossa pátria amada seja glorificada,
Mas Camões e Homero, não sou comparado.

Referências bibliográficas

ABDENUR, A. E. et al. O Brasil E a Cooperação Em Defesa: a Construção De Uma Identidade Regional No Atlântico Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 57, n. 1, p. 5–21, 2014.

ABDENUR, A. E. et al. An Ocean for the Global South: Brazil and the Zone of Peace and Cooperation in the South Atlantic. *Cambridge Review of International Affairs*, v. 29, n. 3, p. 1112–1131, 2017.

AZEVEDO, Francisco & L. Bernardino. Uma Nova visão Geoestratégica na Comunidade de Países de Língua Portuguesa: a Identidade da CPLP no Domínio da Defesa, *Proelium X* (10), in <https://revistas.rcaap.pt/proelium>, 2016.
BEIRÃO, A. P.; RAMOS, B. V. A. da S. The possibility of NATO and Portuguese Presence in the South Atlantic Ocean. In: DUARTE, Érico. BARROS, Manuel Correia de (eds.). *Maritime Security Challenges in the South Atlantic*. Cham, Suíça: Springer, 2019.

AMADOR, P. A. B. Evolução da Componente Defesa: O contributo português. In: XIV SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICO-ESTRATÉGICO DO CAE/CPLP, 2017.

Lisboa, 2017a.

_____. O Instrumento Militar Português como Produtor de Segurança: contributos para uma arquitetura securitária no Atlântico Sul. Lisboa: Instituto Universitário Militar, 2017b.

_____. A cooperação técnico-militar da CPLP. 2018. Entrevista concedida a Freitas C. A. A. Por email, 24 janeiro 2018.

ASSEMBLÉIA DA REPÚBLICA, 2008. Tratado de Lisboa - versão consolidada. Disponível em: https://www.parlamento.pt/europa/Documents/Tratado_Versao_Consolidada.pdf Acesso em: 4 abril 2018.

BERNARDINO, Luís & José Santos Leal. *A Arquitetura De Segurança E Defesa Da Comunidade Dos Países De Língua Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 2011.

BERNARDINO, L. M. B.; LEAL, J. S. *A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996-2011)*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 2011.

BERNARDINO, L. M. B. A centralidade geoestratégica de Portugal. *A nova Identidade da CPLP no Domínio da Defesa*, *Revista Militar*, n. 2568, pp. 47-54, 2016.

_____. A cooperação técnico-militar da CPLP. 2018. Entrevista concedida a Freitas C. A. A. Por email, 24 janeiro 2018.

BERNARDINO, L. M. B.; SANTOS, G. P., 2016. The Angolan Armed Forces and the African Peace and Security Architecture. *Southern African Peace and Security studies*, v.5, n. 1, pp. 5-19, 2016.

CARVALHO, G. et al. Soft Power, Hard Aspirations: the Shifting Role of Power in Brazilian Foreign Policy. *Brazilian Political Science Review*, v. 8, n. 3, p. 66– 94, 2014.

GOVERNO DO BRASIL. 2019 a. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em: <http://www.ita-maraty.gov.br/pt-BR/relacoes-bilaterais>. Acesso em: 23 fevereiro 2019.

_____. 2019. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23 fevereiro 2019.

_____. 2019 b. Ministério da Defesa do Brasil. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf. Acesso em: 23 fevereiro 2019.

CAEIRO, N. A atual estrutura de defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e sua adequação aos objetivos da Organização Internacional Lusófona. 2018. Entrevista concedida a Junior L. A. A. Por e-mail, 24 março 2018.

CARVALHO, L. D. d. A cooperação técnico-militar da CPLP. 2018. Entrevista concedida a Freitas C. A. A. Por e-mail, 8 fevereiro 2018.

CHÍCHARO, J. M. Z. A cooperação técnico-militar da CPLP. 2018. Entrevista concedida a Freitas C. A. A. Por e-mail, 25 janeiro 2018.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 1998. I Reunião de Ministros de Defesa da CPLP. Disponível em:

https://cplp.defesa.pt/MDN/19980721_I_ReuniaoMDN_Lisboa_DeclaracaoFinal.pdf. Acesso em: 12 novembro 2017.

_____. 1999. II Reunião dos Ministros da Defesa Nacional dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: https://cplp.defesa.pt/MDN/19990525_II_ReuniaoMDN_Praia_DeclaracaoFinal.pdf. Acesso em: 17 novembro 2017.

_____. 2001. Resolução sobre a revisão dos Estatutos da CPLP. Disponível em:

DA COSTA, M. G. Brasil e ZOPACAS: A manutenção do status quo e a projeção no Atlântico Sul. In: Porto Alegre. Anais... In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS. Porto Alegre: maio 2013.

DAALDER, I. H. et al. Global NATO. *Foreign Affairs*, p. 1–10, 2006. Disponível em:

<<https://www.foreignaffairs.com/articles/2006-09-01/global-nato>>.

DE LIMA FIGUEIREDO, E. et al. O Papel Do Brasil Na Segurança Marítima No Atlântico Sul. *Revista da Escola de Guerra Naval*, v. 21, n. 2, p. 25–62, 2016.

DE MATTOS, L. F. A Inclusão Da Antártica No Concelto De Entorno Estratégico Brasileiro. *Revista da Escola de Guerra Naval*, v. 20, n. 1, p. 165–191, 2014.

FERNANDES, J. H. C. A soberania cibernética na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). In: GHILLER, G. F. et al. *Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a Defesa no Brasil*. Brasília: IPEA, NEP, 2015.

FUCCILLE, A. et al. O Governo Dilma Rousseff E a América Do Sul: a Atuação Brasileira Na UNASUL (2011-2014). v. 92, p. 43–72, 2017.

HERZ, M. et al. A Nuclear Submarine in the South Atlantic: the Framing of Threats and Deterrence. *Contexto Internacional*, v. 39, n. 2, p. 329–350, ago. 2017.

KENKEL, K. M. Brazil's Peacekeeping and Peacebuilding Policies in Africa. *Journal of International Peacekeeping*, v. 17, n. 3-4, p. 272–292, 1 jan. 2013.

LESSA, A. C. Brazil's Strategic Partnerships: an Assessment of the Lula Era (2003-2010). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 55, n. Special Edition, p. 115–131, 2010.

MATTOS, B. R. B. et al. Brazilian Policy and the Creation of a Regional Security Complex in the South Atlantic: Pax Brasiliana? *Contexto Internacional*, v. 39, n. 2, p. 263–280, ago. 2017.

MELO, Daniella da Silva Nogueira. Atuação da OTAN no Atlântico Sul. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - UNESP, UNICAMP, PUC-SP, Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2018.

RODRIGUES, Alexandre Fernando Mendes. O Desenvolvimento de Um Pensamento Estratégico Lusófono, Lisboa, Instituto de Estudos Superiores Militares, 2014/2015.

RUCKS, J. T. A geopolítica do Atlântico Sul: a importância da ZOPACAS para o Brasil. In: *Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território*, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra 1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 147-158.

SCHMIDT, J. R. Last Alliance Standing? NATO After 9/11. *The Washington Quarterly*, v. 30, n. 1, p. 93–106, jan. 2007.

SEABRA, P. A Harder Edge: Reframing Brazil's Power Relation with Africa. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 57, n. 1, p. 77–97, 2014.

SEABRA, P. Stretching the Limits? Strengths and Pitfalls of South Atlantic Security Regionalism. *Contexto Internacional*, v. 39, n. 2, p. 305–328, ago. 2017.

VALADAO, Alfredo G A. "Systemic Threats" and "Pathological Risks": an Atlantic Answer to Contemporary Security Issues. In: WOISCHNIK, Jan (ed.). *Might and Right in World Politics*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2016, p. 100-115.

VALENÇA, M. M. Política Externa Brasileira E Multilateralismo: O Que Esperar Do Novo Governo. *Cadernos Adenauer*, v. Ano XVII, n. 4, p. 45–59, 2016.

VALENÇA, M. M. et al. Brasil: Potência Regional Com Intereses Globais. *Diálogo Político*, v. XXVIII, n. 4, p. 99–119, dez. 2011.

VALENÇA, M. M. et al. A Inserção Internacional Brasileira Por Meio Da Consolidação Das Normas De Prevenção De Conflitos E Proteção Aos Civis: Em Conflitos Armados: Possibilidades a Partir Da Responsabilidade Ao Proteger. *Revista da Escola de Guerra Naval*, v. 21, n. 1, p. 63–82, 2015.

VARGAS, J. A. C. *Campanha Permanente: o Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

VAZ, A. C. Brazil's Strategic Partnerships: Origins, Agendas and Outcomes. *European Strategic Partnership Observatory*, v. 9, p. 1–19, 25 jul. 2014.

https://cplp.defesa.pt/Normativos/20060915_Protocolo%20Cooperacao%20CPLP%20Dominio%20Defesa.pdf. Acesso em: 16 novembro 2017.

_____. 2007. CPLP - Estatutos da CPLP. Disponível em: http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf. Acesso em: 15 novembro 2017.

_____. 2009. Estratégia da CPLP para os Oceanos. Disponível em: https://cplp.defesa.pt/Normativos/20090720_CPLP_Estrategia_Oceanos.pdf. Acesso em: 20 março 2018.

_____. 2011a. Regimento interno das Reuniões de CEMGFA ou equiparados dos Estados Membros da CPLP. Disponível em: <https://cplp.defesa.pt/Normativos/Regimento%20Interno%20Reunioes%20de%20CEMGFA.pdf>. Acesso em: 18 fevereiro 2018.

_____. 2011b. Regimento interno das Reuniões de DPDN ou equiparados dos Estados Membros da CPLP. Disponível em: <https://cplp.defesa.pt/Normativos/Regimento%20DPDN.pdf>. Acesso em: 28 março 2018.

_____. 2011c. Regimento interno das Reuniões de MDN ou equiparados dos Estados Membros da CPLP. Disponível em: <https://cplp.defesa.pt/Normativos/Regimento%20Interno%20reunioes%20MDN.pdf>. Acesso em: 27 março 2018.

_____. 2014. 18 anos CPLP - Os desafios do futuro. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4431.aspx>. Acesso em: 18 novembro 2017.

_____. 2015a. Estatuto do CAE/ CPLP. Disponível em: https://cplp.defesa.pt/Normativos/20150526_ESTATUTO%20DO%20CAE.pdf. Acesso em: 10 março 2018.

_____. Identidade da CPLP no Domínio da Defesa. São Tomé: CPLP, 2015b.

_____. 2015c. Regimento Interno do SPAD da CPLP. Disponível em: [https://cplp.defesa.pt/Normativos/SPAD_RegimentoInterno%20\(2015\).pdf](https://cplp.defesa.pt/Normativos/SPAD_RegimentoInterno%20(2015).pdf). Acesso em: 27 março 2018.

_____. 2015d. XVI Reunião de Ministros da Defesa da CPLP_ atualização do Protocolo de Cooperação. Disponível em: https://cplp.defesa.pt/MDN/20150526_XVI_Reuniao%20MDN_Sao%20Tome_DeclaracaoFinal.pdf. Acesso em: 13 novembro 2017.

_____. 2016a. Nova visão estratégica da CPLP (2016-2026). Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=4803&M=NewsV2&PID=10872>. Acesso em: 18 novembro 2017.

_____. 2016b. Protocolo que altera o Protocolo de Cooperação da CPLP no domínio da defesa. Disponível em: <https://cplp.defesa.pt/Pages/Orgaos.aspx>. Acesso em: 12 novembro 2017.

_____. 2016c. XVII Reunião de Ministros da Defesa da CPLP. Disponível em: https://cplp.defesa.pt/MDN/20160520_XVII_Reuniao%20MDN_D%C3%ADli_DeclaracaoFinal.pdf. Acesso em: 3 dezembro 2017.

_____. 2017a. 19ª Reunião CEMGFA CPLP. Disponível em: https://cplp.defesa.pt/CEMGFA/20170420_XIX_reuniao_CEMGFA_Lisboa_2017.pdf. Acesso em: 28 março 2018.

_____. 2017b. IX Reunião dos Diretores de Política de Defesa Nacional da CPLP. Disponível em: https://cplp.defesa.pt/DPDN/20170524_%20IX_Reuniao%20DPDN%20Ata%20Final.pdf. Acesso em: 20 março 2018.

_____. 2017c. Relatório do IV Fórum de Saúde Militar da CPLP. Disponível em: https://cplp.defesa.pt/Sade%20Militar/20170306_%20IV%20FSM%20Ata%20Final.pdf. Acesso em: 12 março 2018.

_____. 2017d. Resolução sobre a Operacionalização da Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026) - XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros. Disponível em:

https://cplp.defesa.pt/Normativos/20060915_Protocolo%20Cooperacao%20CPLP%20Dominio%20Defesa.pdf. Acesso em: 16 novembro 2017.

_____. 2007. CPLP - Estatutos da CPLP. Disponível em:
http://www.cplp.org/Files/Files/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf. Acesso em: 15 novembro 2017.

_____. 2009. Estratégia da CPLP para os Oceanos. Disponível em:
https://cplp.defesa.pt/Normativos/20090720_CPLP_Estrategia_Oceanos.pdf. Acesso em: 20 março 2018.

_____. 2011a. Regimento interno das Reuniões de CEMGFA ou equiparados dos Estados Membros da CPLP. Disponível em:
<https://cplp.defesa.pt/Normativos/Regimento%20Interno%20Reuniões%20de%20CEMGFA.pdf>. Acesso em: 18 fevereiro 2018.

_____. 2011b. Regimento interno das Reuniões de DPDN ou equiparados dos Estados Membros da CPLP. Disponível em: <https://cplp.defesa.pt/Normativos/Regimento%20DPDN.pdf>. Acesso em: 28 março 2018.

_____. 2011c. Regimento interno das Reuniões de MDN ou equiparados dos Estados Membros da CPLP. Disponível em:
<https://cplp.defesa.pt/Normativos/Regimento%20Interno%20reuniões%20MDN.pdf>. Acesso em: 27 março 2018.

_____. 2014. 18 anos CPLP - Os desafios do futuro. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4431.aspx>. Acesso em: 18 novembro 2017.

_____. 2015a. Estatuto do CAE/ CPLP. Disponível em:
https://cplp.defesa.pt/Normativos/20150526_ESTATUTO%20DO%20CAE.pdf. Acesso em: 10 março 2018.

_____. Identidade da CPLP no Domínio da Defesa. São Tomé: CPLP, 2015b.

_____. 2015c. Regimento Interno do SPAD da CPLP. Disponível em:
[https://cplp.defesa.pt/Normativos/SPAD_RegimentoInterno%20\(2015\).pdf](https://cplp.defesa.pt/Normativos/SPAD_RegimentoInterno%20(2015).pdf). Acesso em: 27 março 2018.

_____. 2015d. XVI Reunião de Ministros da Defesa da CPLP_ atualização do Protocolo de Cooperação. Disponível em:
https://cplp.defesa.pt/MDN/20150526_XVI_Reuniao%20MDN_Sao%20Tome_DeclaracaoFinal.pdf. Acesso em: 13 novembro 2017.

_____. 2016a. Nova visão estratégica da CPLP (2016-2026). Disponível em:
<https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=4803&M=NewsV2&PID=10872>. Acesso em: 18 novembro 2017.

_____. 2016b. Protocolo que altera o Protocolo de Cooperação da CPLP no domínio da defesa. Disponível em: <https://cplp.defesa.pt/Pages/Orgaos.aspx>. Acesso em: 12 novembro 2017.

_____. 2016c. XVII Reunião de Ministros da Defesa da CPLP. Disponível em:
https://cplp.defesa.pt/MDN/20160520_XVII_Reuniao%20MDN_D%C3%ADli_DeclaracaoFinal.pdf. Acesso em: 3 dezembro 2017.

_____. 2017a. 19ª Reunião CEMGFA CPLP. Disponível em:
https://cplp.defesa.pt/CEMGFA/20170420_XIX_reunião_CEMGFA_Lisboa_2017.pdf. Acesso em: 28 março 2018.

_____. 2017b. IX Reunião dos Diretores de Política de Defesa Nacional da CPLP. Disponível em:
https://cplp.defesa.pt/DPDN/20170524_%20IX_Reunião%20DPDN%20Ata%20Final.pdf. Acesso em: 20 março 2018.

_____. 2017c. Relatório do IV Fórum de Saúde Militar da CPLP. Disponível em:
https://cplp.defesa.pt/Sade%20Militar/20170306_%20IV%20FSM%20Ata%20Final.pdf. Acesso em: 12 março 2018.

_____. 2017d. Resolução sobre a Operacionalização da Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026) - XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros. Disponível em:

- <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=5193&M=NewsV2&PID=10872>. Acesso em: 18 novembro 2017.
- _____. 2017e. XVIII Reunião de Ministros da Defesa da CPLP. Disponível em: https://cplp.defesa.pt/MDN/20170525_%20XVIII%20Reunião_MDN%20Malabo_Declaração%20Final.pdf. Acesso em: 6 março 2018.
- _____. 2018. SPAD-32ª Reunião Plenária. Disponível em: <https://cplp.defesa.pt/SPAD/15-03-2018.pdf>. Acesso em: 20 março 2018.
- _____. s.d.a. CPLP - Histórico - Como surgiu?. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>. Acesso em: 13 novembro 2017.
- _____. s.d.b. CPLP Objectivos. Disponível em: <http://www.cplp.org/id-46.aspx>. Acesso em: 14 novembro 2017.
- _____. s.d.c. Observadores Associados. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2765.aspx>. Acesso em: 20 março 2018.
- CRIN, 2018. African Union. Disponível em: <https://www.crin.org/en/guides/un-international-system/regionalmechanisms/african-union>. Acesso em: 12 abril 2018.
- DEFESANET, 2017. Marco Tulio Pellegrini é o novo CEO da OGMA em Portugal. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/embraer/noticia/24943/Marco-Tulio-Pellegrini-e-o-novo-CEO-da-OGMA-em-Portugal/>. Acesso em: 24 fevereiro 2019.
- DORES, D. Z. d.A cooperação técnico-militar da CPLP. 2018. Entrevista concedida a Freitas C. A. A. Por e-mail, 7 fevereiro 2018.
- ESCORREGA, L. F. A Arquitectura de Paz e Segurança Africana 2010. Boletim do Instituto de Estudos Superiores Militares, n. 8, pp. 135-171, 2010
- _____. A Cimeira de Díli e a Nova Visão Estratégica da CPLP: Contributos do Sector da Defesa. In: X SEMINÁRIO POLÍTICO-DIPLOMÁTICO CPLP, 2016. Maputo, 2016.
- _____. Duas décadas de CPLP: Retrospectiva e desafios da componente de defesa. In: XIV SEMINÁRIO POLÍTICO-DIPLOMÁTICO DO CAE/CPLP, 2017. Lisboa, 2017.
- FERREIRA, A. N. 2018. Brasil e África, um compromisso permanente. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2018/09/brasil-e-africa-um-compromisso-permanente.shtml>. Acesso em: 23 fevereiro 2019.
- JANUS, 2010. A "arquitetura" de paz e segurança em África. Disponível em: https://www.janusEm linha.pt/arquivo/popups2010/2010_3_3_3.pdf. Acesso em: 12 abril 2018.
- MAGALULA, M. J.A cooperação técnico-militar da CPLP. 2018. Entrevista concedida a Freitas C. A. A. Por e-mail, 5 fevereiro 2018.
- MAMBIRISSE, Z. N. A.A atual estrutura de defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e sua adequação aos objetivos da Organização Internacional lusófona. 2018. Entrevista concedida a Junior L. A. A. Por e-mail, 19 abril 2018.
- MARCHUETA, M. R. A CPLP e o seu enquadramento. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2003.
- MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília: Ministério da Defesa do Brasil, 2012 a.
- _____. 2012 b. Livro Branco de Defesa Nacional. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/livrobranco.pdf. Acesso em: 24 fevereiro 2019.
- _____. Política Nacional de Defesa. Brasília: Ministério da Defesa do Brasil, 2012.
- MORGADO, J. C. d. S.A cooperação técnico-militar da CPLP. 2018. Entrevista concedida a Freitas C. A. A. Por e-mail, 2 março 2018.
- MOTA, M. V. P. C. Brasil, Portugal e a CPLP: Possíveis estratégias internacionais no século XXI. 2009. Dissertação (mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MOURÃO, G. M.A atual estrutura de defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e sua adequação aos objetivos da Organização Internacional lusófona. 2018. Entrevista concedida a Junior L. A. A. Lisboa, 30 janeiro 2018.

- PACHECO, L. M. C. P. B. A atual estrutura de defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e sua adequação aos objetivos da Organização Internacional lusófona. 2018. Entrevista concedida a Junior L. A. A. Por e-mail, 24 março 2018.
- REPÚBLICA DO TIMOR LESTE, 2018. Governo de Timor-Leste. [Em linha] Dili: Governo de Timor-Leste. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=143> [Acesso em: 29 março 2018].
- SANTOS, L. I. V. G. A Arquitetura de Paz e Segurança Africana. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.
- SEABRA, P. A cooperação técnico-militar da CPLP. 2018. Entrevista concedida a Freitas C. A. A. Por e-mail, 14 fevereiro 2018.
- SERRA, J. P. S. A atual estrutura de defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e sua adequação aos objetivos da Organização Internacional lusófona. 2018. Entrevista concedida a Junior L. A. A. Por e-mail, 24 março 2018.
- TEIXEIRA, N. S., 2010. A defesa europeia depois do Tratado de Lisboa. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n25/n25a04.pdf>. Acesso em: 5 abril 2018.
- UNIÃO AFRICANA, 2008. Memorandum of Understanding on cooperation in the area of peace and security between the African Union, the Regional Economic Communities and the coordinating mechanisms of the Regional Standby Brigades of eastern Africa and northern Africa. Disponível em: <http://www.peaceau.org/uploads/mou-au-rec-eng.pdf>. Acesso em: 12 abril 2018.
- _____. African Peace and Security Architecture Roadmap 2016-2020. Addis Abeba: African Union Commission, 2015.
- _____, s.d.. African Union. Disponível em: <https://au.int/en/memberstates>. Acesso em: 29 março 2018.
- UNIÃO EUROPEIA, 1992. Tratado da União Europeia. Disponível em: https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty_on_european_union_pt.pdf. Acesso em: 16 abril 2018.
- _____. Handbook on CSDP - The Common Security and Defence Policy of the European Union. Terceira Edição. Viena: Austrian Armed Forces Printing Centre, 2017.
- _____, 2018a. A UE em poucas palavras. Disponível em: https://europa.eu/european-union/about-eu/eu-in-brief_pt. Acesso em: 4 abril 2018.
- _____, 2018b. Tratados da UE - Tratado de Lisboa. Disponível em: https://europa.eu/european-union/law/treaties_pt. Acesso em: 4 abril 2018.
- _____, 2018c. Política Externa e de Segurança Comum - PESC. Disponível em: https://europa.eu/european-union/topics/foreign-security-policy_pt. Acesso em: 5 abril 2018.
- _____, 2018d. The EU strengthens cooperation on security and defence. Disponível em: https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage_en/35285/The-EU-strengthens-cooperation-on-security-and-defence. Acesso em: 16 março 2018.
- _____, 2018e. União Europeia. Disponível em: https://europa.eu/european-union/about-eu/countries_pt. Acesso em: 29 março 2018.
- UNITED KINGDOM, s.d. Daesh: UK government response. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/topical-events/daesh>. Acesso em: 5 abril 2018.
- UNITED NATIONS, s.d.. The Regional Economic Communities (RECs) of the African Union. Disponível em: <http://www.un.org/en/africa/osaa/peace/recs.shtml>. Acesso em: 12 abril 2018.
- Wikiwand, s.d.. Países e territórios oficialmente interessados na CPLP. Disponível em: http://www.wikiwand.com/pt/Estados_membros_da_Comunidade_dos_Pa%C3%ADses_de_L%C3%ADngua_Portuguesa. Acesso em: 20 março 2018.



Somos especializados em criações de

- Banners
- Logotipos
- Convites
- Folhetos
- Revistas
- Identidade Visual
- Flyers
- Cartazes
- Brochuras
- Calendários
- Brindes
- Livros
- Camisetas
- Entre outros